



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

**REPRESENTAÇÕES DAS INTERAÇÕES ENTRE ESTUDANTES
INTERNACIONAIS E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNILA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

SUZANA ANGELA BIESDORF

Foz do Iguaçu

2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

**REPRESENTAÇÕES DAS INTERAÇÕES ENTRE ESTUDANTES
INTERNACIONAIS E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNILA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

SUZANA ANGELA BIESDORF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Janaina Dias Amato

FOZ DO IGUAÇU
2019

SUZANA ANGELA BIESDORF

**REPRESENTAÇÕES DAS INTERAÇÕES ENTRE ESTUDANTES
INTERNACIONAIS E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNILA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa^a Dr^a Laura Janaina Dias Amato
UNILA

Prof^a Dr^a Lorena Rodrigues Tavares de Freitas
UNILA

Prof^a Dr^a Laura Fortes
UNILA

Foz do Iguaçu, 13 de dezembro de 2019.

Ficha catalográfica emitida pela biblioteca da UNILA

B589r

Biesdorf, Suzana Angela.

Representações das interações entre estudantes internacionais e corpo técnico-administrativo da Unila: uma análise crítica / Suzana Angela Biesdorf. - Foz do Iguaçu, 2020.

140 fls.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos LatinoAmericanos da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Profª. Dra. Laura Janaina Dias Amato.

1. Estudantes universitários. 2. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. I. Título
CDU 378(81)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha professora e orientadora, Laura Janaina Dias Amato, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade. Desde o início estive ao meu lado para qualquer apoio.

Às professoras Laura Fortes e Lorena Freitas, participantes da banca de qualificação, pelas orientações que foram cruciais para o andamento do trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho que me incentivaram a seguir lutando pelos meus objetivos.

Ao meu chefe e tutor na UNILA, Gerson Ledezma, que compreendeu todas as necessidades especiais deste período tão único em minha carreira.

Aos familiares, especialmente ao meu esposo.

*As práticas comunicativas bilíngues
produzem hibridizações e amálgamas
linguísticas que não devem ser vistos como
“problemas”, mas como recursos que
possibilitam o processo de produção,
negociação e compreensão de sentidos”
(Severo,2017)*

BIESDORF, Suzana Angela. **Representações das interações entre estudantes internacionais e corpo técnico-administrativo da unila: uma análise crítica.** 2019. Ano. 140 páginas. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as representações das interações entre estudantes internacionais com o corpo burocrático da UNILA, na realização dos trâmites acadêmicos, entendidos aqui como o conjunto de procedimentos administrativos relativos à vida acadêmica dos discentes universitários. A abordagem da pesquisa é predominantemente qualitativa; no entanto, também utiliza recursos quantitativos para complementá-la. O procedimento adotado foi a pesquisa de campo, com a utilização de questionários como ferramenta. As questões foram focadas em três momentos de interação entre esses estudantes e os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da UNILA: o processo on line de seleção; a chegada e os dias atuais na universidade. A análise foi ancorada no modelo tripartite de significação do Letramento citado por Cruz (2007): a) escrita e letramento como habilidades individuais e cognitivas; b) modo de socialização acadêmica, de aculturação aos discursos e gêneros da academia; c) sentido antropológico, relacionado à identidade, ao poder, à autoridade e aos princípios de natureza institucional, bem como pelos conceitos de língua como espaço de construção de sentido (JORDÃO, 2007). Conclui que, apesar da universidade adotar o bilinguismo como um princípio, a instituição não possui uma política expressa acerca do tema, que delimite o significado do termo em seu contexto institucional, bem como estabeleça metas e prazos. A falta de política formal implica, na área objeto desse estudo (relacionamento entre estudantes internacionais e o corpo administrativo) em barreiras na comunicação, especialmente pela falta de domínio do espanhol como língua adicional pelos técnicos administrativos. Apesar dessas dificuldades, a pesquisa revela que o estudante internacional, de modo geral, avalia positivamente o atendimento recebido pelo corpo técnico. No entanto, ressaltam explicitamente as dificuldades que enfrentam na comunicação, em razão do idioma, principalmente nos primeiros contatos.

Palavras-chave: UNILA. Estudantes Internacionais. Técnicos Administrativos em Educação. Trâmites acadêmicos. Barreiras nas comunicações.

BIESDORF, Suzana Angela. **Representações das interações entre estudantes internacionais e corpo técnico-administrativo da unila: uma análise crítica.** 2019. Ano. 140 páginas. Tesis de Maestría (Programa Interdisciplinario en Posgrado en Estudios Latinoamericanos) - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar las representaciones de las interacciones entre los estudiantes internacionales y el cuerpo burocrático de la UNILA, en el cumplimiento de los procedimientos académicos, entendidos aquí como el conjunto de procedimientos administrativos relacionados con la vida académica de los estudiantes universitarios. El enfoque de investigación es predominantemente cualitativo; Sin embargo, también utiliza recursos cuantitativos para complementarlo. El procedimiento adoptado fue la investigación de campo, utilizando cuestionarios como herramienta. Las preguntas se centraron en tres momentos de interacción entre estos estudiantes y los Técnicos Administrativos en Educación (TAE) de UNILA: el proceso de selección en línea; La llegada y los días actuales en la universidad. El análisis se basó en el modelo tripartito de significado de literacidad citado por Cruz (2007): a) escritura y literacidad como habilidades individuales y cognitivas; b) modo de socialización académica, aculturación a discursos y géneros académicos; c) sentido antropológico, relacionado con la identidad, el poder, la autoridad y los principios de carácter institucional, así como los conceptos del lenguaje como espacio para la construcción de significado (JORDÃO, 2007). Concluye que, aunque la universidad adopta el bilingüismo como principio, la institución no tiene una política expresa sobre el tema, que delimita el significado del término en su contexto institucional, así como tampoco establece metas y plazos. La falta de una política formal implica, en el área temática de este estudio (relación entre estudiantes internacionales y el cuerpo administrativo) barreras para la comunicación, especialmente debido a la falta de dominio del español como idioma adicional por parte de los técnicos administrativos. A pesar de estas dificultades, la investigación revela que el estudiante internacional generalmente evalúa positivamente el servicio recibido por el personal. Sin embargo, destacan explícitamente las dificultades que enfrentan en la comunicación, debido al lenguaje, especialmente en los primeros contactos.

Palabras clave: UNILA. Estudiantes internacionales. Técnicos Administrativos en Educación. Procedimientos académicos Barreras de comunicación.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de alunos matriculados e porcentagem por ano de ingresso	70
Tabela 2 - Dificuldades durante o PSI.....	83
Tabela 3 - Dificuldades durante primeiro contato presencial com a UNILA	96
Tabela 4 - Dificuldades durante a matrícula.....	102
Tabela 5 - Comparação quanto a qualidade de atendimento.....	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da UNILA	26
Figura 2 - Página de editais da UNILA.	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem dos estudantes entrevistados	76
Gráfico 2 – Conhecimento prévio de língua portuguesa	77
Gráfico 3 – Forma pela qual o candidato se interou do PSI	78
Gráfico 4 – Necessidade de entrar em contato durante o PSI.....	79
Gráfico 5 – Idioma que utilizou para se comunicar com a UNILA durante o PSI	100
Gráfico 6 - Idioma que a UNILA utilizou para atender o candidato durante o PSI	100
Gráfico 7 – Velocidade que adquiriram a língua portuguesa	110
Gráfico 8 – Como veem o atendimento atua da UNILA.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BIUNILA	Biblioteca Latino-Americana
CCE	Ciclo Comum de Estudos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONSUN	Conselho Universitário
COSUEN	Comissão Superior de Ensino
COSUEX	Comissão Superior de Extensão
COSUP	Comissão Superior de Pesquisa
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
DDPP	Departamento de Desenvolvimento Profissional e Pessoal
DEOC	Departamento de Órgãos Colegiados
EDUNILA	Editora Universitária da UNILA
EI(s)	Estudante(s) Internacional(is)
ELA	Espanhol como Língua Adicional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATIT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
LCAD	Laboratório de Computação de Alto Desempenho
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PF	Polícia Federal
PIDP	Política Institucional de Desenvolvimento Profissional
PLA	Português como Língua Adicional
PL	Políticas Linguísticas
PPC	Projeto Pedagógico Curricular
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAGI	Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROINT	Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSI	Processo Seletivo Internacional
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
SACT	Secretaria de Apoio Científico e Tecnológico
SAE	Seção de Apoio ao Estrangeiros
SEIC	Secretaria de Implantação do Campus
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TAE(s)	Técnico(s) Administrativo(s) em Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
1 UNILA - A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	19
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL COM A AMÉRICA LATINA	19
1.2 O PROJETO UNILA: A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	21
1.2.1 Línguas Institucionais	23
1.3 ESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA	24
2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA UNILA	28
2.1 POLÍTICA DE INGRESSO DA GRADUAÇÃO	28
2.1.1 Formas de ingresso	29
2.1.1.1 <i>Detalhamento do Processo Seletivo Internacional - PSI</i>	31
2.1.2 Execução Administrativa das Políticas de Ingresso	37
2.1.3 Considerações finais acerca da Política de Ingresso	39
2.2 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	40
2.3 POLÍTICA DE BILINGUISMO	45
2.3.1 Considerações finais acerca da Política de Bilinguismo da UNILA	55
2.4 POLÍTICA DE ACOLHIMENTO	57
2.4.1 Acolhimento dos estudantes internacionais e indígenas aldeados.	60
2.5 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	64
3 METODOLOGIA	68
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
4.1 PERFIL DO ESTUDANTE INTERNACIONAL ENTREVISTADO	74
4.2 INTERAÇÃO COM A UNILA DURANTE O PSI	77
4.2.1. Maiores dificuldades durante o PSI	83

4.2.2 Considerações sobre a seção	94
4.3 INTERAÇÃO NA CHEGADA À UNILA	95
4.3.1 O primeiro contato	95
4.3.2 O dia da matrícula	101
4.4 INTERAÇÃO COM A UNILA APÓS A MATRÍCULA E DIAS ATUAIS	104
4.4.1 Momentos logo após a matrícula	105
4.4.2 Dias atuais na UNILA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
APÊNDICE A - <i>TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO</i>	132
APÊNDICE B - <i>CUESTIONÁRIO PARA ESTUDIANTES INTERNACIONALES</i>	135
ANEXO I – RELATÓRIO DISCENTES INTERNACIONAIS UNILA	139

APRESENTAÇÃO

Sou servidora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, desde agosto de 2014. A universidade tem um perfil distinto das demais universidades federais, conforme detalharei no capítulo I, e, em função de políticas institucionais próprias, recebe um significativo fluxo de alunos da América Latina e do Caribe, denominados pela instituição de estudantes internacionais¹.

Desde meu ingresso na universidade, venho desempenhando minhas atividades profissionais como Técnica em Assuntos Educacionais² na Secretaria Acadêmica do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História.

As Secretarias Acadêmicas dos Institutos atendem as demandas diárias do corpo estudantil: efetuam a instrução de processos acadêmicos (revisão de notas e assiduidade, licenças em geral, dentre outros), fornecem informações sobre normas acadêmicas, dentre outras atividades.

Iniciei, em 2018, o Mestrado em Estudos Interdisciplinares em América Latina. Na condição dupla de servidora administrativa da instituição e de aluna de mestrado, pareceu-me instigante investigar como se processa a comunicação nas demandas administrativas dos estudantes internacionais junto ao corpo técnico da instituição.

Em minha experiência laborativa, detectei que os estudantes internacionais podem apresentar dificuldades adicionais em relação aos alunos brasileiros, com respeito à comunicação com os servidores técnicos. A busca de identificação e categorização dessas eventuais barreiras adicionais, bem como a possibilidade de apresentar sugestões para a minimização ou superação desses obstáculos, motivou-me a desenvolver a presente pesquisa.

¹ Denomino, doravante, os alunos estrangeiros da UNILA de estudantes internacionais (EIs). EI é a denominação que a UNILA dá ao estudante estrangeiro, que ingressa na instituição mediante o Processo Seletivo Internacional (PSI).

² Cargo técnico, de nível superior, que tem por atribuições primordiais assessorar os docentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

INTRODUÇÃO

O universo acadêmico é sempre um “mundo novo” a ser desbravado pelo discente que inicia seus estudos universitários. No caso dos estudantes internacionais (doravante EIs), um sistema educacional diferente e um idioma desconhecido são fatores adicionais de estresse e ansiedade.

A UNILA, conforme detalharei no primeiro capítulo deste trabalho, é uma universidade federal brasileira com características *sui generis*: possui uma proposta inovadora, focada na perspectiva de produção de conhecimento que objetiva a integração latino-americana. Além disso, oferta até cinquenta por cento do total de suas vagas para estudantes internacionais de toda a América Latina, incluindo o Caribe.

Esses alunos internacionais são selecionados mediante um processo seletivo específico denominado Processo Seletivo Internacional (PSI), realizado pela própria instituição. Tal processo é iniciado por meio eletrônico, mediante inscrição e envio de documentos comprobatórios via plataforma própria da UNILA. A finalização do processo é realizada presencialmente, quando os selecionados entregam (fisicamente) os documentos no processo de matrícula, que ocorre imediatamente antes do início das aulas.

Dadas as características próprias da UNILA, a comissão de implantação da universidade (IMEA, 2009) instituiu uma política de bilinguismo (português/espanhol), que será abordada no item 2.3 desta dissertação. Convivem nesse ambiente alunos brasileiros provindos de todas as regiões do Brasil, discentes hispanofalantes das mais variadas origens (regiões fronteiriças com o Brasil, altiplano andino, Caribe) e alunos cujo idioma nativo é o francês, inglês ou creole. Também há discentes cujo idioma nativo é aquele dos povos originários (guarani, aimara, quechua, entre outros). Portanto, não tem a língua espanhola nem o português como primeira língua.

Diferenças linguísticas e culturais são fatores que constituem, simultaneamente, um “enriquecimento” da pluralidade universitária, mas também implicam em eventuais barreiras à adequada comunicação, principalmente no caso em tela: comunicação administrativa entre servidores e estudantes. Vilchez (2015), em trabalho que tratou do léxico especializado em ambiente universitário, ressalta a importância da efetividade da comunicação em ambientes multilíngues:

Nessas situações, a comunicação deve ser efetiva para obter o efeito desejado. Qualquer falsa interpretação dos requisitos, encaminhamento do processo, etc., pode acarretar uma demora no trâmite solicitado, despesas adicionais e desconforto das partes implicadas. Entretanto, para que a comunicação nesse dado contexto de uso seja eficiente, seus participantes devem compartilhar o repertório de léxico especializado relacionado com o mundo acadêmico universitário e compartilhar também as mesmas relações entre os significantes e os significados do léxico em questão. (VILCHEZ, 2015, p. 299, grifo nosso).

Objetivando facilitar a comunicação nesse ambiente multilíngue, mas com predomínio do espanhol e do português, a universidade adotou a política de bilinguismo português-espanhol. Tal questão será abordada no tópico 2.3 do presente trabalho.

Feitas essas considerações introdutórias, suscitei os seguintes problemas de pesquisa:

- a) Quais são as barreiras culturais e linguísticas encontradas pelos EIs durante a realização do processo seletivo e outros trâmites acadêmicos³ na UNILA?
- b) Como a língua do outro (o português) interfere no acesso às informações da vida acadêmica do discente?
- c) Existem outros elementos culturais, não-relacionados com o idioma, que dificultam o relacionamento entre o discente não-brasileiro e o interlocutor administrativo da universidade?
- d) Como podem a pluralidade de línguas e as diferentes culturas existentes na UNILA também se configurarem como elementos enriquecedores da vivência na universidade?
- e) Os resultados da pesquisa podem ser uma espécie de indicador da efetividade de algumas políticas institucionais da UNILA, particularmente do bilinguismo?

³ O conceito de trâmite acadêmico para os fins desta dissertação alberga o conjunto de procedimentos administrativos relativos à vida acadêmica dos discentes universitários. Vilchez (2015, p. 299) exemplifica esses procedimentos: "Os trâmites aos quais nos referimos têm a ver com situações reais na vida acadêmica e de importância para os interessados: matrícula, rematrícula, convalidação de disciplinas, revalidação de diplomas, mobilidade acadêmica, etc.".

Desta forma, pretendo analisar as representações das interações entre os estudantes internacionais com o corpo burocrático da UNILA, na realização dos trâmites acadêmicos, entendidos aqui como o conjunto de procedimentos administrativos relativos à vida acadêmica dos discentes universitários. Analisarei as falas dos três momentos de interação entre esses estudantes e os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da UNILA: o processo on line de seleção; a chegada e os dias atuais na universidade.

Pretendo entender como o idioma pode interferir no acesso às informações administrativas da vida acadêmica dos estudantes internacionais e quais são as barreiras culturais e linguísticas enfrentadas por eles, no contexto de uma universidade pública que tem um projeto singular, no qual o bilinguismo (português-espanhol) é considerado uma política institucional.

Na sequência do trabalho, apresentarei, no primeiro capítulo, o histórico da criação da UNILA e seus objetivos institucionais, assim como sua estruturação acadêmica e administrativa. No segundo capítulo, abordarei as políticas institucionais relevantes para a pesquisa. No terceiro capítulo, apresentarei a metodologia utilizada. Por fim, no último capítulo, efetuarei a análise dos resultados da pesquisa, que buscará identificar o papel da cultura e do idioma, nas relações entre o corpo técnico-administrativo da UNILA e os EIs. Serão, ainda nessa mesma análise, apresentadas reflexões acerca da concretização das políticas de bilinguismo e de acolhimento linguístico-institucional da universidade.

1 UNILA - A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL COM A AMÉRICA LATINA

O Brasil, que foi colonizado por Portugal e que tem dimensões continentais, não teve um processo significativo de aproximação com seus vizinhos latino-americanos ao longo de sua história. A própria dimensão continental do país, seu amplo acesso ao Oceano Atlântico, o início da colonização pelo litoral, a dificuldade de rotas de acesso aos países vizinhos, a tradição de produção agrícola de monoculturas destinadas ao mercado europeu e, posteriormente, ao norte-americano, dentre outros fatores, fizeram com que não houvesse uma intensa relação de troca econômica com os países latino-americanos, especialmente até a Segunda Guerra Mundial.

A América Latina inclui países, do continente americano, que foram colonizados por países como Espanha, Portugal e França:

(...) A América Latina compreende todos os países do continente americano que falam espanhol, português ou francês, bem como outros idiomas derivados do latim. Compreende a quase totalidade da América do Sul, exceto a Guiana e o Suriname, que são países germânicos⁴ [S/C]. Engloba todos os países da América Central e engloba alguns países do Caribe como Cuba, Haiti e República Dominicana. Da América do Norte, apenas o México é considerado como parte da América Latina. Os demais países americanos restantes tiveram colonização majoritariamente anglo-saxônica, com exceção de Quebec, que é de colonização francesa (portanto, latina) e dos estados do sudoeste dos Estados Unidos, de colonização espanhola, além da Louisiana, que tem colonização francesa. A América Latina engloba 21 países: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Ainda na América Latina existem mais 11 territórios que não são independentes e, portanto, não podem ser considerados países. (IMEA, 2009, pg. 9)

⁴ O Suriname foi colônia holandesa, a Guiana foi colônia inglesa e a Guiana Francesa é território francês.

Do ponto de vista histórico, uma integração econômica mais significativa entre a América Latina foi idealizada pela primeira vez pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1948, ou seja, no imediato pós-guerra.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), união aduaneira imaginada pela CEPAL, englobaria “dez países sul-americanos – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Equador e Colômbia – mais o México” (ARAÚJO; FILHO, 2015, p.113).

Segundo Rocha & Fernandes (2018), os planos da ALALC não tiveram êxito posto que muitos países da região foram assumidos por ditaduras. Os autores também informam que, na próxima década, foi formada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com o mesmo objetivo, o de criar um mercado comum na região. No entanto, naquele momento, a crise do petróleo e o endividamento dos países não deixaram os planos irem adiante.

Posteriormente, ainda de acordo com Rocha & Fernandes (2018), Brasil e Argentina firmaram a Ata de Iguazu, visando maior integração em diversas áreas. Mais tarde, ambos os países assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, objetivando a constituição de um mercado comum. Esse tratado foi sucedido pelo Estatuto das Empresas Binacionais, firmado novamente entre Brasil e Argentina, objetivando acelerar a concretização da união aduaneira.

Por fim, o Tratado de Assunção (MERCOSUL, 1991), concluído em 26 de março de 1991 na capital do Paraguai, teve por objetivo a constituição de um mercado comum entre Brasil e os países da América Platina (Argentina, Uruguai e Paraguai). O referido instrumento propôs-se a estabelecer:

(...) um modelo de integração profunda, com os objetivos centrais de conformação de um mercado comum - com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos - o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum.

O mercado comum foi criado sob a denominação Mercosul. Posteriormente, houve a adesão da Venezuela; no entanto, esse país foi suspenso

do bloco em dezembro de 2016. Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname participam do bloco na qualidade de Estados Associados⁵; a Bolívia tem o “status” de Estado Associado em processo de adesão (MERCOSUL, 1991).

Ressalte-se, todavia, que a integração decorrente da adoção de um mercado comum na América Latina é eminentemente econômica. Contudo, outros aspectos de natureza social, cultural, científica, tecnológica e artística não são contemplados, em um primeiro plano, em uma união aduaneira.

1.2 O PROJETO UNILA: A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Pensando nesses outros canais de integração latino-americana, foi criada a UNILA. O então Ministro da Educação, Fernando Haddad, no ato de instalação da Comissão de Implantação da UNILA, que ocorreu em 6 de março de 2008 no salão de atos do MEC, indicou o escopo da universidade:

E o nosso objetivo é justamente este, pensar um modelo novo de universidade. Talvez possamos dar o exemplo ao mundo de como promover a integração pelo conhecimento a partir da experiência da Unila. E, a meu ver, o sucesso da Unila terá um significado histórico impressionante. Não é pouco o que os senhores têm na mão, é uma ideia promissora: um desejo político genuíno do atual Governo de pensar a integração, não apenas em curto prazo, não apenas do ponto de vista das relações comerciais, mas pensar em longo prazo, pensar a integração do ponto de vista de educação, da cultura, da ciência e tecnologia. (IMEA, 2009, p. 63, grifo nosso).

A UNILA, todavia, não é uma instituição multinacional. Trata-se de uma universidade federal brasileira, sujeita ao mesmo regramento legal que as demais universidades federais do Brasil. Esse marco legal ao qual a instituição está sujeita pode, eventualmente, criar embaraços aos objetivos institucionais da universidade. Abordarei tal questão a partir do tópico 2.3, referente à política

⁵ Os Estados Associados podem participar, na qualidade de convidados, das reuniões dos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL para tratar temas de interesse comum, com direito a voz (MERCOSUL, 1991).

institucional de bilinguismo.

A lei que criou a UNILA (BRASIL, 2010) traça os objetivos da instituição:

Art. 2º. A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

§ 1º. A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.

§ 2º. Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. (grifo nosso)

O Estatuto da UNILA (2012), em seu artigo 2º, reforça a vocação latino-americana da instituição:

A UNILA, universidade federal pública brasileira, tem vocação latino-americana, compromisso com a sociedade democrática, multicultural e cidadã e fundamenta sua atuação no pluralismo de ideias, no respeito pela diferença e na solidariedade, visando a formação de acadêmicos, pesquisadores e profissionais para o desenvolvimento e a integração regional. (grifo nosso).

A integração almejada refere-se a inúmeros aspectos: biodiversidade, cultura e relações internacionais, nos termos da lei de criação da UNILA. São objetivos estratégicos da instituição, dentre outros:

a) a pesquisa acerca dos problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais, científicos e tecnológicos dos diferentes países da América Latina e do

Caribe;

b) a promoção do ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, na arte, na ciência e na tecnologia, objetivando a integração latino-americana;

c) a construção de diálogos entre saberes e a promoção de comunicação com a sociedade, por suas várias instâncias; e

d) adoção de políticas de inclusão social no acesso e permanência na universidade, bem como o combate a todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças linguísticas, sociais, culturais, nacionais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual.

Qualquer integração é sempre construída por pessoas. Objetivando reunir alunos de toda a América Latina, a universidade estabeleceu como meta institucional a oferta de 50% das vagas, em graduação e pós-graduação, para estudantes de outros países da América Latina e Caribe, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (UNILA, 2013a, pg. 20).

A partir do primeiro semestre de 2019, a universidade também adotou uma política de ações afirmativas em relação aos povos nativos (indígenas aldeados do Brasil e da América Latina), refugiados e portadores de visto humanitário (UNILA, 2019m) destinando-lhes uma parcela das vagas ofertadas aos estudantes internacionais.

1.2.1 Línguas Institucionais

Visando tornar-se uma universidade efetivamente acessível ao seu público-alvo, o Estatuto da UNILA (2012), em seu artigo 5º, inciso VIII, prevê que a educação será bilíngue: português e espanhol.

Nas grades curriculares de todos os cursos da UNILA são ofertadas, obrigatoriamente, disciplinas de língua espanhola para os brasileiros e língua portuguesa para os estudantes não brasileiros, nos termos do PDI (UNILA, 2013a, pg. 20). Contudo, essa divisão está vinculada à nacionalidade do estudante, e não à sua primeira língua/língua materna. Há casos em que a língua materna do estudante internacional não coincide com o idioma oficial do país do qual é cidadão.

Exemplificativamente, um cidadão paraguaio, filho de brasileiros, pode ter um domínio maior do português do que do espanhol. Pelas regras atuais, ele é encaminhado automaticamente para as aulas de português. Outro caso: um indígena brasileiro aldeado, ingressante na UNILA pelas vagas do PSI, é encaminhado para as aulas de português, mesmo tendo domínio formal da língua portuguesa. Assim, deveria haver uma análise prévia mais precisa da efetiva necessidade dos alunos de aprendizado de ELA (espanhol como língua adicional) ou de PLA (português como língua adicional).

O ensino de ELA e PLA fazem parte do ciclo comum de estudos da UNILA, obrigatório em todos os cursos. Além das matérias de Língua Portuguesa e Espanhola, já mencionadas, integram o ciclo comum as matérias do módulo de pesquisa, tais como Ética e Ciência e Introdução ao Pensamento Científico. Por último, o terceiro bloco do ciclo comum é formado pelas matérias Fundamentos de América Latina (I, II e III). Tal proposta objetiva incentivar o bilinguismo, o pensamento crítico e o estudo da realidade latino-americana (BORGES; DARLING, 2015).

Todas as matérias na universidade podem ser ministradas tanto em português quanto em espanhol. As avaliações, leituras e exposições são aceitas em ambas as línguas.

Contudo, conforme detalharei no tópico 2.3 e seguintes, a política de bilinguismo não é completamente efetiva, em razão, dentre outros fatores, da hegemonia da língua portuguesa na instituição. O aprendizado é ainda mais difícil para os alunos que não dominam nem o português nem a língua espanhola, posto que o plurilinguismo é ainda mais ausente na instituição, tanto do ponto de vista teórico quanto do prático.

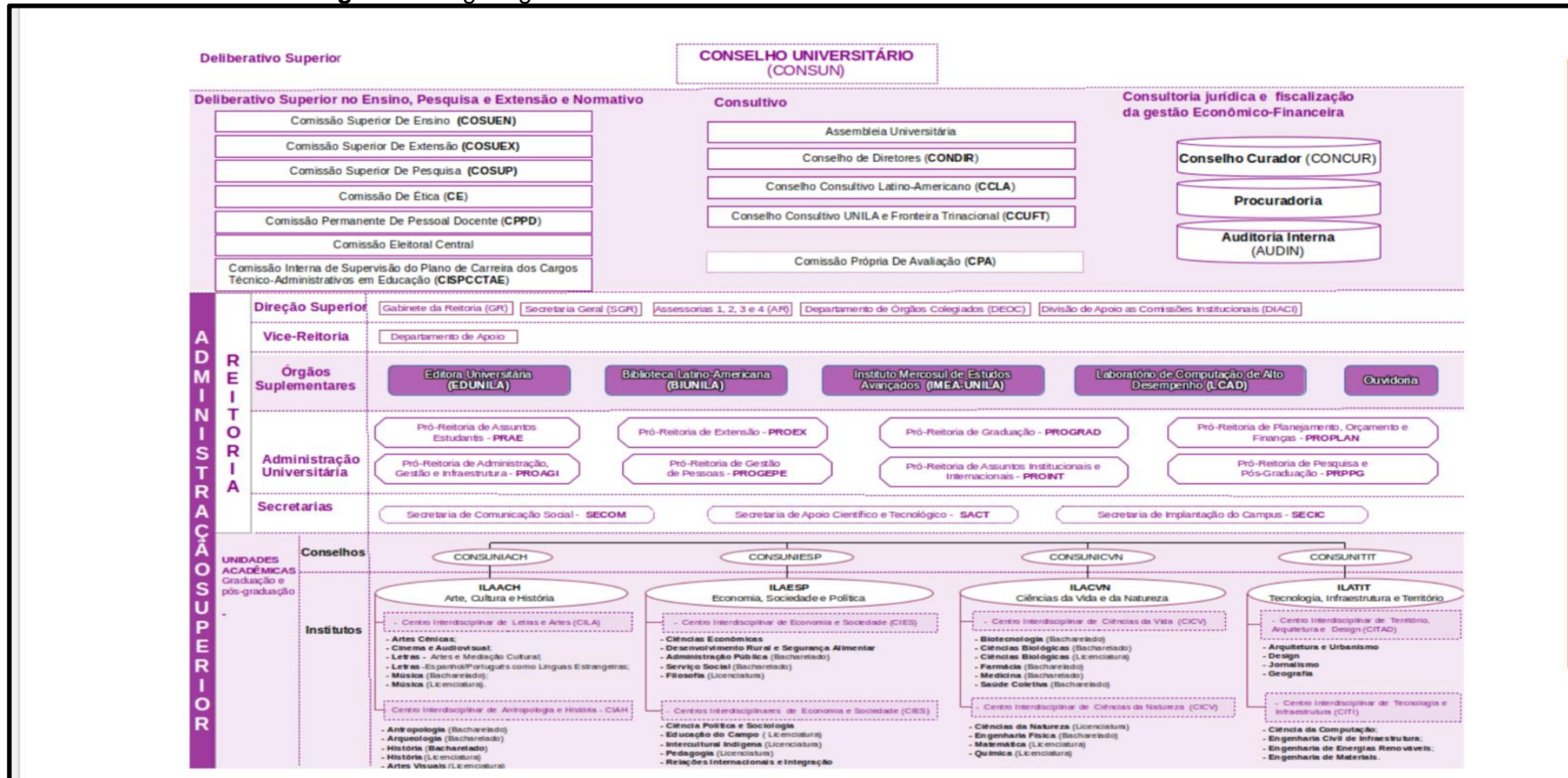
No próximo tópico, farei uma exposição sucinta sobre a estrutura acadêmica e administrativa da UNILA.

1.3 ESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

Atualmente, no ano de 2019, a UNILA conta com vinte e nove cursos de graduação, seis cursos de pós-graduação *lato-sensu* (especialização), doze cursos de mestrado e um de doutorado.

O “órgão máximo da Instituição com caráter normativo, deliberativo, recursal, de planejamento e de controle; responsável pela formulação da política geral da Universidade nos planos acadêmicos, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar” é o Conselho Universitário (CONSUN), conforme definição do artigo 3º do Regimento Geral da Universidade (UNILA, 2019j). A universidade conta ainda com sete comissões deliberativas superiores na área de Ensino, Pesquisa e Extensão, cinco órgãos consultivos e três órgãos responsáveis pela consultoria jurídica e fiscalização da gestão econômica financeira. Abaixo apresento organograma apresentado no Manual de Atribuições das Unidades Acadêmico-Administrativas da UNILA.

Figura 1 - Organograma da UNILA



Fonte: UNILA, 2015a.

No plano administrativo, a Reitoria, nos termos do artigo 35 do Regimento, “é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades administrativas da universidade (UNILA, 2019j, p.8)”.

A administração universitária, em sentido estrito, é atribuição das Pró-Reitorias e Secretarias que, nos termos do artigo 48 do Regimento, “são órgãos executivos que planejam, coordenam e acompanham as atividades acadêmicas e administrativas da Universidade (UNILA, 2019j, p.10)”.

Ademais da parte administrativa, a UNILA está dividida em Institutos Latino-Americanos. Conforme definição do artigo 51 do Regimento Geral da UNILA, “os Institutos Latino-Americanos constituem as Unidades Acadêmicas, que em consonância com as diretrizes dos seus respectivos Conselhos, realizam a gestão administrativa do ensino, pesquisa e extensão” (UNILA, 2019j, p.10).

Por último, a universidade conta com os seguintes órgãos suplementares: a Biblioteca (BIUNILA), a Editora Universitária da UNILA (EDUNILA), o Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), o Laboratório de Computação de Alto Desempenho (LCAD) e a Ouvidoria. Cabe informar que esses órgãos são vinculados à Reitoria, com orçamento próprio e que, além de prestar apoio para as atividades da instituição, são destinadas a atividades e ações da comunidade em geral, fazendo com que a UNILA desenvolva um caráter de promoção e difusão da ciência.

Neste capítulo, discorri acerca dos motivos da criação da UNILA e fiz uma breve síntese de sua estruturação, em termos acadêmicos e administrativos. No próximo tópico, apresentarei as políticas universitárias que se relacionam diretamente com a proposta desta pesquisa.

2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA UNILA

As diretrizes políticas e demais normas da UNILA são formuladas com fundamento nos objetivos traçados em sua lei de criação (BRASIL, 2010). O artigo 2º define que a missão institucional da universidade é “(...) formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL”.

Nem sempre a legislação que trata das políticas institucionais faz menção ao termo “política”; no entanto, se determinada norma estabelece mecanismos de conduta para atingir determinado objetivo da universidade, é de política institucional que se trata.

Trato a seguir das seguintes políticas, que serão abordadas porque guardam conexão com o objetivo deste estudo:

- a) Política de Ingresso da Graduação;
- b) Política de Internacionalização;
- c) Política de Bilinguismo;
- d) Política de Acolhimento; e
- e) Política de Capacitação dos TAEs.

2.1 POLÍTICA DE INGRESSO DA GRADUAÇÃO

A norma que estabelece a regulamentação do ingresso dos estudantes internacionais na graduação da UNILA é a resolução da Comissão Superior de Ensino (UNILA, 2018f), 002/2018.

Essa resolução enuncia, em seu artigo 2º, que “A seleção de alunos de graduação da UNILA será desenvolvida de forma a assegurar sua vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com os países da América Latina e Caribe”, conforme §1º, Art. 2º da Lei nº 12.189/2010 (UNILA, 2010). Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade (UNILA, 2013a, pág. 20) “(...) as ofertas de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação buscarão uma

distribuição em 50% das vagas para estudantes do Brasil e 50% para estudantes dos demais países da América Latina e Caribe”.

Neste tópico, farei uma explicação sucinta das diversas modalidades de seleção da UNILA, no que diz respeito à graduação. Posteriormente, abordarei mais detalhadamente o Processo Seletivo Internacional (PSI), dada sua correlação direta com o objeto deste estudo.

2.1.1 Formas de ingresso

A UNILA seleciona seus estudantes conforme segue:

a) Sistema de Seleção Unificado – SISU

Processo seletivo anual que utiliza a nota da avaliação do ENEM⁶. Podem se inscrever tanto estudantes brasileiros quanto estrangeiros, desde que tenham feito o ENEM. Podem fazer o ENEM os estrangeiros que fizeram o Ensino Médio no Brasil ou revalidaram no Brasil seus estudos de educação básica feitos no exterior.

b) Processo Seletivo Internacional (PSI)

Nesse processo, há a seleção de estudantes de outras nacionalidades latino-americanas e caribenhas, que não concluíram o ensino médio no Brasil e tampouco revalidaram o diploma. A seleção é feita através de uma análise curricular.

A partir de 2019, dentro da parcela de 50% do PSI, são ofertadas vagas em menor proporção e mediante outros processos seletivos para refugiados, portadores de visto humanitário e indígenas aldeados.

Em relação ao Processo Seletivo para Refugiados e Portadores de

⁶ “Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.” (BRASIL, 1998).

Visto Humanitário no Brasil, o primeiro edital (UNILA, 2018d) esclarece que poderão concorrer os candidatos que atendam um dos seguintes requisitos:

- I- Tenha o status de refugiado(a) reconhecido no Brasil, ou seja, solicitante de refúgio;
- II- Seja portador(a) de visto humanitário (UNILA, 2018d).

Esse mesmo edital observa a necessidade de que os candidatos atendam a outros critérios cumulativos no ato da inscrição:

- I- Não ter a nacionalidade brasileira, ainda que binacional;
- II- Ter concluído o ensino médio ou formação equivalente;
- III- Não possuir vínculo ativo com a UNILA.
- IV- Ter no mínimo 18 (dezoito) anos ou completar 18 (dezoito) anos até o dia 15 de fevereiro de 2019 (UNILA, 2018d).

Em relação ao Processo Seletivo para Indígenas Aldeados, o edital (UNILA, 2018e) informa que poderá concorrer o candidato que, no ato de inscrição, atender obrigatoriamente aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- I- pertencer e residir a povos indígenas em território brasileiro ou em território de um dos países listados abaixo (conforme Anexo V): a) Argentina; Bolívia; Chile; Colômbia; Uruguai; Venezuela; Paraguai; Equador e Peru.
- II- comprovar sua condição de indígena;
- III- ter concluído o ensino médio ou formação equivalente;
- IV- ter no mínimo 18 (dezoito) anos ou completar 18 (dezoito) anos até o dia 15 de fevereiro de 2019; e
- V- não possuir vínculo ativo com a UNILA (UNILA, 2018e).

Ambos os editais preveem que os selecionados e matriculados têm prioridade nos auxílios estudantis do Programa de Assistência Estudantil da UNILA, mediante disponibilidade orçamentária da Universidade.

c) Processo Seletivo de Música

Nesse processo, as vagas também são distribuídas de forma equitativa entre brasileiros (50%) e estrangeiros (50%).

No que se refere aos alunos brasileiros e estrangeiros que fizeram o ENEM, o processo de seleção de Música utiliza a nota desse exame; no entanto, a seleção é feita diretamente pela UNILA, sem o recurso do SISU.

Os estudantes internacionais são selecionados pelo PSI. A seleção é complementada, em ambos os casos, por uma prova técnica: a partir de um vídeo, o candidato demonstra a habilidade musical a que se propõe cursar (canto, violão, piano, entre outros). Tal prova é avaliada por uma banca.

d) Processo Seletivo Complementar

Para que ocorra esse processo, há uma análise que objetiva verificar se todas as vagas (tanto do SISU quanto do PSI) foram preenchidas, havendo então chamadas complementares até o prazo legal estabelecido de 75% de frequência. Podem concorrer para as vagas remanescentes, para o primeiro semestre dos cursos, apenas candidatos que realizaram o ENEM recentemente.

e) Processo de Seleção de Vagas Ociosas

Esse processo seleciona candidatos para os semestres subsequentes ao ingresso (do segundo semestre em diante). As modalidades a que correspondem esse processo são: reingresso (alunos da UNILA que desistiram do curso e que desejam retomá-lo); reopção (transferência interna); transferência externa (candidatos que queiram se transferir de outras universidades brasileiras ou estrangeiras, públicas ou privadas, para a UNILA); e aproveitamento de diploma (candidatos que já possuam diploma de graduação).

No próximo tópico, apresento um aprofundamento sobre o PSI, o qual tem direta conexão com o tema desta dissertação.

2.1.1.1 Detalhamento do Processo Seletivo Internacional - PSI

O primeiro processo seletivo internacional aconteceu em 2010,

primeiro ano de funcionamento da UNILA. Segundo Struckes (2018), os países participantes foram Paraguai, Uruguai e Argentina, com um total de 150 vagas oferecidas. A seleção ocorreu de forma indireta e foi efetivada pelos Ministérios de Educação dos países de origem dos alunos internacionais. Os critérios de seleção foram definidos pelos países, e não pela universidade.

Relato que não foi possível localizar informações claras referentes ao processo seletivo internacional relativo ao ano de 2011. No entanto, no Relatório de Autoavaliação Institucional da UNILA – 2010 a 2012 (UNILA, 2014), encontrei menção de que o processo daquele ano também foi feito de forma indireta.

Em 2012, com mais acordos de cooperação, foi possível estender as vagas para mais países da América Latina e Caribe. Essa seleção, mesmo sendo indireta, passou a seguir algumas orientações da UNILA, tais como ser cidadão natural do país conveniado, ter ensino médio ou equivalente completo e ter mais de 18 anos. Ressalto que todas as vagas ofertadas para estudantes estrangeiros nos anos de ingresso 2010-2012 eram acompanhadas de auxílio econômico.

Em 2013, não houve ingresso (PSI e Seleção Nacional) na UNILA devido ao atraso no Calendário Acadêmico ocasionado pela greve nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 2012.

A partir de 2014, não houve mais auxílios de natureza econômica, de forma automática, para os EIs ingressantes. Os processos seletivos passaram a ser competência da Pró-Reitoria de Graduação da UNILA – PROGRAD, que passou a definir critérios mínimos de seleção, meios e prazos.

Todavia, a efetivação da seleção continuou descentralizada, mediante delegação aos Ministérios de Educação (ou órgão equivalente) dos países parceiros que, por meio de editais próprios, estabeleciam regras e critérios adicionais para seleção.

A PROGRAD e uma banca de seleção interna da universidade realizavam, posteriormente, a conferência das informações e documentações enviadas pelos órgãos parceiros para a homologação dos resultados. Nesse mesmo ano letivo de 2014, segundo Struckes (2018), dentro das vagas do PSI também houve um processo seletivo exclusivo para candidatos paraguaios, contemplado pelo Convênio com o Parque Tecnológico de Itaipu - Paraguai – PTI-

PY (PTI e UNILA, 2014). Struckes (2018) também informa que, no segundo semestre de 2014, foi realizado novo processo seletivo exclusivo para o curso de medicina em parceria com as Representações Diplomáticas Brasileiras nos Estados-Membros do Mercosul. O curso teve início somente no segundo semestre, por isso a seleção extemporânea.

Os candidatos interessados procuraram essas representações e apresentaram os documentos requeridos. Cada representação enviou os documentos para a UNILA, que realizou a seleção e a classificação dos candidatos por meio de Banca de Seleção instituída pela Portaria PROGRAD/UNILA 014/2014 (*apud* STRUCKES, 2018). A avaliação dos candidatos baseou-se nas análises de históricos escolares. Esse foi o primeiro processo seletivo internacional em que a seleção não foi feita de forma indireta, mas inteiramente pela UNILA: desde o estabelecimento de critérios, inscrição, avaliação e seleção.

Struckes (2018) ressalta que, contudo, o processo não foi isonômico, pois os candidatos residentes em cidades distantes de representações diplomáticas, por óbvio, encontravam maiores dificuldades de participação. Podemos observar que ainda hoje essa dificuldade persiste com estudantes que moram em regiões distantes de centros, onde estão as representações, fazendo com que a democratização ao acesso seja restrito.

Relato também que, em 2015, o PSI passou a ser regulamentado pela Comissão Superior de Ensino (COSUEN) da UNILA (2018d). A referida comissão editou a Resolução 16/2014 (*apud* STRUCKES, 2018), na qual atribuiu a responsabilidade pelo planejamento, organização, publicação de Editais e condução do processo de seleção de estudantes estrangeiros para a Pró-Reitoria de Relações Internacionais e Institucionais (PROINT). Assim, vemos que a responsabilidade pelo ingresso de alunos internacionais não está mais na pró-reitoria de graduação.

Ademais, pude observar que “a resolução garantiu distribuição das vagas em 50%, por curso e turno, de estudantes brasileiros e com 50%, por curso e turno, de estudantes naturais e residentes nos demais países da América Latina e Caribe, possibilitando o remanejamento de vagas de um para outro no caso de não preenchimento” (STRUCKES, 2018, p.21).

A oferta de vagas para os EIs não se trata, no meu entender, de uma política afirmativa. A presença de alunos da América Latina e do Caribe na UNILA é indispensável para a concretização da política de internacionalização da instituição. Tal diversidade cultural e linguística é necessária para a construção de um saber regional, não restrito às fronteiras nacionais.

Desde a primeira seleção, sempre houve uma oferta de metade das vagas para os EIs. No entanto, não havia legislação que ancorasse tal prática, até que o item 4.5 do PDI de 2013-2017 (UNILA, 2013a), relativo às Políticas de Ingresso na Graduação, oficializasse a divisão igualitária das vagas entre os alunos brasileiros e estrangeiros.

A Resolução 16/2014 da COSUEN (*apud* STRUCKES, 2018), em seu artigo 3º, determinou que essa oferta seria por turno e curso. Tal medida teve por objetivo garantir a participação isonômica dos estrangeiros nos cursos e horários mais concorridos/desejados.

No que se refere à realocação das vagas remanescentes para os outros processos de seleção, prevista no § único do artigo 3º da mesma resolução, observo que ela ocorre apenas em mão única, no sentido das vagas não preenchidas por estudantes estrangeiros serem transferidas para alunos brasileiros.

O motivo da inviabilidade de convocação de novos candidatos estrangeiros é a morosidade intrínseca, tanto dos trâmites do PSI (legalização dos documentos, banca de seleção, etc.) quanto dos órgãos de migração. Conseqüentemente, todas as vagas remanescentes são redistribuídas para alunos brasileiros que se encontram na lista de espera do SISU. Assim, a universidade nunca atinge, na prática, a divisão teórica de metade das vagas para os estudantes internacionais.

A resolução estipulou, ainda, duas modalidades de seleção para os candidatos não brasileiros: a) direta, conduzida pela UNILA; e b) indireta, realizada pela UNILA a partir de acordos de cooperação internacional firmados com órgãos educacionais competentes de países da América Latina e Caribe.

Para ingresso em 2015, Struckes (2018) informa que ocorreram quatro processos seletivos internacionais: a) Pró-Haiti, Resolução CONSUN nº 037/2014 (*apud* STRUCKES, 2018), que reservou vagas para refugiados haitianos; b)

processo de seleção de estudantes estrangeiros, na modalidade de seleção indireta, conforme Edital nº 001/2014/PROINT-UNILA (*apud* STRUCKES, 2018); c) modalidade de seleção aberta e direta, segundo o Edital nº 003/2014/PROINT-UNILA (*apud* STRUCKES, 2018); e d) processo de seleção de estudantes estrangeiros na modalidade indireta, mediante o convênio realizado com o PTI-PY. Dessa forma, para ingresso em 2015, foi realizada a primeira seleção internacional exclusivamente direta.

Segundo Struckes (2018, p.24), “o processo seletivo para 2016 ocorreu de forma centralizada exclusivamente pela UNILA, a fim de adequar-se à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), a fim de garantir a transparência e lisura do processo”.

Os processos seletivos de 2017 e 2018 foram regidos pelos mesmos critérios do processo de 2016. Foram informatizados, desde a inscrição dos candidatos até a última fase de seleção, pela plataforma do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGAA, da UNILA. No quesito acadêmico, a partir de 2017, foi estabelecido um critério mínimo de aproveitamento (nota de corte) igual ou superior a 60% no ensino médio, conforme o Edital 017/2015/PROINT-UNILA, item 3.1.7 (UNILA, 2015b).

Como já não havia vagas com bolsas automáticas de moradia, transporte e alimentação, passou a ser exigida comprovação de solvência econômica. Ainda assim, posteriormente, no caso de hipossuficiência econômica, os Els podem concorrer às bolsas disponíveis em editais disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Esses processos (2017 e 2018) foram realizados entres os meses de maio e agosto do ano anterior ao ingresso. Até 2016, eles ocorriam entre setembro e dezembro, o que tornava os prazos muito exíguos para que os candidatos providenciassem os trâmites para a vinda ao Brasil.

Em atendimento à legislação brasileira e à Resolução COSUEN nº 02/2018 (*apud* STRUCKES, 2018), da UNILA, o edital do PSI publicado em 2018, relativo ao ingresso em 2019, passou a possuir uma política de cotas dentro do PSI. De acordo com essa política, até 50% (cinquenta por cento) das vagas do PSI⁷, são

⁷ O PSI oferta 50% das vagas da UNILA, por curso, para os estudantes internacionais. Dessa cota

oferecidas por curso, para os candidatos que atendam aos seguintes critérios:

- i) ter cursado integralmente o ensino médio ou formação equivalente em escola pública e gratuita;
- ii) comprovação de vulnerabilidade socioeconômica;
- iii) comprovação de vulnerabilidade humanitária ou condição de refúgio.

A condição de estudante provindo de escola pública não pode ser afastada em nenhuma hipótese. No entanto, existe ainda uma “subcota” para os candidatos que, além de terem estudado o ensino médio na escola pública, apresentem alguma condição de vulnerabilidade, seja de natureza econômica ou humanitária. Os refugiados têm a condição de vulnerabilidade presumida.

A partir do primeiro semestre de 2019, a UNILA também destina vagas para refugiados e indígenas aldeados do Brasil e da América Latina. Portanto, os refugiados latino-americanos (inclusive os caribenhos) podem participar da seleção como refugiados/portadores de visto humanitário ou por meio do PSI.

Tais políticas são coerentes com os princípios de “inclusão, permanência e ingresso de estudantes socioeconomicamente vulneráveis e historicamente excluídos da educação, principalmente do ensino superior”, conforme item 4.5, do PDI 2013-2017 (UNILA, 2013a) relativo às Políticas de Ingresso na Graduação.

Atualmente, em 2019, de acordo com informação obtida junto à PROINT (UNILA, 2019e), a divulgação do PSI é efetuada pela Secretaria de Comunicação da UNILA (SECOM). Os canais de divulgação são o *site* da universidade, as redes sociais, entrevistas a rádios e visitas a colégios e instituições dos países vizinhos (Argentina e Paraguai). O edital também é enviado para o Ministério das Relações Exteriores, que o reencaminha para todas as embaixadas e consulados dos países que podem participar do PSI.

A inscrição no PSI é feita de forma *on-line*. O edital apresenta o *hiperlink* de acesso para a inscrição e o candidato faz o cadastro no sistema SIGAA da UNILA. Após realizar o cadastro, ele deverá realizar a inscrição através do *login*

de metade das vagas, 50% delas são reservadas para estudantes de escola pública e pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica ou humanitária, bem como para refugiados.

de cadastro e enviar via plataforma o rol de documentos elencados. Posteriormente, a universidade homologa a inscrição, em caráter eliminatório. Forma-se uma banca, composta por servidores (docentes e técnicos) da universidade, que seleciona os alunos por meio dos critérios técnicos definidos no edital. Essa etapa tem caráter eliminatório e classificatório.

Após a publicação dos resultados, os alunos selecionados são instados a confirmar suas respectivas vagas. Caso haja desistências, são divulgados sucessivos editais⁸. Por volta de novembro do ano anterior ao ingresso, são homologados os resultados finais. Na hipótese de vagas remanescentes, as mesmas são realocadas em outros processos seletivos, destinadas, quase que por exclusão, à estudantes brasileiros. No início do ano subsequente ao do processo seletivo, os discentes devem efetuar a matrícula presencial, antes do início das aulas, em período definido também por edital.

Na chegada ao país, os candidatos precisam apresentar o rol de documentos citados no edital, devidamente apostilados, consularizados ou legalizados (a depender do tipo de documento). A partir da efetivação da matrícula, os estudantes internacionais estão devidamente vinculados à universidade.

No próximo item, tratarei da operacionalização das políticas de ingresso.

2.1.2 Execução Administrativa das Políticas de Ingresso

O Processo de Seleção Internacional (PSI), de Portadores de Visto Humanitário/Refugiados e de Indígenas é efetuada pela PROINT. No entanto, a matrícula de todas essas modalidades é coordenada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

A PROGRAD é uma instância administrativa da UNILA que tem a função de planejar, coordenar e controlar as diversas atividades de ensino, na graduação.

⁸ Para ingresso no ano de 2019, foram feitas 7 chamadas. Informação obtida no portal de editais da PROINT, conforme segue link: <https://portal.unila.edu.br/print>.

A coordenação do processo de matrículas, realização e supervisão dos registros referentes à vida acadêmica e burocrática dos discentes é de completa responsabilidade da PROGRAD, independentemente da espécie de processo seletivo pelo qual o aluno foi selecionado.

Essa Pró-Reitoria, além das funções acima citadas, também atua em processos seletivos. É sua responsabilidade a organização do processo seletivo dos alunos brasileiros (SISU), no âmbito da universidade. Ainda, atua na seleção dos estudantes brasileiros e estrangeiros, nas modalidades de Seleção Complementar, Vagas Ociosas e Música. Em relação ao PSI, a PROGRAD lança edital⁹ somente com as regras para a matrícula, posto que a responsabilidade pela seleção é da PROINT. Nesse edital são divulgadas informações relativas à matrícula, tais como: dia, horário e documentação a ser apresentada. Essas mesmas informações também são encontradas no edital de inscrição do PSI, lançado pela PROINT.

Todas as Pró-Reitorias, utilizam (atualmente, em 2019) o portal da UNILA¹⁰ para divulgação dos editais. A lista de editais se apresenta por ordem de data de publicação, exclusivamente em língua portuguesa. É possível filtrar os editais de acordo com algumas modalidades pré-selecionadas: graduação, ingresso de discentes, assistência estudantil, dentre outras.

Em primeiro lugar, creio que a lista de editais deveria ser bilíngue. Em relação aos filtros citados, a localização do edital que se busca é confusa, pois no filtro “tipo”, quando selecionada a espécie “ingresso de discentes” aparece um rol enorme de editais de diversos processos seletivos (SISU, PSI, Vagas Ociosas, Música), completamente mesclados entre si. Parece-me que o ideal seria a possibilidade de definição de um subfiltro dentro do filtro “ingresso de discentes”, no qual o candidato pudesse selecionar o processo de seu interesse.

Também é possível digitar a palavra-chave do que se procura ali. Digitando-se, por exemplo, o termo PSI, aparecem diversos editais correlacionados com o tema, desde que o termo PSI esteja escrito no título do edital.

⁹ O edital com regras de matrícula estão disponíveis na página: https://documentos.unila.edu.br/system/tdf/arquivos/editais/edital_prograd_016-2019_-_matriculas_-_estrangeiros_-_psi_2019retificado.pdf?file=1&type=node&id=3185.

¹⁰ Segue link do Portal da Unila: <https://portal.unila.edu.br/>.

Em relação aos EIs ingressantes, a utilização de quaisquer dos tipos mencionados de navegação, em minha opinião, é demasiadamente difícil. Primeiramente, em razão das páginas de navegação não terem a opção de alternância do idioma para espanhol; além disso, o processo de filtragem me parece muito confuso, mesmo para brasileiros não familiarizados com o sistema da UNILA.

Portanto, em relação aos candidatos e ingressantes internacionais, essa possibilidade de localização dos editais de convocação, resultados e matrícula, sob minha ótica, é meramente teórica, *pro forma*. A efetiva comunicação da instituição com esses candidatos/ingressantes ocorre via correio eletrônico, sob responsabilidade da PROINT.

Somente mudanças muito significativas na formatação das páginas relativas aos editais poderiam modificar gradativamente o processo de comunicação com os candidatos e ingressantes internacionais, do formato correio eletrônico para o modelo de editais, adotado com os demais alunos.

2.1.3 Considerações finais acerca da Política de Ingresso

Em resumo, o panorama geral dos processos seletivos da UNILA é o seguinte:

a) A universidade oferta 50% das vagas para o PSI e a outra metade para o ENEM; portanto, é falsa a impressão, que a comunidade local vocaliza¹¹, de que a UNILA tem no corpo discente uma parcela maior de alunos internacionais;

b) Os altos custos com viagens para os centros e para validação de documentação, com deslocamento e permanência no Brasil e a ausência de políticas de fomento dos países de origem dos alunos internacionais acarreta um preenchimento parcial das vagas destinadas a esses alunos que são, posteriormente, realocadas para os outros processos seletivos e preenchidas, na sua maior parte, por alunos brasileiros;

¹¹ Acerca da manifestação da comunidade local, leiam-se os comentários sobre a notícia veiculada neste link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/nao-e-pela-unila- apenas-mas-pela-educacao-brasileira-diz-nota-da-reitoria>.

c) São elegíveis para as cotas do PSI, em menor proporção, refugiados, portadores de visto humanitário e indígenas aldeados;

d) O curso de Música possui processo seletivo próprio, no caso de brasileiros. No caso de estrangeiros, o processo é o próprio PSI. Em ambos os casos há uma prova técnica;

e) Existindo vagas remanescentes de ingresso, há um Processo de Seleção Complementar;

f) Para as vagas dos semestres subsequentes, ou seja, a partir do segundo semestre, há o Processo de Vagas Ociosas;

Em relação à operacionalização da seleção e matrícula, a PROGRAD é responsável pela efetivação desses processos, com exceção da seleção que, nos casos do PSI é realizada pela PROINT.

O PSI, processo seletivo com maior relevância para esse estudo, com uma quota de cinquenta por cento do total de vagas da universidade, por curso de graduação e turno, aberto aos alunos da América Latina e Caribe, tem regras completamente distintas dos outros processos seletivos.

Atualmente (2019), é realizado diretamente pela universidade que busca garantir, a partir de critérios objetivos, a mais completa isonomia entre os candidatos. A seleção é efetuada a partir de uma análise curricular dos alunos e, portanto, tem critérios completamente distintos do processo de seleção de alunos brasileiros, que é realizado mediante o Sistema de Seleção Unificada (SISU), do MEC.

No próximo tópico abordarei a política de internacionalização da instituição.

2.2 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

As universidades, em todo o mundo, têm buscado aumentar o intercâmbio e a cooperação com outras instituições, não só em âmbito nacional, mas também na esfera internacional.

Segundo o pesquisador Ben Wildavsky, da *Kauffman Foundation*, nos Estados Unidos, em entrevista ao jornal da UNICAMP (BUENO e FÁVARO, 2011) afirma que:

Muitos países entenderam, e os formuladores de políticas entenderam, que a competição para as universidades não é só local, nacional ou regional – é global. De certa forma, o mesmo tipo de globalização que chegou ao mundo dos negócios e da cultura também chegou ao mundo do ensino superior (BUENO e FÁVARO, 2011).

Ainda segundo Wildavsky:

Na idade média, quando as primeiras universidades ocidentais foram criadas em cidades como Paris, Bolonha e Oxford, já havia estudantes que viajavam de um lugar para outro. Mas agora a globalização está ocorrendo em uma escala jamais vista na história. Há 3 milhões de alunos estudando fora de seus países de origem, o que representa um aumento de 57% em apenas uma década. Em 2025, haverá cerca de 8 milhões. As melhores universidades do mundo estão procurando os melhores talentos onde quer que possam encontrá-los (BUENO e FÁVARO, 2011).

Francisco Marmolejo, Diretor-executivo do Consórcio para a Colaboração no Ensino Superior da América do Norte (Conahec), na mesma entrevista coletiva ao jornal da Unicamp, explica como se operacionaliza a internacionalização:

O que a internacionalização faz é abrir a universidade para o mundo e aproximar o mundo da universidade – duas necessidades enormes no caso latino-americano. Internacionalizar a universidade significa revisar o currículo para ver quais conteúdos são relevantes não mais em um contexto local, mas em um contexto internacional. Implica atrair professores de fora, mandar docentes para o exterior e propiciar maior mobilidade aos alunos para que eles possam entender melhor o mundo complicado em que vão trabalhar. Implica, ainda, que a universidade comece a comparar-se mais com seus pares internacionais (BUENO e FÁVARO, 2011).

Leite e Genro (2012, *apud* MENEGHEL e AMARAL, 2016) afirmam que esse modelo de internacionalização advém de um movimento de reforma dos sistemas de educação superior latino-americanos, iniciado na década de 90 do século passado, que direcionou as instituições a terem um foco maior no mercado, desenvolvendo o que as autoras denominaram de “capitalismo acadêmico”.

Com a adoção desse modelo, as universidades passaram a endossar os referenciais de qualidade definidos por “indicadores e padrões de desempenho suportados por agências internacionais, pautados nas normas europeias e norte-americanas” (MENEGHEL e AMARAL, p. 26, 2016).

Ainda segundo as pesquisadoras, há um contraponto a este modelo de capitalismo acadêmico; o modelo alternativo que almeja “o conhecimento como fundamento do desenvolvimento sustentável da sociedade” e considera “a ES [educação superior] elemento vital para a construção de uma sociedade e cultura de paz, bem como para a promoção da justiça e da equidade social” (MENEGHEL e AMARAL, 2016).

Ressaltam as autoras que, enquanto o modelo contra-hegemônico foi defendido na 1ª Conferência Mundial de Educação Superior (CMES/1998), realizada em Paris, por convocatória da UNESCO, o desenho de cooperação internacional estabelecido pelos países centrais do capitalismo ganhou visibilidade em 1999, a partir do reconhecimento pela OMC da educação como um serviço, a ser regulamentado no âmbito dos Acordos Gerais de Comércio e Serviços (AGCS).

No âmbito da América Latina e Caribe, a Conferência Regional de Educação Superior, realizada em junho de 2008, em Cartagena de Índias, também por convocação da UNESCO, alinhou-se ao modelo alternativo proposto na CMES/98 (MENEGHEL e AMARAL, 2016).

A proposta da UNILA foi formulada de acordo com esse pensamento contra-majoritário. Como vimos anteriormente, tal proposta é voltada para a América Latina e orientada pelo princípio da cooperação solidária.

Segundo essa ótica, a:

(...) internacionalização do ensino superior deve promover condições favoráveis para as construções coletivas da produção do conhecimento regional, que pressupõem que os pesquisadores e suas instituições

passem a pensar em si próprios para além do nacional, assumindo enfoques transnacionais para as problemáticas coletivas do seu entorno regional. (KRAWCZYK, 2008, p. 42, *apud* UNILA, 2019e).

Nesse mesmo viés, a pesquisadora Marília Morosini (*apud* UNILA, 2019a) acredita que a internacionalização é um:

(...) processo de integrar uma dimensão internacional e intercultural de educação superior, advindo de interações, sustentadas por redes colaborativas, com blocos socioeconômicos desenvolvidos e com outros que valorem múltiplas culturas, diferenças, locais e tempos, fortalecendo a capacidade científica nacional, com o fito de ser irradiador do desenvolvimento sustentável (UNILA, 2019a).

Ainda de acordo com a estudiosa do tema: “Essa é uma proposta de conceito mais amplo do que simplesmente integrar uma perspectiva internacional na universidade” (UNILA, 2019i).

Segundo a proposta da UNILA, a sua vocação internacional “(...) está presente em todas as deliberações e propostas adotadas desde a fase prévia à sua aprovação pelo Congresso brasileiro. Ela impregna também toda a proposta pedagógica, seleção de professores, alunos e TAEs” (UNILA, 2017).

A universidade mantém relações institucionais com as seguintes instituições da comunidade internacional, especialmente dentro do ambiente geopolítico latino-americano:

- a) Espaço Comum de Educação Superior do Mercosul e Iberoamericano;
- b) Parlamento do Mercosul (e outros blocos);
- c) União Europeia e demais regiões (cooperação);
- d) Agência Brasileira de Cooperação (ABC);
- e) Academias diplomáticas latino-americanas;
- f) Instituto Rio Branco;
- g) IPRI – Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais;
- h) Instituições já existentes (ex. Mercocidades, Merco

universidades e Fomerco);

- i) Instâncias de Poder;
- j) Comunidade.

A Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINT), que coordena o PSI, também é responsável pela promoção, coordenação, estímulo, supervisão, controle e avaliação das ações de internacionalização da UNILA. O foco principal, dado o objetivo institucional da universidade, é a integração com a América Latina e Caribe.

Atualmente (2019), conforme consulta ao portal da UNILA (2018c), a universidade possui sessenta e oito convênios internacionais vigentes, sendo que desse total cinquenta e cinco são com instituições da América Latina, duas deles se referem à universidades do Caribe. Esses convênios preveem implementar programas de cooperação capazes de promover o desenvolvimento acadêmico, técnico-científico e cultural com intercâmbio de estudantes, técnicos e professores.

Recentemente, foi aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUN), a Resolução N° 05, de 08 de abril de 2019, que estabeleceu as diretrizes da Política de Internacionalização da instituição. Tal documento parte do pressuposto de que a educação é um fator fundamental para a superação das desigualdades sociais na América Latina. Conseqüentemente, a construção coletiva de um saber regional se constitui como uma ferramenta para a produção de “vias alternativas capazes de responder às complexas demandas que constituem as realidades latino-americanas” (UNILA, 2019k).

Conforme a Política de Internacionalização da UNILA, a presença de 20 nacionalidades, no corpo docente e discente da universidade, faz com que os espaços da universidade se transformem “(...) em ambientes profundamente atravessados pela potencialidade criativa advinda destas relações interculturais” (UNILA, 2019k).

O documento menciona que aproximadamente trinta por cento do corpo docente da universidade é composto por professores estrangeiros. Assim, “(...) faz-se necessário a construção de mecanismos pedagógicos e administrativos que abarque as diversidades inerentes à instituição” (UNILA, 2019k).

Tal diversidade cria um cenário que “(...) impõe desafios investigativos e pedagógicos que exigem a criação de políticas específicas de atuação para esta realidade” (UNILA, 2019k). Consideradas todas as premissas estabelecidas na legislação que criou a universidade, o documento afirma que o modelo de internacionalização da UNILA “prevê o desenvolvimento regional por meio do conhecimento compartilhado e da cooperação solidária entre órgãos e sujeitos de diversas nacionalidades, com ênfase nas relações sul-sul e priorizando a região fronteiriça onde a UNILA está inserida” (UNILA, 2019k).

Concluo, assim, que a UNILA almeja por em prática a sua política de internacionalização sob uma ótica crítica e contra-hegemônica, priorizando a cooperação sul-sul, especialmente com a América Latina e Caribe.

A integração deve ser ainda mais intensa com os países do Mercosul, dados os objetivos institucionais definidos pela lei de criação da universidade.

O Plano de Internacionalização da universidade, referido na Política de Internacionalização, conterà “ações, metas e prazos de execução” (UNILA, 2019k), e será essencial para que as declarações de princípios possam se transformar em políticas efetivas, a serem mensuradas mediante parâmetros técnicos. Até a defesa deste trabalho o Plano de Internacionalização ainda não foi apresentado e/ou aprovado.

No próximo item, abordarei a política de bilinguismo da instituição, que decorre de sua proposta de valorização da diversidade cultural e linguística.

2.3 POLÍTICA DE BILINGUISMO

No tópico anterior, relativo à Política de Internacionalização da UNILA, foi enfatizado que, dentre os seus objetivos institucionais, a instituição pretende “promover condições favoráveis para as construções coletivas da produção do conhecimento regional” (KRAWCZYK, 2008 *apud* UNILA, 2019k).

A UNILA é um ambiente multilíngue e multicultural. Esse cenário é muito bem retratado por Munoz (2016, p.32):

Nuestra situación de investigación en la Universidad Federal de Integración Latinoamericana no solo presenta un espacio de contacto lingüístico que, a pesar de estar restringido por un supuesto bilingüismo, es mucho más complejo y diverso que el uso de dos lenguas. En nuestro caso, no solo se trata de observar hablantes de UN español y de UN portugués en contacto, sino de un universo de variedades geográficas o diatópicas del español y del portugués, reflejo de sus identidades nacionales y así mismo en contacto con otras lenguas (nacionales, extranjeras, autóctonas, de herencia) que están incluidas en los repertorios de cada individuo. A este hecho, se le suman las variedades funcionales de la lengua o diafásicas; en otros términos, las diversas formas de registro y las diferentes culturas académicas como maneras de estructurar, transmitir, comunicar y elaborar un pensamiento científico dentro del marco de la educación universitaria. También se presenta otra serie de factores de variación, debido a la convivencia en una situación geográfica de triple frontera.

Assim, conforme já mencionei na introdução desse trabalho, convivem na UNILA estudantes latino-americanos das mais variadas origens: brasileiros de todas as regiões do país, bolivianos do altiplano, paraguaios e argentinos da região da Tríplice Fronteira, indígenas aldeados, refugiados haitianos e venezuelanos, dentre outros perfis nacionais, culturais e linguísticos. Essa realidade se tornou ainda mais complexa com a vinda de estudantes não latino-americanos.

Portanto, é um grande desafio estabelecer e executar políticas para que essa diversidade não se transforme em uma barreira, no processo de aprendizado.

No que se refere ao corpo técnico da UNILA, é uma tarefa difícil se comunicar de forma efetiva com esse variado corpo discente, no intuito de obter um adequado processamento dos trâmites acadêmicos.

Os técnicos administrativos da instituição não passam por um treinamento institucional que os habilite no uso do espanhol como LA. Portanto, a qualidade da comunicação desses profissionais com os EIs hispanofalantes depende muito da experiência pessoal prévia de cada um deles com o espanhol.

Em relação aos demais alunos internacionais, que utilizam o

francês, o inglês e o creole, por exemplo, a dificuldade é ainda maior. A efetividade da comunicação depende mais ainda do domínio do discente do português como LA ou da utilização de um terceiro como intérprete.

Dada tal realidade, é necessária uma política linguística institucional, que abarque não apenas a vida acadêmica *stricto sensu*, mas também a vivência multilingue na universidade, fora da sala de aula.

De acordo com Johnson (2013 *apud* CARVALHO, 2018, p. 6):

Política linguística é um mecanismo que impacta a estrutura, a função, o uso e a aquisição da linguagem e inclui:

1. Regulamentos oficiais – frequentemente instituídos na forma de documentos escritos, com o objetivo de causar mudanças na forma, função, uso e aquisição da linguagem – que podem influenciar oportunidades econômicas, políticas e educacionais;
2. Mecanismos não oficiais, implícitos, covert e de facto, conectados às práticas e crenças linguísticas, que têm poder de regulação sobre o uso da linguagem e a interação dentro de comunidades, locais de trabalho e escolas;
3. Não apenas produtos, mas processos – “política” como um verbo, não como um substantivo – protagonizados por uma diversidade de agentes de política de linguagem através das múltiplas camadas de criação, interpretação, apropriação e instâncias de uma política;
4. Textos e discursos das políticas presentes em múltiplos contextos e camadas da atividade da política de linguagem, que são influenciadas por ideologias e discursos referentes àquele contexto.

Para Carvalho (2018, p. 6), tanto o delineamento quanto a concretização de uma política linguística que atenda aos objetivos propostos pela UNILA é um desafio inédito, “por não haver, historicamente, referência anterior de um projeto de ensino superior bilíngue e de integração latino-americana nesses termos”.

Feitas essas considerações, observo que a UNILA estabeleceu, dentre os princípios da instituição, tanto em seu Estatuto (UNILA, 2012)¹² quanto no

¹² Estatuto da UNILA (2012), art. 5º: “A UNILA rege-se pelos seguintes princípios: VIII – educação bilíngue: português e espanhol.”.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 2013-2017 - (UNILA, 2013a)¹³, o bilinguismo português-espanhol.

Em junho de 2018 foi criado o Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Língua(gem) e Interculturalidade – NIELI (UNILA, 2018a), da UNILA, vinculado ao ILAACH. De acordo com o artigo 3º de seu regimento:

O NIELI tem por finalidade principal criar uma estrutura voltada para o desenvolvimento da Política e Planejamento de Linguagem da UNILA, compreendendo tanto programas, projetos e ações para o planejamento da educação bilíngue quanto para a formação de uma comunidade acadêmica plurilíngue e intercultural (UNILA, 2018a).

No entanto, a universidade ainda não delineou uma política linguística (doravante PL) explícita. A partir de análise documental, Carvalho (2012) inferiu a PL da instituição a partir de documentos de teor mais genérico (A Unila em Construção, 2009 e o PDI 2013-2017).

Para Carvalho (2018, p. 8), há um esboço de política linguística nos documentos mencionados. Dentre os pontos que a autora destaca estão:

- a) O bilinguismo português-espanhol como ferramenta chave na integração cultural, intelectual dentro da comunidade acadêmica;
- b) A multiculturalidade e a interdisciplinaridade como conceitos básicos para o desenvolvimento do projeto pedagógico;
- c) Uma abordagem multicultural que contemple a diversidade cultural dos atores e;
- d) A promoção da integração, do diálogo cultural, e da produção de conhecimento a serviço do desenvolvimento latino-americano.

Todavia, esse esboço de política bilíngue é meramente principiológico. Não há a definição das ações concretas para a efetivação dessa política.

Carvalho (2018, p. 9) cita aspectos que, segundo Beardsmore

¹³ PDI (UNILA, 2013): “Item 3.2. Princípios filosóficos e metodológicos institucionais: São princípios da universidade (PDI) a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e o multilinguismo, a integração solidária e a gestão democrática.”

(2009) deveriam ser levados em consideração no planejamento e concretização desse tipo de política:

- a) Fator situacional (perfil social e linguístico dos estudantes, o *status* das línguas presentes no âmbito acadêmico);
- b) Fator operacional (a construção da proposta via currículo, a condição das disciplinas e a formação de professores para atuar em ambiente multilíngue);
- c) Fator de resultado (mudança/adição/revitalização/desenvolvimento linguístico; tipo de bilinguismo que se deseja desenvolver nos participantes - receptivo, parcial, total - e o tipo de conhecimento que se quer produzir e as relações socioculturais almejadas com a proposta de ensino).

Porém, mesmo não existindo uma política oficial de bilinguismo, a universidade se situa num ambiente essencialmente bilíngue¹⁴, em razão do espanhol ser a língua nativa de grande parcela dos discentes e de parte dos docentes. As aulas precisam ser dadas; os trabalhos apresentados; os trâmites acadêmicos realizados. Consequentemente, há uma política bilíngue *de facto*, que opera na instituição, intermediando todas essas atividades.

Johnson (2013 *apud* CARVALHO, 2018 p. 6), leciona que as práticas e crenças linguísticas dos sujeitos “têm poder de regulação sobre o uso da linguagem e a interação dentro de comunidades, locais de trabalho e escolas”.

Carvalho (2018) - a partir das reflexões tal como Munoz (2016), Ferreira (2015, 2016), Carvalho (2012), Carvalhal (2016), bem como das análises do projeto de pesquisa “Políticas e Realidades Linguísticas na UNILA”, coordenado, desde o início de 2016, pela professora da instituição, Bruna Macedo de Oliveira - traça um cenário das políticas linguísticas da universidade.

Nesse estudo, Carvalho (2018) aponta quatro eixos de análise, aos quais me refiro e que utilizo como parâmetros para minha análise da PL de bilinguismo *de facto* da UNILA, com especial ênfase na seara da comunicação entre estudante internacional e técnico administrativo. Segue abaixo:

¹⁴ Digo essencialmente bilíngue porque os outros idiomas circulantes na UNILA (creole, francês, inglês, aimara, guarani, quechua, dentre outros) têm uma presença bem menos preponderante.

1) Questões de linguagem como eixo transversal em cenário institucional multilíngue.

Em uma universidade que se propõe bilíngue, e que acolhe estudantes que possuem diversas línguas maternas, os assuntos referentes à linguagem constituem “uma espécie de eixo transversal que atravessa todas as áreas de atuação na universidade” (CARVALHO, 2018, p. 11). Conseqüentemente, “as instâncias de coconstruções da política linguísticas estão entrelaçadas com a proposta acadêmica mais ampla”. Esse entrelaçamento ocorre tanto pela “relação entre linguagem e produção de conhecimento” (ensino e pesquisa) quanto “pela construção da integração neste cenário” (CARVALHO, 2018, p. 11).

Portanto, a PL é, no meu sentir, mais relevante em uma instituição como a UNILA do que, por exemplo, em uma universidade federal brasileira típica. Todavia, a ausência de uma política institucional expressa, com metas bem definidas e com o detalhamento dos mecanismos de implantação, dificulta a implantação do bilinguismo.

2) As relações de *status* entre o português e o espanhol.

Referindo-se às relações de poder vinculadas às questões linguísticas, Carvalho (2018, p.12), cita a existência de uma “ideologia monolíngue fortemente arraigada nos países latino-americanos e a relação histórica de conflito entre esses dois idiomas majoritários na América Latina (...)”.

Em tese, de acordo com os princípios estabelecidos em diversas normas já mencionadas, o espanhol e o português deveriam gozar de idêntico *status* na UNILA.

No tocante aos aspectos acadêmicos, as disciplinas podem ser ministradas em língua espanhola. Todos os trabalhos acadêmicos, inclusive aqueles de conclusão de curso, são aceitos em língua espanhola, também pelos professores brasileiros.

Os planos de ensino eram, facultativamente, emitidos em espanhol. Porém, segundo orientação do setor jurídico da universidade, houve a revogação dessa prática, em razão da legislação que obriga o uso do português na emissão de documentos oficiais.

Moreira e Oliveira (2017) efetuaram um estudo objetivando avaliar

efetividade da presença do bilinguismo nas práticas de ensino, pesquisa e extensão da UNILA. Para tanto, analisaram quantitativamente as bibliografias dos cursos de graduação, especialização e mestrado, assim como os projetos de pesquisa e extensão.

Esse modelo quantitativo, proposto por Shohamy (2006 *apud* MOREIRA E OLIVEIRA, 2017) é eficaz para avaliar se as políticas explícitas que sustentam o multi/plurilinguismo são apenas declarações e intenções ou se, efetivamente, sustentam políticas *de facto*.

Oliveira (2016 *apud* MOREIRA e OLIVEIRA, 2017, p.3) reitera que há “certa omissão por parte da instituição em definir o conceito de bilinguismo em seus documentos oficiais, além da existência em um trânsito entre as ideias - tampouco devidamente definidas - de ‘educação bilíngue’, ‘ensino bilíngue’ e ‘universidade bilíngue’, ao longo desses documentos.”.

Carvalho (2012, p.141) identificou um caráter hegemônico da língua portuguesa nos diversos espaços da instituição e percebeu um “gozo de maior status” da mesma em relação aos outros idiomas presentes nesses ambientes.

Em seus resultados, Moreira e Oliveira (2017) encontraram 9.230 textos referenciados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da instituição. Foi constatada a prevalência absoluta de textos indicados em língua portuguesa (78%), número muito distante das línguas subsequentes do ranking: inglês (11%) e espanhol (10,9%).

Consequentemente, concluíram que “apesar do bilinguismo (português-espanhol) ser um princípio filosófico-metodológico da UNILA, sua concretude, em termos de equiparação do lugar dessas duas línguas, no que tange ao arcabouço teórico das práticas de ensino da instituição, não se dá de forma eficiente” (MOREIRA e OLIVEIRA, 2017, p.6).

Ressalto que a absoluta desproporção entre as bibliografias em português em relação ao espanhol (quase de 8 para 1), bem como a equivalência das bibliografias em inglês e espanhol, em uma universidade bilíngue português-espanhol, são resultados que demonstram o desprestígio institucional da língua espanhola.

Em relação aos aspectos administrativos, o português tem clara

hegemonia, pois os documentos oficiais (diploma, histórico, atestado de matrícula, etc) são emitidos exclusivamente nessa língua, em razão da legislação brasileira¹⁵.

Os requerimentos referentes aos trâmites acadêmicos são aceitos em espanhol. No entanto, em razão do artigo 22 da Lei 9784/99, as respostas dos processos administrativos devem ser escritas, necessariamente, em língua portuguesa.

No que concerne à comunicação verbal entre os TAEs e os EIs, percebo que há um maior esforço dos alunos no sentido do uso da língua “do outro”, ou seja, do português, nesses contatos.

Atribuo a dois fatores a explicação desse fenômeno: primeiro, os alunos internacionais estão “imersos” em um território cujo domínio linguístico é o da língua portuguesa. Os mesmos utilizam o português no seu cotidiano não institucional (supermercado, transporte, lazer) e, na universidade, há um predomínio de professores falantes do português - 83% de professores brasileiros, segundo dados de 2016 (CARVALHO, 2018).

Em segundo lugar, a ausência de uma política concreta de bilinguismo faz com que não existam estímulos institucionais para que o referido corpo técnico utilize o espanhol, tanto nas respostas escritas no correio institucional (não sujeito à vedação do uso do espanhol) quanto nas comunicações verbais.

Assim, apesar da igualdade formal entre as duas línguas, expressa nos documentos institucionais da UNILA, há uma evidente predominância do português em relação ao espanhol, também na esfera administrativa.

3) O âmbito do ensino na graduação: o Ciclo Comum de Estudos (CCE) e o papel do professor.

De acordo com o Projeto Pedagógico do CCE, esse ciclo “foi originalmente concebido para ser o diferencial da UNILA, tendo por objetivos incentivar o pensamento crítico filosófico, o bilinguismo e um conhecimento básico de aspectos que definem em sua complexidade a cultura da América Latina” (CARVALHO, 2018, p. 16).

¹⁵Segundo a Lei 9784/99, Art. 22.: “Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1o Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.” (BRASIL, 1999).

O CCE, conforme já mencionei na introdução desse trabalho, é composto por três vetores: a) português e espanhol, na condição de línguas adicionais; b) Ética e Ciência e Introdução ao Pensamento Científico e c) Fundamentos de América Latina I, II e III.

Borges e Darling (2015 *apud* CARVALHO, 2018, p. 16) relatam que “o ciclo comum representa a possibilidade de um código comum em um entorno complexo, caracterizado pela diversidade”.

Os autores ainda “destacam a divisão política interna na universidade, que se apresenta, por exemplo, por meio da existência de um grupo favorável do projeto original e de outro que defende que a instituição se torne cada vez mais ‘brasileira’ no seu modo de funcionar (...)” (BORGES e DARLING, 2015 *apud* CARVALHO, 2018, p. 16).

Segundo Carvalho (2018) há o reconhecimento, por parte de muitos atores da universidade, que a proposta acadêmica inicial, de construção de uma visão crítica sobre a realidade latino-americana, de efetivação do bilinguismo e da interdisciplinaridade, nunca foi de fato implementada. Menciona a autora que os critérios de seleção de docentes na UNILA seriam uma das possíveis causas para a não concretização dessa proposta, posto que não levam em consideração as especificidades do contexto da universidade.

Citei, anteriormente, que a UNILA é uma universidade federal brasileira e que, portanto, está sujeita ao regramento legal do país. Não considero, no entanto, que tal questão seja um óbice significativo para a concretização do projeto institucional da universidade e, mais especificamente, do bilinguismo.

Parece-me que um fator muito mais relevante, e que ultrapassa os muros da universidade, seja a visão de mundo - que permeia boa parte da sociedade brasileira - que considera qualquer perspectiva de integração do país como uma ameaça à soberania nacional. No âmbito latino-americano a proposta integracionista é vista como exclusivamente de esquerda e, na esfera mundial, como “globalista”.

Todas essas dificuldades na definição e implantação da política de bilinguismo, faz com que, segundo Carvalho (2018), os professores se vejam obrigados a desenvolver suas próprias estratégias de atuação em um ambiente

multicultural e multilíngue. Trata-se de uma difícil tarefa.

Portanto, os obstáculos encontrados no desenvolvimento de estratégias adequadas para o ensino de línguas adicionais no Ciclo Comum é um reflexo das barreiras que existem no contexto macro da instituição, no que se refere à implementação do seu projeto institucional.

4) O âmbito do ensino na graduação: as disciplinas de línguas adicionais.

Torres et al (2018), no estudo “Processamento e análise de dados sobre a realidade político-linguística da UNILA”, buscam, a partir de uma perspectiva qualitativa-quantitativa, avaliar a experiência anterior dos alunos com as denominadas línguas adicionais, domínio de competência e contextos de aprendizagem.

O referido estudo está vinculado ao eixo IV, do edital IMEA 06/2018, e deu continuidade às ações previstas no projeto de pesquisa denominado “Políticas e realidades linguísticas na UNILA”.

A análise dos questionários aplicados detectou baixa incidência de estudos formais em ambas as línguas adicionais; isto é, tanto os alunos hispanofalantes quanto os nativos da língua portuguesa referiram baixo contato formal com os idiomas adicionais respectivos (português e espanhol).

Segundo os pesquisadores, esses resultados indicam a necessidade de manutenção, no Ciclo Comum, dos componentes curriculares português e espanhol como língua adicional (LA).

De acordo com Ferreira e Carvalho (2017 *apud* CARVALHO, 2018, p.20) as demandas do português como língua adicional (PLA) e do espanhol como língua adicional (ELA) são distintas. Dado o caráter hegemônico do português, os discentes hispanofalantes têm “uma maior demanda pelo trabalho com diferentes gêneros escritos, frequentemente mais complexos e/ou acadêmicos (...)”.

Nas aulas de ELA, os estudantes brasileiros: a) não se encontram no estado de imersão na língua do “outro”, como os hispanofalantes; b) efetuam suas práticas acadêmicas predominantemente na língua portuguesa. Portanto, “o ensino tende a se voltar à comunicação cotidiana e ao desenvolvimento de estratégias de interação em espanhol” (FERREIRA e CARVALHO, 2017 *apud*

CARVALHO, 2018, p.20).

Conseqüentemente, tais distinções: “a) têm por consequência a dificuldade de se definir um currículo comum aos dois componentes da língua adicional; b) têm levantado questionamentos sobre a necessidade de ensino de letramento acadêmico na aula de LA; e c) têm suscitado a discussão sobre a possível criação de demandas de letramento acadêmico em espanhol na comunidade” (FERREIRA e CARVALHO, 2017 *apud* CARVALHO, 2018, p.20).

Ferreira (2015 *apud* CARVALHO, 2018, p.22), em levantamento acerca das demandas acerca do letramento acadêmico, efetuado em pesquisa sobre práticas de leitura e graduação da UNILA, relata que docentes “afirmam que alguns estudantes carecem de proficiência em leitura para acompanhar as disciplinas de graduação”.

Ainda segundo o estudo, “a escrita acadêmica é também uma dificuldade a ser superada segundo estudantes e professores” e que “o letramento em língua materna precisa ser trabalhado nesse contexto, já que a maioria dos estudantes não têm conhecimento prévio de gêneros acadêmicos” (FERREIRA, 2015 *apud* CARVALHO, 2018, p.22).

A pesquisa ainda indica a dificuldade de ler e escrever em português ou espanhol, idiomas oficiais da proposta pedagógica da UNILA, por parte “de estudantes falantes de línguas originárias e dos estudantes haitianos falantes de francês e crioulo”. Conseqüentemente, há “a necessidade de incluir esse perfil heterogêneo nos processos de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação” (FERREIRA, 2015 *apud* CARVALHO, 2018, p.22).

2.3.1 Considerações finais acerca da Política de Bilinguismo da UNILA

Em breve síntese, reitero que os princípios acerca do bilinguismo da UNILA, enunciados no Estatuto e no PDI da universidade, estabelecem a multiculturalidade e a interdisciplinaridade como conceitos básicos para o desenvolvimento do projeto pedagógico e objetivam a promoção da integração, do diálogo cultural, e da produção de conhecimento a serviço do desenvolvimento

latino-americano.

A criação do NIELI, vinculado ao ILAACH, foi um passo adicional no sentido de traduzir esses princípios em políticas efetivas. Contudo, falta ainda criar uma política formal de bilinguismo, que envolva toda a instituição, detalhe modos de operacionalização e trace objetivos a serem alcançados.

O bilinguismo na UNILA está longe de ser uma prática disseminada por toda a instituição. Nas áreas de ensino em que tal questão está relacionada diretamente com o foco de aprendizagem, há um esforço maior para que o bilinguismo seja uma realidade. No entanto, de um modo geral, ainda há uma hegemonia da língua portuguesa.

Na seara administrativa, a legislação brasileira proíbe a prática de atos administrativos em língua estrangeira. No que diz respeito ao restante da comunicação escrita entre TAEs/EIs (e.g. correio institucional), bem como à comunicação verbal entre os mesmos, o fenômeno da predominância do português se repete.

A meu ver, um fator que me parece contribuir para o predomínio do português na comunicação verbal entre TAEs/EIs é a condição de imersão destes no idioma local, em razão da maioria deles não apenas estudar, mas viver no Brasil. A condição de imersão “obriga” esses estudantes a aprender rapidamente as competências básicas da língua adicional, posto que necessárias para funções elementares de seu cotidiano.

Outro fator que me parece relevante é a ausência de uma política de bilinguismo voltada para os servidores administrativos. Para que esses trabalhadores assimilem e se engajem no projeto institucional da UNILA, inclusive no tocante ao bilinguismo, creio que seja necessário um contínuo processo de treinamento, que resulte, inclusive, no domínio das competências linguísticas necessárias para a comunicação com os EIs.

No plano de carreira dos servidores, que será abordado no tópico 2.5, há uma progressão relacionada à capacitação. Os cursos oferecidos, em sua maioria, não têm conexão direta com o projeto institucional da UNILA. Penso que a instituição poderia aproveitar essa oportunidade para a oferta de mais cursos diretamente ligados a missão da UNILA.

Considerando que a maior parte da recepção desses discentes internacionais é realizado pelos TAEs e que, conforme Torres et al (2018), aqueles têm baixa incidência de estudo formal na língua portuguesa, tal capacitação, a meu ver, melhoraria a qualidade do acolhimento.

Na sequência, abordarei a política de acolhimento dos estudantes pela UNILA.

2.4 POLÍTICA DE ACOLHIMENTO

O ingresso na universidade é uma experiência transformadora, especialmente para os adolescentes e jovens adultos advindos diretamente do Ensino Médio. O ambiente universitário é absolutamente distinto daquele experienciado pelos jovens da escola básica.

Além disso, podemos destacar que com a interiorização do Ensino Superior, a adoção do SISU nos processos seletivos das IFES, bem como em razão da formulação e implantação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil houve: a) a ampliação do número de vagas; b) a diversificação da origem geográfica dos candidatos; c) a ampliação da faixa etária dos candidatos ao Ensino Superior público e gratuito.

Como toda mudança mais significativa na trajetória de cada indivíduo (primeiro emprego, casamento), há naturalmente um processo de expectativa e ansiedade.

De 2010, primeiro ano de atividade da universidade, até 2018, a recepção dos calouros foi promovida, de forma isolada, por cada Pró-Reitoria, Instituto e Curso. As atividades foram realizadas com base em parâmetros definidos, individualmente, por cada instância mencionada. Não houve coordenação administrativa/logística, nem o estabelecimento de uma política única de acolhimento.

O primeiro ano em que o acolhimento foi promovido de forma unificada foi 2019. Foi lançado um edital (UNILA, 2018g), que solicitou à comunidade acadêmica que propusesse ações de acolhimento para os

ingressantes, nos termos do seu item 2.1:

(...) o objeto desta chamada pública a seleção de propostas ações concebidas, organizadas e executadas por qualquer discente ou servidor (a) da UNILA, cuja temática inscreva-se no âmbito do acolhimento dos (as) estudantes ingressantes por meio dos processos seletivos descritos anteriormente, a saber: a seleção de estudantes nacionais e os editais de seleção de estudantes internacionais, de indígenas, e de refugiados e portadores de visto humanitário (UNILA, 2019h, p.1).

Selecionadas as propostas, o acolhimento para os ingressantes do ano de 2019 foi programado de acordo com o seguinte calendário (UNILA, 2019e):

a) De 28 de fevereiro a 1º de março, foram efetivadas as matrículas, entregues aos estudantes o Manual do Calouro e também realizadas visitas guiadas dos alunos aos *campi* da UNILA. Essas visitas tiveram por objetivo proporcionar aos calouros uma noção preliminar do ambiente universitário;

b) No dia 07 de março, primeiro dia letivo, houve a recepção dos calouros pelos respectivos Institutos e Cursos, com a apresentação dos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos e outras atividades promovidas pelos Institutos em parceria com os respectivos Centros Acadêmicos. O Projeto Pedagógico Curricular “contempla diversos elementos, dentre eles os objetivos gerais e específicos do curso, sua matriz curricular e a respectiva operacionalização, carga horária, atividades de estágio curricular e atividades complementares, sistema de avaliação, etc.” (UNILA, 2017b);

c) No dia 08 de março, houve diversas atividades relativas ao Dia Internacional da Mulher;

d) No dia 09 de março, o dia foi reservado para a interação com o corpo discente, atividades com Atléticas, Centros Acadêmicos, Diretórios e Coletivos;

e) Para o dia 30 de março foi programado o Trote Coletivo com doação de sangue e mutirão para organização da biblioteca comunitária;

f) Ainda, para o dia 1º de abril, foram marcadas oficinas, mesa-redonda com o tema “Diversidade territorial e econômica na região latino-americana” além de novas visitas guiadas aos *campi* da universidade, biblioteca,

laboratórios, etc.;

g) No encerramento, em 02 de abril, ocorreram novas oficinas, mesa redonda com os diretores dos Institutos e uma discussão aberta sobre direito à universidade, presidida pelos discentes veteranos;

Todas as atividades realizadas foram orientadas pelos seguintes princípios e valores, definidos no item 2.2 do edital (UNILA, 2017b):

a) Equidade de direitos entre estudantes, combate às desigualdades e o enfrentamento de discriminações tais como racismo, xenofobia, sexismo, machismo, homofobia, transfobia, que afetam a permanência estudantil, seu desenvolvimento pleno na universidade;

b) Valorização da diversidade cultural e do plurilinguismo;

c) Valorização de saberes prévios e das culturas de origem dos (as) estudantes ingressantes;

d) Exercício e manutenção de relações harmoniosas, visando o bem-estar, as relações solidárias e de respeito e ajuda mútua.

Esses princípios e valores guardam íntima relação com os princípios institucionais da UNILA que, conforme já mencionei, pretendem construir uma visão isonômica de integração da América Latina e de internacionalização contra-hegemônica.

Além dessas atividades específicas, a UNILA planeja efetivar as ações de acolhimento selecionados no edital, a serem realizadas por toda a comunidade acadêmica até julho de 2019, conforme menciona a professora Ana Paula Araújo, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE), em matéria veiculada na página da UNILA (2019I)

Estas são algumas das ações:

a) Gênero e diversidade no acolhimento às estudantes nacionais e internacionais ingressantes na UNILA em 2019;

b) Conhecimentos de Ori: ancestralidade e vivências artísticos-culturais Negras na América Latina e Caribe;

c) OGA – Capivaras em casa! (site, onde serão divulgados os

imóveis disponíveis na cidade para locação);

d) Promoção da Saúde Mental.

Vale ressaltar, em relação ao item “d”, que a UNILA conta com um corpo técnico permanente de psicólogos e assistentes sociais, lotados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que podem atender os discentes, na medida em que estes demandem atenção psicossocial.

O conjunto completo das ações¹⁶ e a descrição de seus objetivos está disponível na página institucional da UNILA.

2.4.1 Acolhimento dos estudantes internacionais e indígenas aldeados.

Os Els e indígenas aldeados participam do mesmo processo de acolhimento dos demais alunos, acima descrito. Contudo, há ações específicas de acolhimento voltadas para esses públicos-alvo.

No que se refere aos Els, há um acompanhamento, por parte da instituição, nos trâmites de regularização e de permanência no país.

A PROINT, desde 2015, em parceria com a Polícia Federal (PF), realiza o mutirão para a emissão (ingressantes) e renovação (veteranos) da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM). O documento é obrigatório para a matrícula e permanência dos Els no território brasileiro.

Os atendimentos são realizados na UNILA por uma equipe da Seção de Apoio ao Estrangeiros (SAE), da PROINT, juntamente com estudantes veteranos. Estes são selecionados por meio de uma chamada pública de voluntários.

Os atendimentos dos mutirões, nos anos anteriores a 2019, eram feitos exclusivamente na universidade, com o deslocamento de uma equipe da PF até a instituição.

Em 2019, houve uma mudança no formato de atendimento. Desde

¹⁶ Para ter conhecimento das atividades de acolhimento selecionadas para o ano de 2019, acessar o site: <https://portal.unila.edu.br/imea/nucleos/integracao-e-cultura/acolhimento-estudantil>.

então, o local de atendimento foi fixado no setor de migração da PF, no Shopping Catuaí Palladium, em Foz do Iguaçu.

Em razão das mudanças implementadas pela PF, há um novo protocolo de ação da UNILA, durante o mutirão. No período da manhã, a equipe SAE, juntamente com os voluntários, faz uma triagem para verificar se os estudantes estão de posse de todos os documentos necessários; no período da tarde, acompanham os discentes até o local de atendimento, com transporte institucional.

Na primeira edição do mutirão, foram atendidos aproximadamente 300 estudantes na universidade. Nos anos subsequentes, houve um incremento significativo. Em 2018, por exemplo, o atendimento abarcou aproximadamente 600 estudantes.

Dessa forma, os Els precisam efetuar, logo em seu ingresso no país, antes da matrícula, trâmites burocráticos dispensados aos alunos brasileiros. Ademais, enfrentam outros desafios no processo de adaptação: há um encontro com outro idioma e uma cultura distinta dos seus países de origem.

Há problemas de natureza ainda mais relevante. Dal Pozzo (2018), em artigo baseado em pesquisa de campo, acerca da adaptação dos Els da UNILA, entrevistou 237 alunos. Na pesquisa, os alunos relataram que passaram por abordagens policiais agressivas e foram vítimas de preconceito e hostilidade, por parte da população local.

Os principais estigmas atribuídos aos Els da UNILA, segundo a pesquisadora, (2018, p.11) “são relacionados principalmente ao consumo de drogas, furtos, desordem e de que estes *gastam* o dinheiro dos impostos dos brasileiros”.

A estudiosa aponta a natureza contraditória deste comportamento xenofóbico de parcela da comunidade iguaçuense posto que, segundo a mesma, a população da cidade é formada essencialmente por imigrantes brasileiros e estrangeiros; estes últimos oriundos de mais de 80 países.

Para facilitar a ambientação dos Els e dos indígenas aldeados em sua nova jornada, o Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), mediante um grupo de trabalho coordenado pela professora Simone Carvalho,

promove um curso rápido e *on line*, que faz parte de um projeto de extensão denominado CEPI (UNILA, 2019d). O público alvo desse treinamento inclui também os refugiados e é oferecido aos selecionados pelo PSI tão logo divulga-se a lista com os aprovados para ingresso na UNILA.

O curso tem por objetivo oferecer informações acerca da universidade e das características da região da Tríplice Fronteira, bem como promover uma aproximação preliminar com a língua portuguesa. Também visa fornecer um contato inicial com algumas práticas sociais envolvendo o uso da LA no meio acadêmico. Deste modo, tem objetivos linguísticos (contato preliminar com a LA), de letramento acadêmico (noção de práticas sociais no meio acadêmico) e culturais (visão panorâmica das características da região). Conseqüentemente, para além do acolhimento assistencial, inicia um processo de acolhimento linguístico-pedagógico (ensino da LA e iniciação ao letramento acadêmico).

Nas ações selecionadas no edital de acolhimento para 2019, há várias medidas direcionadas aos Els e também aos indígenas. Todas elas buscam integrar os ingressantes à comunidade acadêmica, observando as necessidades específicas de cada grupo. Abaixo, cito algumas dessas ações, de modo exemplificativo.

Uma delas se chama *Tapeguhê porãite tekoha guasu* UNILA que, em tradução livre para o português, significa “Chegar bem na grande”, casa UNILA. O projeto, desde 2014, realiza atividades de acompanhamento pedagógico e ambientação a vida acadêmica dos ingressantes Indígenas, visando sua integração à comunidade universitária e à cidade de Foz do Iguaçu de forma mais ampla.

Outra ação, voltada aos Els, é denominada *Contacto Bilingüe*; o resumo do projeto explica:

Nuestro equipo de trabajo pretende introducir a los ingresantes dentro de la comunidad Iguazuense con las herramientas suficientes para su desarrollo como ciudadanos; siendo un apoyo para los estudiantes hispanohablantes en su adaptación a la lengua portuguesa. Así, ofrecemos a los participantes orientación sobre su vida académica dentro de la UNILA (sedes, servicios, oportunidades de crecimiento, recreación) y sobre la convivencia con la comunidad local (comunidad, sistemas de salud y transportes,

servicios, alimentación), dichas capacitaciones estarán acompañadas de actividades de recreación (culturales, holísticas, deportivas, paseos) en asociación con otros proyectos de la Universidad, lo que les permitirá integrarse a la comunidad académica y conocer colegas de una forma más amena (UNILA, 2019d).

Uma terceira ação de acolhimento, prevista no mesmo edital, é denominada *Capibara, integrados como Abya Yala. Recibimiento de estudiantes unileros 2019*:

Basándonos en el principio de integración que visa la UNILA como institución, las acciones de nuestra propuesta se componen de: puntos de información en el espacio de recepción del JU, una charla de orientación sobre su desarrollo dentro de la UNILA (sedes, servicios, oportunidades de crecimiento para los estudiantes, recreación) y sobre la convivencia dentro de la comunidad (sistema de salud, seguridad y transporte, servicios, alimentación y entretenimiento). Dichas capacitaciones estarán acompañadas encuentros posteriores con actividades culturales y de recreación, así como paseos que ayudarán al estudiante a integrarse con sus colegas y con la comunidad (UNILA, 2019d).

Considero que essas ações de acolhimento podem ter um potencial de integração dos estudantes na universidade e de consequente redução da evasão universitária. No entanto, será necessário um estudo específico para mensurar o impacto das mesmas.

Ressalto, por fim, que a UNILA tem uma Comissão Permanente de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas na UNILA – CPAPI (UNILA, 2019c), que tem como objetivo o acompanhamento pedagógico desses estudantes, com vistas à redução da evasão escolar. Outra ação com foco na permanência desses estudantes e que também inclui os refugiados e portadores de visto humanitário é a Monitoria de Ensino (UNILA, 2019e). Nessa monitoria, os discentes de graduação veteranos acompanham, tanto no ambiente intra como no extraclasse os calouros dessas de categorias de ingressantes.

No meu ponto de vista, as ações de acolhimento demandam uma unificação e coordenação, a partir da elaboração de uma política formal de

acolhimento aos discentes ingressantes, pela UNILA. As medidas são ainda mais necessárias para os Els, indígenas aldeados e refugiados pois esses grupos têm dificuldades adicionais, mencionadas nesse capítulo, de adaptação à vida universitária.

O acolhimento, além dos importantes aspectos assistenciais, deve levar em consideração as barreiras culturais e linguísticas enfrentadas por esses alunos, bem como os déficits de letramento oriundos da educação básica, também notada em estudantes brasileiros.

As barreiras no aprendizado, sejam de natureza linguística, cultural ou na esfera do letramento acadêmico devem, a meu ver, continuar a ser transpostas no decorrer da vida universitária. E por isso há necessidade em acolher o estudante universitário em todas as suas dificuldades, tal como muitas vezes é feito por equipes pedagógicas na educação básica.

O Ciclo Comum de Estudos, já mencionado no capítulo do bilinguismo, é a próxima etapa nesse processo de fornecimento de ferramentas de aprendizado ao aluno, posto que tanto a língua adicional quanto o letramento acadêmico são componentes curriculares-meio para o aprendizado das disciplinas-fim cursadas por esses estudantes.

Em outro viés, tanto as políticas de acolhimento quanto o CCE são fundamentais para que a relevância e ineditismo dos valores e objetivos institucionais da UNILA sejam reconhecidos de forma consciente por todo o corpo discente.

Tratarei a seguir da política de capacitação dos TAEs.

2.5 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Atualmente, a lei nº 11.091 (BRASIL, 2005), trata da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação¹⁷, no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

A mesma prevê que:

¹⁷ Devido ao escopo deste trabalho, o foco serão os TAEs.

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

(omissis)

VII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; (BRASIL, 2005).

Tal diploma legal estabelece estímulos de natureza financeira para a capacitação dos corpo técnico-administrativo dos servidores da educação federal.

Um deles é a Progressão por Capacitação Profissional, prevista no §1º, do artigo 10, da referida lei. Nesta progressão, existem quatro níveis de capacitação na carreira (I-IV). Para que o servidor progrida, é necessário que, a cada interstício mínimo de 18 meses, efetue um treinamento compatível com o cargo ocupado, respeitada uma carga-horária mínima, estabelecida no anexo III desta mesma lei.

O outro é o Incentivo à Qualificação, previsto no artigo 11 da citada norma. Para que o servidor tenha direito ao incentivo é necessário que ele adquira educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular.

Ambos estão regulamentados pelo decreto 5.824/2006 que detalha os procedimentos para a obtenção dos incentivos previstos na referida norma legal.

No Incentivo à Qualificação, a educação formal deve ter correlação direta ou indireta com o ambiente organizacional do servidor, nos termos do artigo 12, I, da lei que regulamenta a carreira. A educação com correlação direta com o ambiente proporciona um percentual maior de acréscimo de remuneração do que aquela com relação indireta.

A definição da relação direta ou indireta dos ambientes organizacionais com a educação adicional concluída já está prevista no citado decreto 5.824. Consequentemente, não há espaço para interferência da UNILA em relação aos critérios desse Incentivo.

Segundo matéria informativa (UNILA, 2019b) disponibilizada recentemente no portal da UNILA, “67% dos técnicos são pós-graduados”. Tal estatística se refere à totalidade do corpo administrativo universitário: TAEs de nível médio (assistente em administração, auxiliar administrativo, dentre outros) e de nível superior (administrador, contador, advogado, etc.). Ainda de acordo com a

reportagem, os “conhecimentos da pós-graduação auxiliam na implantação de soluções inovadoras para as demandas do serviço público”.

Atualmente (2019), segundo levantamento realizado no Sistema de Gestão de Recursos Humanos da UNILA, publicado no mesmo texto jornalístico, há 534 TAEs ativos: 45,5% têm curso de especialização, 20% cursaram mestrado e seis possuem título de doutor.

No que se refere à Progressão por Capacitação, há um espaço de interferência das IFES na definição do conteúdo dos cursos. A UNILA estabeleceu sua Política de Formação e Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação. Trata-se da Resolução N° 010-2013 (UNILA, 2013b), do Conselho Superior Deliberativo Pro Tempore da UNILA. A norma estabelece objetivos para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo dos servidores, possibilitando a melhoria do desempenho individual e institucional.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), por intermédio de seu Departamento de Desenvolvimento Profissional e Pessoal (DDPP), gerencia e fomenta a carreira dos servidores, mediante a disponibilização de cursos de capacitação, tanto de natureza presencial quanto na modalidade educação à distância.

Em seu artigo 3º, inciso I, a Resolução N° 010-2013, do Conselho Superior Deliberativo Pro Tempore da UNILA especifica que a política deverá “Garantir a execução de uma programação de capacitação coerente com o planejamento, os valores e os objetivos da instituição”.

A resolução do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2019 – 2023 (UNILA, 2019g), que está sendo submetida ao Conselho Universitário, estabelece um delineamento teórico para a implementação da política de capacitação dos seus servidores, professores e técnicos. Tal delineamento não existe no PDI vigente (2013-2017).

Esta nova política, denominada de Política Institucional de Desenvolvimento Profissional (PIDP), inicialmente busca melhorar a qualificação dos TAEs. Em uma segunda etapa, tal programa abrangerá também os docentes.

A universidade considera que “(...) as pessoas são os agentes transformadores e capazes de conduzir a Instituição aos seus objetivos,

promovendo mudanças, valores e desenvolvimento”. Consequentemente, “(...) é fundamental investir no desenvolvimento profissional dos docentes, técnicos administrativos e demais colaboradores, bem como prover condições adequadas de trabalho” (UNILA, 2019g, p.61).

A execução da política será efetuada mediante um Plano Anual de Capacitação, “(...) o qual contará com programas e ações para atendimento dos objetivos e da missão institucional da UNILA” (UNILA, 2019g, p.61).

Deste modo, o PIDP facilitará a implementação dos planos institucionais de qualificação e formação continuada, que são delineados por legislação federal.

O PIDP, considerada a missão institucional da UNILA, será implementado de acordo com o contexto latino-americano e caribenho. Portanto, deverão ser promovidas atividades destinadas a contribuir com o domínio dos idiomas português e espanhol, bem como com “(...) visões focadas na realidade multicultural da instituição, na perspectiva interdisciplinar e na reflexão acerca da integração latino-americana e caribenha” (UNILA, 2019g, p.62).

No entanto, os cursos da Progressão por Capacitação disponibilizados atualmente aos servidores são, em sua grande maioria, “pacotes” oferecidos por instituições conveniadas (ESAF, ISF, dentre outros) que atendem ao objetivo definido no inciso III, do artigo 3º, da mencionada resolução: “priorizar ações de capacitação de baixo custo e ofertadas por escolas de governo”. No entanto, seu conteúdo, em regra, não possui correlação direta com os objetivos e missões institucionais da UNILA.

Deste modo, espero que a implementação do PIDP contribua para a aproximação da Progressão por Capacitação com os objetivos institucionais da universidade. Em outras palavras, que a Progressão por Capacitação seja uma oportunidade para o aprendizado do espanhol (especialmente) como LA e de um conhecimento mais aprofundado do contexto latino-americano.

Após a apresentação da UNILA e das Políticas Institucionais da universidade que têm relação com o presente estudo tratarei, na sequência, da metodologia utilizada para a presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

A abordagem utilizada neste estudo é de cunho predominantemente qualitativo. Para Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados e se centra na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ainda, para Silva et al, (2011), a pesquisa qualitativa pretende compreender o significado das interações entre indivíduos que estão em situações particulares por via de uma perspectiva fenomenológica.

Para Silveira e Córdova (2009, p.36), “de acordo com as características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes modalidades de pesquisa, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo”. Apesar da abordagem predominantemente qualitativa dessa pesquisa, faço uma compilação estatística dos resultados dos questionários para, a partir dos mesmos, complementar a avaliação do sentido subjetivo do trabalho.

Quanto à natureza da pesquisa, considero que a mesma pode ser considerada aplicada, já que: “(...) objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009 p.34).

Em relação aos objetivos, é possível classificá-la como uma pesquisa exploratória, posto que: “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.35).

O procedimento utilizado foi a pesquisa de campo, posto que realiza coleta de dados junto a pessoas. (FONSECA, 2002 *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Conforme mencionei na introdução, o foco do presente trabalho são as interações humanas entre trabalhadores e estudantes, no transcurso dos trâmites acadêmico-administrativos. Observo e participo dessas comunicações na minha atividade laboral cotidiana, na Secretaria Acadêmica. No entanto, na pesquisa de campo, utilizei como ferramenta de pesquisa os questionários, e não a observação direta do fenômeno.

Consequentemente, o efetivo objeto da pesquisa são as representações que os sujeitos envolvidos formulam acerca das interações mencionadas.

O questionário se dividiu em três partes: a) o processo seletivo; b) a chegada na universidade e, c) a interação atual. O mesmo (APÊNDICE B) foi disponibilizado e respondido por vias presenciais e digitais.

Em novembro de 2018 e março de 2019 apliquei os questionários nas salas de aula, durante as classes de língua portuguesa, que são ministradas aos estudantes internacionais. Em janeiro de 2019 apliquei os questionários durante o mutirão de renovação e emissão da carteira de estrangeiro residente no Brasil, realizado pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINT) e a Polícia Federal, na UNILA.

Por último, disponibilizei o questionário *on line* no *Google Forms*. O *link* foi divulgado nos grupos do Facebook, nos quais os alunos da UNILA participam, e também foi enviado aos estudantes por via de correio eletrônico. No dia 25 de março de 2019 a pesquisa foi encerrada.

Os dados obtidos pelos questionários preenchidos de forma presencial foram transcritos (manualmente) para a mesma tabela gerada pelo formulário do Google a fim de gerar os gráficos juntamente com os dados obtidos *on line*.

Neste questionário trabalhei com questões abertas e, na maioria das vezes compostas. Ainda assim foi possível coletar várias respostas objetivas. Desta forma produzi alguns gráficos para facilitar a leitura dos dados. O ponto que considerei negativo deste formato foi que várias destas questões não obtiveram respostas.

A maior dificuldade encontrada no momento da compilação dos dados foi a necessidade de estabelecer variáveis posto que se tratava de um grande número de entrevistados e diferentes respostas.

A UNILA, no primeiro semestre de 2019, contava com 1.351 (UNILA, 2019i) – conforme ANEXO I - estudantes internacionais, ativos na graduação. A meta de amostras proposta foi de entrevistar, aproximadamente, 10% dos ingressantes na graduação, desde 2016 até 2019.

Entrevistei, no âmbito da UNILA, estudantes provindos de diversos países da América Latina e Caribe. A soma do número de entrevistados corresponde a 146 estudantes ingressantes entre os anos de 2012 até 2019.

Sendo assim, foi possível atingir o objetivo mencionado. Ainda, devido à metodologia¹⁸ aplicada, também entrevistei alguns estudantes ingressantes dos anos de 2012, 2014 e 2015.

Apresento abaixo um quadro¹⁹ no qual consta, por ano de ingresso, o total de alunos internacionais entrevistados:

Tabela 1 - Total de alunos matriculados e porcentagem por ano de ingresso

Ano de ingresso na UNILA	Número de ingressantes por ano e ativos na UNILA	Número de entrevistados	Percentual de entrevistados em relação ao total anual de ingressantes ativos
2019	284	36	12,67%
2018	275	34	12,36%
2017	307	29	9,44%
2016	298	27	9,06%
2015	sem dados exatos	13	
2014	sem dados exatos	06	
2012	sem dados exatos	01*	
*Trata-se de aluno que ingressou, inicialmente, pelo PSI. Posteriormente, próximo à jubilação, fez o ENEM e reingressou na universidade pelo SISU.			

Fonte: elaboração própria.

¹⁸ Visitas nas turmas de aula de Português da UNILA; disponibilização em rede social do questionário on line e participação no mutirão de renovação e emissão de carteira de estrangeiro.

¹⁹ Dados extraídos do SIGAA em 10/09/2019;

No tocante ao aspecto ético de toda a pesquisa, ressalto que cada entrevistado recebeu um termo de consentimento por mim assinado, no qual me comprometo a manter o sigilo da identidade dos mesmos.

No próximo tópico apresentarei os resultados e a análise da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta dissertação, conforme relatei na introdução, tem por objetivo apresentar quais são os elementos culturais e linguísticos que interferem na comunicação entre os estudantes internacionais e os trabalhadores administrativos da UNILA.

O principal referencial teórico que utilizarei nesta análise é o conceito de letramento, em suas várias perspectivas.

O conceito, originalmente elaborado por Street (1995, 2003 *apud* PINTO, 2014, p.2), entende que “leitura e escrita são adquiridas numa perspectiva sociocultural de práticas sociais”.

O letramento escolar busca a superação do conceito mais tradicional de alfabetização. A alfabetização prioriza o aprendizado de fonemas e códigos de comunicação, como conceitos abstratos e neutros. O letramento propõe que as palavras e sentenças são ferramentas de comunicação social, de práticas discursivas que se situam na intersubjetividade das relações de afeto e poder.

A universidade naturalmente demanda do ingressante um rol de habilidades para que o mesmo tenha vida ativa na academia: produzindo artigos, lendo editais, apresentando seminários, efetuando discussões entre pares, tomando notas escritas.

Em um sentido mais restrito, o letramento acadêmico “compreende que a escrita e o letramento são habilidades individuais e cognitivas e focaliza as características linguístico-discursivas” (CRUZ, 2007, p. 7).

Uma perspectiva um pouco mais ampla vê o letramento como um modo de socialização acadêmica que “diz respeito à aculturação aos discursos e aos gêneros específicos das disciplinas e dos conteúdos” (CRUZ, 2007, p.8).

Existe uma terceira abordagem que “diz respeito ao fazer sentido, a identidade, ao poder, a autoridade e aos princípios de natureza institucional, *logo* políticos e ideológicos (...)” (CRUZ, 2007, p.16).

Aqui, “a atenção é centrada nos adequados e efetivos usos do letramento como questões epistemológicas mais complexas, dinâmicas, situadas e que envolvem processos sociais como as relações de poder entre pessoas e

instituições, além de questões de identidades sociais” (CRUZ, 2007, p.7).

Essa terceira abordagem, no meu ponto de vista, se confunde com uma perspectiva do conceito denominada de Letramento Crítico que:

(...) busca engajar o aluno em uma atividade crítica através da linguagem, utilizando como estratégia o questionamento das relações de poder, das representações presentes nos discursos e das implicações que isto pode trazer para o indivíduo em sua vida e comunidade. (MOTTA, 2008, p.14)

Mencionei, na introdução, que buscava compreender a mediação exercida pelo idioma e pela cultura, nas relações entre os EIs e o corpo administrativo da UNILA. A análise parte das representações que esses estudantes fazem dessas relações, na medida em que o método utilizado não foi o da observação direta, mas implementado por questionário dirigido aos discentes.

A avaliação das falas dos entrevistados, sob a ótica da prática social-discursiva, buscará compreender as relações de cooperação e poder existentes nessas comunicações.

Os resultados e ponderações decorrentes desse processo terão por escopo sugerir medidas que facilitem o acolhimento linguístico-institucional desses alunos.

Após essas considerações de natureza teórica, recordo que na pesquisa foram entrevistados 146 estudantes internacionais da UNILA. O questionário foi subdividido em quatro seções:

a) Dados: perfil do entrevistado (nacionalidade, ano de ingresso na universidade, gênero, idade e nível de conhecimento da língua portuguesa antes do ingresso);

b) Processo seletivo *on line*: meio pelo qual se informou, dificuldades e comunicação com a universidade durante o processo;

c) Chegada à UNILA: qualidade da recepção, dificuldades, idioma utilizado pelo discente e pela instituição, relato do dia da matrícula,

d) Relação nos dias atuais: qualidade do contato após efetivação da matrícula, dificuldades na efetivação dos trâmites acadêmicos subsequentes à matrícula, idioma utilizado na comunicação com os servidores administrativos,

facilidade no aprendizado da língua portuguesa, avaliação da qualidade do atendimento administrativo da universidade e, por último, sugestões.

Na sequência, passo à abordagem de cada um desses tópicos.

4.1 PERFIL DO ESTUDANTE INTERNACIONAL ENTREVISTADO

Nesta primeira seção do questionário, as perguntas tiveram por objetivo traçar o perfil dos entrevistados, no tocante à nacionalidade, idade, ano de ingresso, gênero e conhecimento prévio da língua portuguesa.

Após a tabulação dos dados, os resultados demonstraram que os entrevistados são oriundos de 19 países distintos (gráfico 1).

Foi detectada a presença de um único aluno não oriundo da América Latina, de origem francesa, que ingressou na UNILA pelo Processo de Seleção de Vagas Ociosas, em sua modalidade transferência externa.

Dos estudantes latino-americanos entrevistados, apenas um aluno haitiano e um provindo de Barbados não são hispanofalantes. No Haiti se fala francês e creole (um idioma nativo) e em Barbados o idioma oficial é o inglês.

No conjunto total dos entrevistados, é possível que existam, além dos EIs propriamente ditos, refugiados, portadores de visto humanitários e indígenas aldeados (exceto brasileiros, neste último caso).

Metade das entrevistas foram aplicadas durante o Mutirão, no qual não participam refugiados e portadores de visto humanitário, em razão de já possuírem os documentos relativos à legalização da permanência no Brasil. Os indígenas aldeados não brasileiros também, em regra, não participam do mutirão, pois há uma comissão de acompanhamento desses estudantes.

Em relação aos demais, não solicitei aos entrevistados que apontassem se eventualmente pertenciam a um desses grupos.

O maior número de entrevistados foi de colombianos (41) e paraguaios (31). Em razão dessa predominância, busquei hipóteses que pudessem explicar tal fenômeno. No que diz respeito aos estudantes paraguaios, o convênio entre a UNILA e o Parque Tecnológico da Itaipu do lado paraguaio (PTI-PY), já

mencionado no tópico relativo ao PSI, concede apoio econômico a estudantes paraguaios que participam de um processo seletivo no país vizinho.

Conseqüentemente, os estudantes paraguaios têm uma maior facilidade no acesso a bolsas de estudo na UNILA, na medida em que concorrem tanto para os auxílios da UNILA quanto para as bolsas fornecidas pelo PTI do lado paraguaio. Também, a proximidade geográfica com o Paraguai facilita a presença de alunos que podem residir em seu país e estudar na UNILA, cruzando diariamente a fronteira. Ambos os fatores podem ser a razão do grande volume de alunos oriundos desse país.

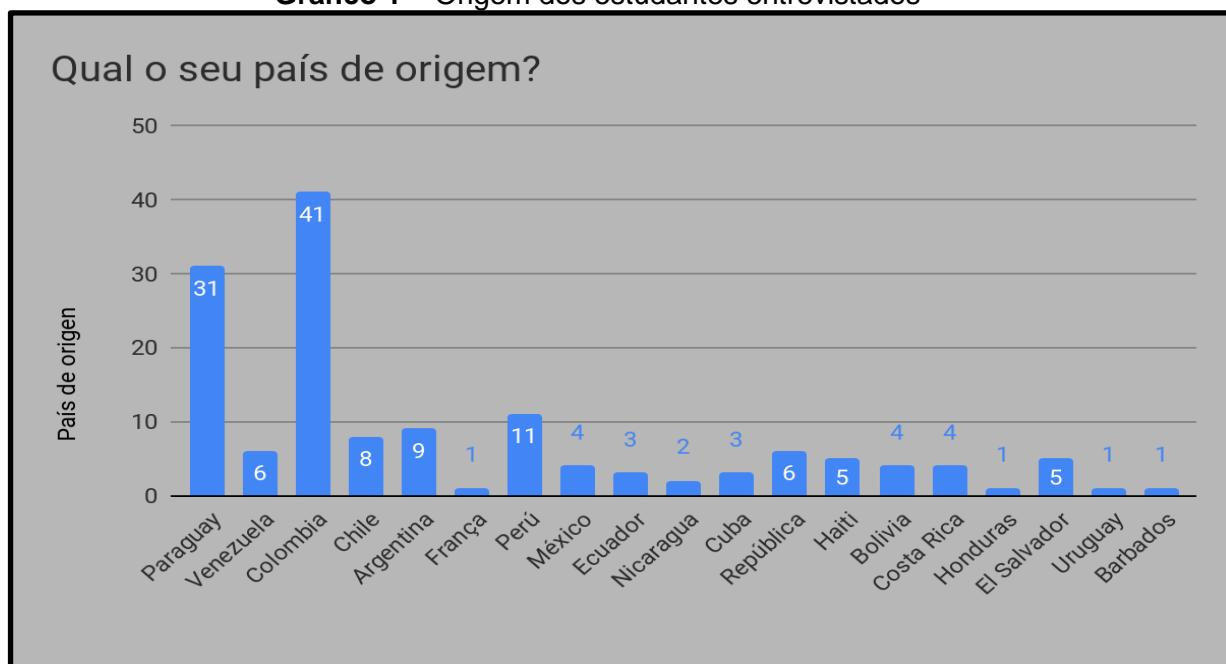
Em relação aos estudantes colombianos, Durso (2019) apresenta três hipóteses que justificariam o aumento do fluxo de alunos desse país para as universidades públicas brasileiras: a) aumento na proximidade diplomática entre Brasil e Colômbia nos últimos anos; b) o alto custo do estudo na Colômbia e c) acesso limitado de ingresso ao ensino superior colombiano.

Também me pareceu relevante destacar o pequeno número de estudantes argentinos entrevistados, posto que o país tem a terceira maior população da América do Sul (VELLA, s/n) e integra a região da Tríplice Fronteira, onde se situa a UNILA.

Em relação a esse assunto, matéria do G1 (2018) informa que as universidades públicas argentinas não têm limite de vagas para vários cursos, incluindo o de Medicina, são gratuitas e não possuem vestibular. A notícia ainda relata que há um grande número de brasileiros se deslocando ao país vizinho para estudar.

Portanto, aparentemente, dois dos fatores (falta de vagas e alto custo) citados como hipóteses para o grande número de estudantes colombianos na UNILA não se aplicam no caso da Argentina.

No que concerne aos outros países, não parece haver uma grande anomalia na relação entre população-distância do país, na respectiva representatividade dessas nacionalidades na UNILA.

Gráfico 1 – Origem dos estudantes entrevistados

Fonte: elaboração própria.

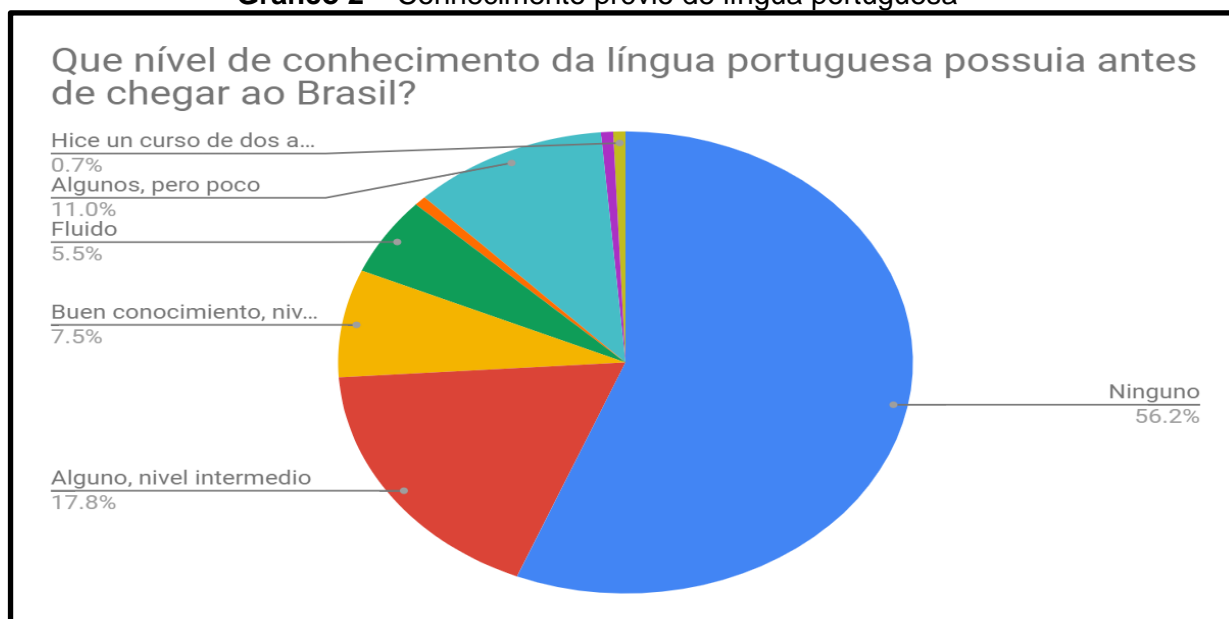
A faixa-etária predominante dos entrevistados é de estudantes entre 18 a 21 anos (55%) e 30,8% têm entre 22 a 25 anos; foi entrevistado apenas 1 aluno de mais de 40 anos.

Em relação ao perfil etário dos Els da UNILA, parece óbvio que é mais fácil para os jovens, que em sua maioria ainda não constituíram família nem tem vínculos fortes de trabalho, efetuar uma mudança de país para cursar o ensino superior.

No tocante ao ano de ingresso, 95,2% dos entrevistados ingressaram entre os de 2015 a 2019. Em relação ao gênero, 53,4 % dos entrevistados se declararam do gênero feminino, 45,2 % do masculino e 0,7 % não-binário.

Em resumo: o público entrevistado foi de estudantes jovens (de até 25 anos), que ingressaram recentemente na universidade, predominantemente do gênero feminino e oriundos, majoritariamente, da América Latina.

A última questão, dessa primeira seção, já teve uma relação direta com o objeto desta dissertação, na medida em que questionou aos estudantes o seu conhecimento prévio da língua portuguesa (gráfico 2).

Gráfico 2 – Conhecimento prévio de língua portuguesa

Fonte: elaboração própria.

Como relevante para a análise, cito a informação de que 56,2% dos estudantes entrevistados responderam não ter tido qualquer contato prévio com a língua portuguesa antes da chegada ao Brasil; 11% ainda declararam ter tido um contato mínimo com o idioma.

O desconhecimento da língua portuguesa tem impacto direto na comunicação entre os alunos e o corpo técnico-administrativo da UNILA.

Na próxima seção do questionário, procurarei investigar as dificuldades apresentadas pelos discentes internacionais durante o PSI, e sua correlação com a comunicação com os TAEs da instituição.

4.2 INTERAÇÃO COM A UNILA DURANTE O PSI

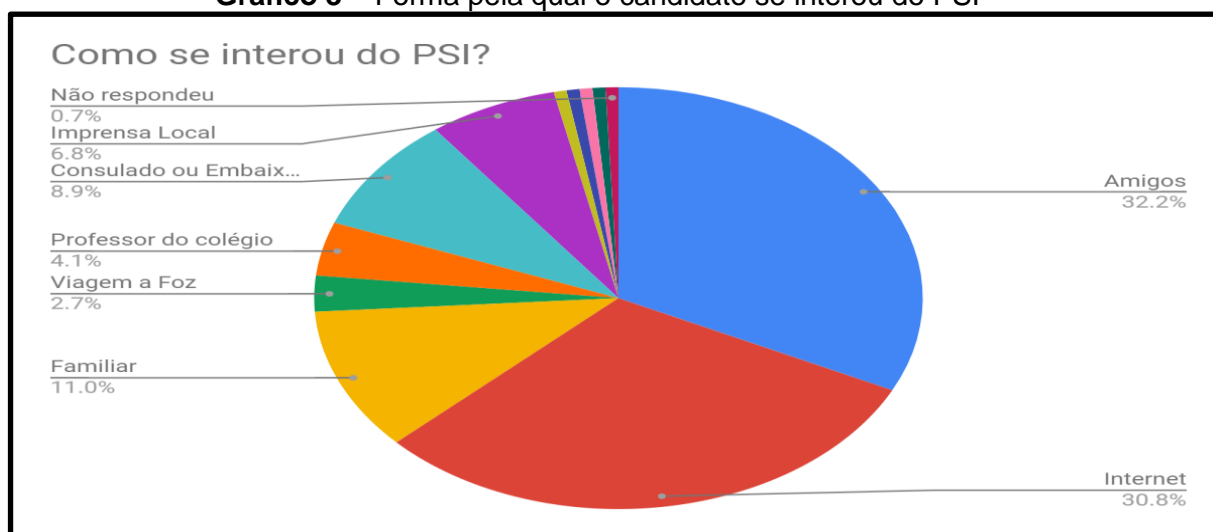
O primeiro passo para que o vínculo entre o estudante e a universidade ocorra é a ciência, pelo aluno, da possibilidade de cursar uma universidade no exterior, gratuitamente.

Por isso, nessa segunda seção do questionário, iniciei com uma pergunta sobre o mecanismo pelo qual os entrevistados tiveram conhecimento do Processo Seletivo Internacional da UNILA (gráfico 3): *¿Como se enteró del proceso*

selectivo de la UNILA?

Trinta e dois por cento disseram que ficaram sabendo do PSI através de amigos e 30,8%, pela internet (redes sociais). Onze por cento dos entrevistados tiveram ciência através de familiares e 2,7% através de viagem à Foz do Iguaçu.

Gráfico 3 – Forma pela qual o candidato se interou do PSI



Fonte: elaboração própria.

Pude observar, portanto, que os canais informais de comunicação (amigos e familiares) e as mídias sociais tiveram ampla relevância para o conhecimento do PSI pelos candidatos entrevistados (76,5% das respostas).

Apenas 20,5% dos candidatos ficaram sabendo do PSI da UNILA por canais institucionais tradicionais de comunicação (consulado ou embaixada, imprensa local, escola de ensino médio atividade da UNILA no país).

Concluo, portanto, que a comunicação informal “boca-a-boca” e a utilização das mídias sociais pela universidade têm sido efetivas na divulgação do PSI. Os canais institucionais tradicionais não têm tido um resultado significativo no processo de comunicação do PSI.

Observo, ademais, que o fato de alunos e docentes estrangeiros indicarem aos seus compatriotas a UNILA implica em uma avaliação positiva da instituição por aqueles membros do corpo acadêmico.

Porém, como tal questão não é o objeto direto do estudo e não há questões adicionais sobre o tema, não é possível chegar a conclusões definitivas

sobre a qualidade da divulgação institucional do PSI.

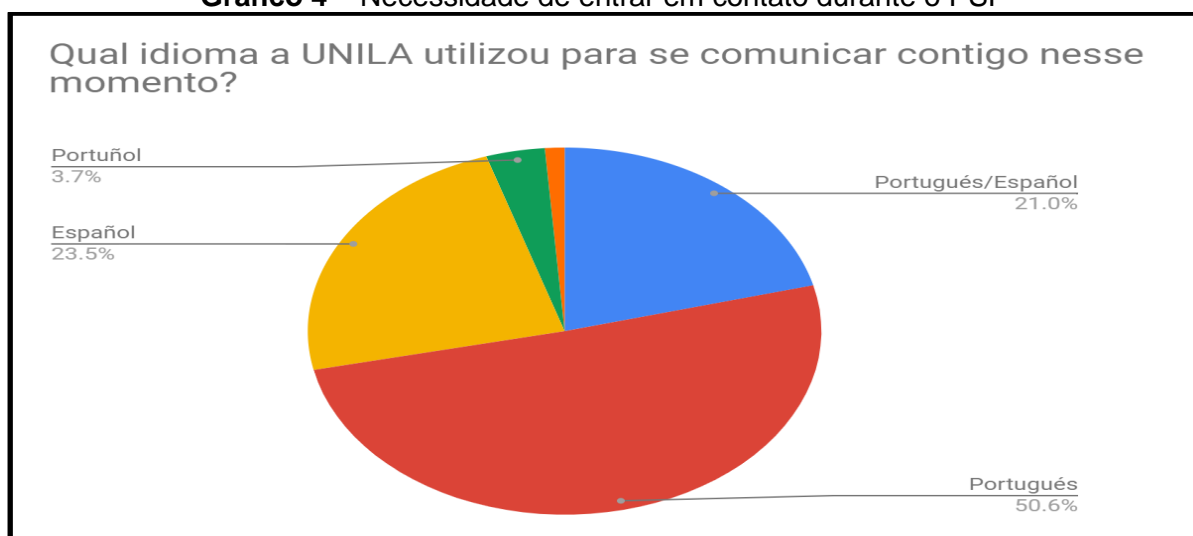
No item 04 dessa seção do questionário, perguntei aos alunos: *¿Durante el proceso selectivo, fue necesario buscar algún funcionario de la UNILA para responder sus preguntas o para ampliar la información que el proceso ofrecía?*

Cinquenta e seis vírgulas oito (56,8%) dos entrevistados responderam que precisaram contatar a UNILA.

A questão subsequente, de nº 5, foi: *Si se contestó sí en la pregunta anterior, ¿Qué idioma la UNILA usó para comunicarse contigo?*

Dos que precisaram entrar em contato com a instituição: 50,6% disseram que foram atendidos em língua portuguesa, 23,5% foram atendidos em espanhol e 21% tiveram atendimento em ambas as línguas (gráfico 4).

Gráfico 4 – Necessidade de entrar em contato durante o PSI



Fonte: elaboração própria.

Neste ponto, parece-me interessante contrastar dois resultados da pesquisa:

a) no primeiro bloco, 67,2% dos entrevistados responderam que não tinham conhecimento algum ou possuíam apenas noções rudimentares do português (gráfico 2);

b) na questão 05 em análise, 50,6% mencionaram que foram atendidos exclusivamente em português (gráfico 4).

Os resultados sugerem que uma parcela significativa dos

entrevistados que fizeram questionamentos à UNILA durante o PSI não tinha domínio algum da língua portuguesa e, mesmo assim, foi atendido nesse idioma.

Antes da análise desses resultados, trago um relato correlacionado com o contexto dessas questões. Celada (1999) conta que veio da Argentina para fazer pós-graduação na UNICAMP, sem ter estudado previamente português. Nos primeiros dias de sua estadia no Brasil, precisava ir frequentemente à secretaria do Departamento de Linguística da universidade, para efetuar trâmites acadêmicos.

Em um dia em que precisou de um atendimento rápido, perguntou, em seu “*melhor português*: Escuta, não tem nenhum empregado que possa me atender?” (CELADA, 1999, p.303).

A autora continua seu relato informando que sentiu uma espécie de vazio; que a indiferença burocrática se transformou em um longo silêncio.

Tecnicamente, não há equívoco no uso da expressão “empregado”; no dicionário ela aparece como sinônimo de funcionário. No entanto, segundo a própria autora, fora do dicionário essa palavra possui uma conotação pejorativa, que pode ser expressa na “seguinte sequência metonímica: ser empregado, ser inferior, estar em uma relação de servilismo” (CELADA, 1999, p.305).

Percebe-se, assim, que para que uma comunicação seja efetiva não basta o domínio formal de um idioma. É necessário que o interlocutor domine também os significados informais que os falantes, em um determinado contexto histórico e cultural, atribuem a determinadas palavras ou expressões.

Continuando na análise, não há no caso concreto o domínio de um código (leia-se idioma) comum. Existe, evidentemente, a possibilidade de repetição dessa espécie de “ruído”, relatado acima, na comunicação.

Acredito que, pela falta de um conhecimento mais aprofundado das línguas estrangeiras, boa parcela dos TAEs não se sente segura para responder às mensagens no mesmo idioma dos questionamentos. Assim, utilizam-se da prerrogativa legal que permite o uso do português, na medida em que o e-mail institucional é um documento oficial. Presumem, nesse caso, que o aluno internacional hispanofalante entenderá a resposta em língua portuguesa, na medida em que os idiomas são “irmãos” latinos.

Na fronteira, onde está localizada a UNILA, o fluxo constante de

peças e a facilidade de acesso aos meios de comunicação dos países vizinhos implicam, efetivamente, em uma maior capacidade de compreensão, tanto do português quanto do espanhol, pelas pessoas que habitam essa região.

Todavia, essa facilidade de compreensão não se estende às pessoas que não habitam na fronteira, como boa parcela dos entrevistados do PSI. Para a maior parte delas, os sons, palavras e fonemas da língua estrangeira são “duros”, incompreensíveis. Mesmo para os servidores brasileiros acostumados com o espanhol falado pelos paraguaios e argentinos da região, variantes linguísticas bastante distintas (e.g. cubanos, mexicanos, venezuelanos) também interferem na qualidade da comunicação.

Considero que um dos fatores para o não aprendizado do espanhol como LA é a ausência de uma política institucional que fomente o bilinguismo.

Há também uma relação de poder que aqui se estabelece: é o discente internacional que se encontra em um país estrangeiro e que depende dos serviços prestados pelo pessoal administrativo da autarquia. É o estudante internacional que deve tentar se expressar no código hegemônico, a língua portuguesa.

Há, aqui, o que denomino de uma “assimetria de oportunidades”, no que se refere às condições econômicas e sociais de possibilidade de aprendizagem da “língua do outro”. Os TAEs que lidam com esses candidatos/estudantes, em regra, já estão ambientados ao país, à cidade em que se situa a universidade e ao ambiente acadêmico. O espanhol já é uma língua familiar, no sentido de fazer parte do cotidiano da UNILA.

Essas relações e comunicações constituem, utilizando o conceito de Bakhtin (2006 *apud* JORDÃO, 2007), uma verdadeira “arena de conflitos”. Por mais assimétrica que seja essa relação, Jordão (2007, p.23/24) afirma que:

(...) é justamente o choque entre esses diferentes saberes que todos sabemos, entre perspectivas diversas, entre conceitos e percepções entre diferentes relações de um tipo de poder ao mesmo tempo positivo e negativo, o que produz conhecimento, que permite a aprendizagem, que nos possibilita o movimento: é o poder em sua capilaridade, em sua existência ambígua difusa e onipresente, que nos oportuniza andar, produzir novos conhecimentos, aprender, transformar.

Utilizando as reflexões de Jordão acima expostas, faço uma indagação: Será que, por mais contraditório que seja, o precário acolhimento linguístico institucional possa apresentar alguma perspectiva positiva para o EI? Refletindo, penso que, talvez, a necessidade de completa de imersão do aluno estrangeiro na língua portuguesa possa eventualmente acarretar um aprendizado mais rápido da LA. É um assunto a ser abordado em um outro estudo.

Pergunto-me, ademais, se essas dificuldades que a instituição encontra para se mover em direção ao bilinguismo não tem uma relação de causa e consequência (dentre diversos outros fatores causais possíveis) com a ausência de adesão, de parte do corpo técnico e discente da UNILA, à sua missão institucional e, conseqüentemente, ao bilinguismo.

Outra questão é o contexto discursivo. As palavras não se apresentam soltas, mas se encadeiam em contextos culturais, laborais, acadêmicos, entre outros.

Jordão esclarece que:

A conceituação de língua tem sofrido alterações documentadas desde que a linguística virou ciência, no início do século XIX (...) de simples código para transmissão e captação de mensagens, a língua passou a ser entendida como espaço de construção de sentidos - e como tal, merecedora de atenções especiais, não restritas ao universo da linguística. (JORDÃO, 2007, p.1).

Para que os sentidos possam ser construídos, os interlocutores precisam do domínio não somente de um código comum, mas também de um contexto discursivo.

Bakhtin (2016 *apud* FERREIRA e ROLLSING, 2018) divide os gêneros do discurso em duas categorias elementares: primários e secundários. Naqueles, imperam os diálogos do cotidiano (família, amigos); nestes, há situações formais mais complexas como os discursos institucional e acadêmico.

O universo acadêmico possui uma série de códigos (vocabulário) e contextos discursivos (editais, correio institucional, plataforma eletrônica, calendário

acadêmico) próprios que, de acordo com a classificação de Bakhtin, seriam denominados de secundários.

O domínio desse contexto discursivo se correlaciona com a segunda perspectiva de letramento citada por Cruz (2007) - a familiarização com os discursos e gêneros específicos da academia - que foi apresentada na introdução desta análise dos resultados.

Assim, no caso concreto, à dificuldade de decodificação da língua estrangeira se acrescenta, ao estudante internacional ingressante, a falta de letramento acadêmico, isto é, a ausência de domínio do contexto discursivo universitário.

4.2.1. Maiores dificuldades durante o PSI

Nessa mesma seção, (item 3 do questionário) solicitei aos entrevistados, em uma questão aberta, que anotassem as eventuais dificuldades que tiveram durante o PSI. Abaixo, passo a analisar as respostas, subdivididas em categorias.

Tabela 2 - Dificuldades durante o PSI

Nº de respostas	Percentual	Dificuldades durante o PSI
53	36,3%	Burocracia com os documentos, ou seja, a coleta ou validação dos mesmos em seu país, como maior dificuldade encontrada;
15	10,3%	Dificuldades de compreensão do edital, não necessariamente relacionadas ao idioma;
13	8,9%	Dificuldades com a língua portuguesa, seja na plataforma de inscrição ou outros;
06	4,1%	Alegaram que o edital estava em português;

05	3,4%	Dificuldades com o manejo técnico da plataforma de inscrição;
04	2,7%	Processo de inscrição é muito diferente dos de seu país e por isso tiveram dificuldades de compreensão em geral;
01	0,7%	Compreensão dos documentos pela UNILA ou de envio foi equivocada, o que o levou a ser reprovado em sua primeira tentativa;
01	0,7%	Falta de acesso à tecnologia, no caso, não tinha como digitalizar os documentos;
32	21,9%	Não tiveram nenhuma dificuldade com o PSI;
16	11%	Não responderam.

Fonte: elaboração própria.

a) Dificuldades burocráticas durante o PSI

A compilação, legalização e consularização dos documentos foram mencionadas por 36,3% dos entrevistados como a maior dificuldade encontrada durante o PSI.

Com esse resultado, verifiquei que a principal dificuldade apontada pelos entrevistados, durante a participação no PSI, não tem relação com a comunicação aluno-universidade.

Tratam-se de dificuldades de natureza burocrática, posto que a legislação brasileira estabelece um burocrático processo de legalização dos documentos dos estrangeiros que pretendem estudar em universidades públicas em nosso país. No entanto, essa burocracia também existe no sentido inverso, ou seja, para os estudantes brasileiros que desejam estudar no exterior.

Portanto, o próprio país de origem dos candidatos deveria cumprir uma função de orientação prévia acerca desse verdadeiro ritual que envolve estudar no exterior. Assim, as dificuldades burocráticas também têm uma dimensão cultural, relacionada com essa falta de suporte/orientação.

Um entrevistado paraguaio, quando perguntado sobre a maior dificuldade enfrentada durante o PSI, relatou: “*Juntar todos los documentos y luego legalizarlos*”.

Um estudante da Costa Rica também citou essa dificuldade, nos seguintes termos: “*El proceso de certificación de los documentos en la embajada brasileña*”.

Para legalizar a documentação emitida no seu respectivo país, o interessado, após ter em mãos os documentos exigidos pela UNILA (históricos, certificados, etc), se dirige ao Ministério de Relações Internacionais de seu país, que reconhece a autenticidade dos sinais públicos dos documentos.

Após isso, precisa procurar a representação diplomática brasileira para que esta avalize a legalização desses documentos. Esse procedimento é denominado de consularização.

Após a adesão do Brasil à Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, em 02 de dezembro de 2015, não há mais a necessidade de consularização dos documentos, para os estudantes de países também signatários da referida convenção (UNILA, 2019f)²⁰.

Nesse caso, o interessado se desloca diretamente até uma instituição credenciada, no seu país de origem, para realizar o apostilamento, em um procedimento simplificado.

O apostilamento é um processo que une, em uma única etapa, os dois procedimentos mencionados acima: a legalização e a consularização. Aparentemente, seu custo é menor do que o do processo mais complexo.

Há casos ainda, em que os estudantes selecionados precisam se deslocar para a efetivação desses trâmites. É o caso dos estudantes que residem em local:

²⁰ A maioria dos países da América Latina são signatários. Só não estão na lista de signatários, na América Latina: Cuba, Guiana, Haiti e Jamaica. Caso houver interesse em acessar o documento (Edital nº 01/2019/PROGRAD/PROINT-UNILA) que estabelece e regulamenta o processo seletivo internacional de estudantes latino-americanos(as) e caribenhos(as), exceto brasileiros(as), para ingresso na Universidade correspondente ao ano letivo de 2020, acessar o link: https://documentos.unila.edu.br/system/tdf/arquivos/editais/edital_psi_2020_06.05.19_versao_final.pdf?file=1&type=node&id=3900.

- a) Em que não há consulado/embaixada brasileira;
- b) No qual as representações do Brasil não têm competência para efetuar a legalização dos documentos e;
- c) No qual não há cartório habilitado para o apostilamento.

Um entrevistado paraguaio respondeu que essa foi sua maior dificuldade durante o PSI: *“Legalizar los documentos en el consulado en la capital”*.

O custo dos procedimentos também foi citado como um obstáculo por outros entrevistados. Por exemplo, um deles relatou que: *“La apostillada de los certificados de estudios ya que cada certificado tenia un valor y fue difícil pagarlo”*.

Outro estudante também menciona: *“Validar los documento, son muy caro”*.

As dificuldades na legalização dos documentos, no entanto, não se resumem aos custos relacionados com os trâmites burocráticos, o que elitiza a seleção internacional, favorecendo àqueles que possuem recursos financeiros mínimos para efetuar tais trâmites. Há também as dificuldades culturais e os custos para esses jovens do interior, recém egressos do ensino médio se deslocarem até as cidades que possuem a disponibilidade desses serviços. Essas barreiras já implicam em um filtro, ou seja, um processo seletivo prévio dos estudantes internacionais.

O atendimento nos consulados e embaixadas brasileiras também foi criticado por alguns estudantes. Um entrevistado paraguaio respondeu que teve dificuldade com *“la documentación y la falta de esclarecimientos de algunos secretarios alla”*.

Nesses casos, é importante que a UNILA mantenha um canal de comunicação com os alunos ingressantes, de forma a mapear quais são as falhas existentes na comunicação entre a instituição e as representações diplomáticas brasileiras, que acabam acarretando na má qualidade da informação prestada por tais representações aos candidatos interessados no PSI.

Em resumo, no tocante aos trâmites de legalização dos documentos escolares, foram apresentados os seguintes problemas:

- a) Dificuldade de acesso aos consulados e embaixadas brasileiras;

- b) Necessidade de duas etapas no processo convencional de legalização;
- c) Alto custo para a realização dos procedimentos;
- d) Dificuldades culturais de deslocamento dos jovens para a capital e, por último,
- e) Mal atendimento nas representações diplomáticas brasileira.

b) Dificuldades com o edital do PSI não correlacionadas com o idioma

Outras barreiras apontadas por 10,3% dos estudantes entrevistados durante o PSI ocorreram na compreensão do edital. Segundo eles, essas dificuldades não estão conectadas com o idioma do documento público.

Estas foram algumas das respostas: *“No saber exactamente cuales eram los documentos que debian ser legalizados; La burocracia de los papeles, no estaba muy bien explicado que era necesario para poder inscribirse, de hecho casi desistí de inscribirme a causa de eso”*.

Elaboro aqui algumas hipóteses, acerca dessas dificuldades. Inicialmente, sublinho que o primeiro contato com um edital, para um jovem recém egresso do ensino médio, pode ser trabalhoso.

O edital é uma modalidade de gênero textual. De acordo com Marcuschi (2002, p. 01), os gêneros textuais “São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa”.

O estudante, no ensino médio, é apresentado tanto a uma definição elementar do conceito de gênero textual, bem como a uma série de escritos de algumas modalidades. Dentre elas podemos citar o conto, o romance, o resumo e a reportagem.

No entanto, pouco ou nada se fala acerca do edital, até mesmo pela sua natureza técnica. Assim, a falta de familiaridade do discente com o gênero edital implica em uma natural dificuldade na apreensão do seu conteúdo. Em outras palavras, o estudante egresso do ensino médio não é letrado nesse tipo de leitura.

Parte da dificuldade de compreensão do edital pode também estar relacionada com a falta de domínio de seu vocabulário técnico. A publicação

apresenta linguagem especializada, tanto na seara do Direito Administrativo (que permeia a atividade pública), quanto na linguagem acadêmica propriamente dita.

Recordo, nessa questão, o trabalho de Vilchez (2015), que compilou um léxico bilíngue (português/espanhol) bi-direcional de termos acadêmico, visando facilitar a compreensão dos termos especializados pelos alunos internacionais da UEL.

As dificuldades com o léxico técnico, a meu ver, não se confundem com os problemas relacionados com o gênero textual edital; uma questão é a falta de domínio do vocabulário, outra é a falta de familiaridade com o curso natural da narrativa do edital.

Há uma terceira hipótese que diz respeito a todas as gerações que estão tendo seu processo de letramento escolar nesta era digital. Essas gerações estão sendo caracterizadas por pesquisadores como “nativos digitais”.

De acordo com Prensky (2001 *apud* COELHO, 2012, p.89), os nativos digitais são as crianças nascidas a partir da década de 80, que “(...) apresentam uma intimidade com os meios digitais e possuem a habilidade e competência de realizar múltiplas tarefas ao mesmo tempo”.

Contudo, há estudos que demonstram que a “natividade digital” pode implicar tanto nas vantagens mencionadas quanto em déficits.

Souza e Kenedy (2017) efetuaram um estudo, de natureza psicolinguística, visando verificar: a) eventuais dificuldades na compreensão de textos e retenção de informações por parte dos nativos digitais; b) possíveis diferenças na leitura em meio digital e impresso por parte dos nativos digitais e dos imigrantes digitais.

Uma das conclusões do estudo foi no sentido que:

A tendência é que em uma pessoa que abandone totalmente a leitura de livros e passe a ler exclusivamente textos na Internet, as etapas mais profundas e extralinguísticas do processo de leitura sofram com a falta do exercício da leitura concentrada, que é facilitada no texto impresso em comparação com o meio digital. Tais etapas demandam concentração e reflexão sobre o material escrito, como a interpretação e a retenção de informações do texto e a falta de seu exercício atrapalharia a formação de novos esquemas

cognitivos, afetando o processamento de novos textos. (SOUZA e KENEDY, 2017, p.190, grifo nosso).

O edital de abertura do PSI 2020, publicado em 2019, possui 23 páginas e, como todo texto extenso de natureza técnica, requer atenção e concentração do leitor.

Os estudantes entrevistados entenderam não tiveram dificuldades em decodificar o edital e mesmo assim não conseguiram localizar respostas que efetivamente constavam no mesmo.

Portanto, os problemas de localização das informações no edital podem também estar relacionados com eventuais dificuldades na leitura concentrada²¹, por parte dos nativos digitais.

Em síntese, as dificuldades desse último tópico analisado podem, no meu ponto de vista, ter as seguintes causas: 1) falta de letramento no gênero edital; 2) dificuldade de compreensão do léxico especializado e 3) falta de prática dos nativos digitais com a leitura “analógica”.

Faço as seguintes sugestões, sempre sob a ótica do letramento como prática social (CRUZ,2007):

- a) O gênero edital poderia já ser introduzido no ensino médio, de forma contextualizada, na qual se explicasse ao aluno noções rudimentares dessa prática discursiva e sua relevância para a sua futura vida acadêmica e profissional;
- b) A universidade também poderia fazer um breve vídeo explicativo, no qual apresentaria, sinteticamente, a estruturação do edital. Tal ferramenta poderia facilitar a compreensão do mesmo pelos nativos digitais e;
- c) O edital do PSI também poderia ser apresentado em uma versão em que os termos mais técnicos tivessem um *hiperlink*, no qual haveria uma explicação sintética do significado dos mesmos.

c) Dificuldades com a língua portuguesa durante o PSI

A seguir, continuo na análise da mesma questão aberta, elencando

²¹ “A leitura concentrada (konzentrisches Lesen) é a combinação de diferentes estilos de leitura, como por exemplo, a partir da leitura cursiva seguir para a leitura seletiva e finalmente para a leitura detalhada de uma seção específica (...).” (USP, 2019).

as dificuldades com a língua portuguesa, mencionadas por 8,9% do total de entrevistados.

Estes foram alguns dos relatos: *“La plataforma que estaba en portugues, y algunos documentos no tenían el mismo nombre en mi país, lo cual fue complicado la traducción; Todo el proceso en si, destacando el idioma; El idioma ya que no tenía conocimiento alguno eso me hacias estar un poco desorientado; Subir los documentos pois estaba en portugués;”*.

Na análise da questão 04, já concluí que as respostas institucionais em língua portuguesa, para as dúvidas apresentadas por candidatos do PSI sem qualquer familiaridade com o português, muitas vezes podem ser insatisfatórias.

A plataforma citada nos relatos acima transcritos é o SIGAA da UNILA. O sistema, conforme já relatei no capítulo relativo ao PSI, é a plataforma na qual é efetuada integralmente, de forma virtual, a inscrição no processo seletivo.

Dessa forma, pode-se considerar pequeno o percentual de entrevistados (8,9%) que relataram problemas com a língua portuguesa, tendo em vista que 67,2% dos mesmos declararam não ter tido nenhum contato ou apenas um contato mínimo com o idioma previamente.

Talvez o roteiro burocrático de legalização dos documentos tenha sido tão exaustivo, que as dificuldades com o idioma, durante o processo *on line* de inscrição, acabaram por ser subdimensionadas.

Nesse quesito, as questões relativas ao léxico especializado (*“algunos documentos no tenían el mismo nombre en mi país”*) e ao domínio do gênero textual edital, bem como ao padrão de leitura concentrada, necessária para a compreensão do mesmo (*“Entender en ese entonces la convocatoria”*) podem ser suscitadas novamente, em conjunto com as dificuldades com o idioma propriamente ditas.

É certo que as universidades públicas têm enfrentado sérios problemas relacionados ao contingenciamento de verbas; no caso da UNILA, ainda há o alto custo com aluguéis, em razão da falta de sede própria.

Porém, caso haja viabilidade econômica, creio importante a implantação do SIGAA em língua espanhola, especialmente no que se refere ao processo de inscrição *on line*.

Nesse contato inicial com a universidade, boa parcela dos candidatos não tem qualquer familiaridade com a língua portuguesa. Assim, nesse momento somam-se as dificuldades com o idioma desconhecido com eventuais problemas no manejo da plataforma, além da natural tensão do candidato, que se encontra fisicamente distante da universidade.

d) Alegação de que o edital do PSI estava exclusivamente em português

Quatro vírgula um (4,1%) dos estudantes entrevistados alegaram que o edital estava exclusivamente em português; *“Que no estaba traducido al español aquel año que ingresé; edital estar publicado solo en portugués; Editales en portugués; los papeles se encontraban en portugués; Entender en ese entonces la convocatoria y seguir el proceso porque todo estaba en portugués; Entender en ese entonces la convocatoria y seguir el proceso porque todo estaba en portugués”*.

Procurei confrontar os relatos de que os editais estavam exclusivamente em português com a informação que tinha, como servidora da universidade, de que os editais para o PSI estavam disponíveis também em espanhol.

Ao acessar a página na qual se apresenta o rol de editais do PSI 2020 (UNILA, 2019f), pude verificar que a descrição do conteúdo está exclusivamente em língua portuguesa. Apenas o edital inicial está traduzido para o espanhol e o creole; a primeira retificação do edital 01/2019 está em português e em creole; os editais subsequentes de retificação, homologação e resultados estão apenas em português.

Figura 2 - Página de editais da UNILA.

Home UNILA Editais Concursos públicos Boletins de Serviço Contratos Licitações Convênios Nacionais Convênios Internacionais	
Número: 001	
Ano: 2019	
Unidade responsável: PROINT	
Tipo: Ingresso discentes	
Retificação: Não	
Descrição:	
EDITAL N° 01/2019/PROGRAD/PROINT-UNILA - Estabelece e regulamenta o processo seletivo internacional (PSI) de estudantes latino-americanos(as) e caribenhos(as), exceto brasileiros(as), para ingresso na Universidade Federal da Integração LatinoAmericana – UNILA, para o ano letivo de 2020.	
Arquivos:	
Anexo	Tamanho
EDITAL N° 01/2019/PROGRAD/PROINT-UNILA - Estabelece e regulamenta o PSI	217.25 KB
CONVOCATORIA N° 01/2019/PROGRAD/PROINT-UNILA (Versión en español)	241.1 KB
EDITAL N° 01/2019/PROGRAD/PROINT-UNILA, 06 Me 2019	217.91 KB
RETIFICAÇÃO N° 01 DO EDITAL N° 01-2019 - PROGRAD-PROINT-UNILA	87.65 KB
RETIFICAÇÃO N° 01 DO EDITAL N° 01-2019 - PROGRAD-PROINT-UNILA_CRIOULO	89.76 KB
EDITAL N° 03/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Resultado de recurso da homologação preliminar das(os) inscritas(os) no PSI	100.82 KB
EDITAL N° 04/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a homologação final das(os) candidatas(os) inscritas(os) no PSI	233.55 KB
EDITAL N° 05/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a classificação geral provisória dos candidatos inscritos no PSI	331.9 KB
EDITAL N° 06/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Resultado de recurso da classificação geral provisória dos inscritos no PSI	106.27 KB
RETIFICAÇÃO N° 1 DO EDITAL N° 06/2019-PROGRAD/PROINT/UNILA.	86.04 KB
EDITAL N° 07/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a classificação dos candidatos inscritos no PSI	324.56 KB
EDITAL N° 08/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a primeira chamada do PSI	177.57 KB
EDITAL N° 09/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a segunda chamada do PSI	120.44 KB
EDITAL N° 10/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a terceira chamada do PSI	104.83 KB
EDITAL N° 11/2019/PROGRAD/PROINT/UNILA - Divulga a quarta chamada do PSI	98.17 KB

Fonte: UNILA, 2019f.

Cogito a possibilidade de que, em razão da navegação até essa tela, da descrição e do primeiro item do rol de editais estarem todos em português, o candidato não consegue visualizar o *link Convocatoria*, que abre a versão do edital em espanhol.

Em relação aos editais subsequentes, que estão apenas em língua portuguesa, creio que o raciocínio implícito seria no sentido de que os mesmos são mais curtos do que do edital de abertura e que os hispanofalantes compreenderão o idioma “irmão”.

No entanto, será que algum equívoco na compreensão do edital não pode acarretar em grave prejuízo ao candidato? Não é incomum que candidatos de processos seletivos cometam falhas na interpretação de informações na própria língua materna. Nessas questões, aos fatores já mencionados, reitero a dificuldade dos nativos digitais localizarem informações em sistemas que demandem maior tempo de leitura, análise e concentração.

Tenho ciência, como servidora da UNILA, de que a PROINT, responsável pelo contato com os candidatos, encaminha mensagens eletrônicas de orientação, na língua materna dos mesmos, após a sua seleção. Todavia, como a

universidade conta com um corpo de tradutores, não me parece inviável traduzir os demais editais do PSI, tanto para o espanhol quanto para o creole.

e) Problemas de natureza tecnológica e cultural durante o PSI

Três vírgula quatro (3,4%) dos entrevistados relataram problemas a plataforma de inscrição da UNILA e um total de 2,7% deles disseram que o processo de inscrição é muito diferente do que o procedimento de seu país.

Relatos: *“Escanear los documentos para enviarlos; Entender todo ele procedimiento, ya que el sistema es todo diferente; La posibilidad de postular desde el extranjero; la inscripcion a las plataformas; El método de inscripción; Subir los papeles a la red.”*

As falas relacionadas com escaneamento e *upload* dos documentos me parecem problemas que dizem respeito ao acesso às tecnologias de informática e redes de internet. Tais dificuldades podem ser caracterizadas como uma espécie de falta de letramento no gênero formulário digital. Deste modo, tais barreiras, aparentemente, não têm correlação com a plataforma da UNILA.

Já os relatos de que o sistema de seleção é completamente diferente, a meu ver, implicam em uma barreira cultural na realização desse trâmite pelo candidato.

Provavelmente, os mesmos não estão acostumados com essa modalidade de seleção *on line*; a falta de traquejo nesse tipo de plataforma pode dificultar a finalização do processo.

Novamente, a facilidade de acesso e o conhecimento de informática implicam em uma vantagem competitiva para determinados grupos de candidatos e, de certa forma, já fazem uma pré-seleção dos candidatos do PSI.

Nesse sentido, vejo a importância de contato por parte da UNILA com as representações dos países, no intuito de facilitar o acesso do PSI a estudantes de comunidades mais carentes.

4.2.2 Considerações sobre a seção

No decorrer deste tópico, que analisou a segunda seção do questionário, procurei identificar o mecanismo pelo qual os candidatos tiveram ciência do PSI, suas necessidades de comunicação durante o processo seletivo e quais foram as maiores dificuldades nesse processo.

Analisei as respostas buscando sempre identificar a natureza das relações estabelecidas entre os candidatos e a universidade.

Inicialmente, verifiquei que as mídias sociais e a comunicação “boca-a-boca” tiveram um papel preponderante para o conhecimento do PSI pelos candidatos.

Na sequência, em resposta à pergunta 05 do questionário, os entrevistados relataram que as suas dúvidas acerca do PSI foram sanadas em língua portuguesa. Como, na primeira seção, parcela majoritária dos entrevistados declararam não ter conhecimento prévio do português, cogitei da possibilidade da inefetividade da comunicação.

Sugeri que a universidade buscasse qualificar os TAEs responsáveis por essa comunicação, no sentido de um melhor aprendizado do espanhol, objetivando concretizar a política institucional do bilinguismo.

Relatei, em análise que relaciona língua e poder - terceira perspectiva do letramento, de acordo com Cruz (2007) - que o caráter hegemônico da língua portuguesa na instituição e a relação de dependência existente entre o candidato e o TAE, também é um fator determinante na utilização do português, nas respostas às demandas por correio eletrônico dos candidatos.

Foi citado um terceiro fator que dificulta essa comunicação, relacionado como a falta de domínio dos gêneros discursivos acadêmicos pelos candidatos.

Por último, questionei os entrevistados acerca de suas maiores dificuldades durante o PSI.

A maior parcela das respostas correspondeu a dificuldades de natureza burocrática, na legalização dos documentos.

Essas dificuldades ocorreram durante o acesso e atendimento nos

consulados e embaixadas brasileiras; relativas ao custo e tempo envolvidos no processo convencional de legalização e, por último, dificuldades culturais de deslocamento dos jovens para a capital.

Conclui que essas barreiras já implicam em um primeiro filtro, de naturezas social, econômica e cultural no acesso ao PSI.

Foram relatadas outras dificuldades com: o edital, compreensão da língua portuguesa e plataforma de inscrição do PSI.

Sugeri medidas que, no meu entendimento, concretizam a implantação da política de bilinguismo e facilitam, desde o processo seletivo, o acolhimento linguístico-institucional dos EIs.

Como exemplo dessas medidas, cito o atendimento, na língua materna dos candidatos, das respostas às dúvidas acerca do PSI e a implantação do SIGAA em espanhol, especialmente na etapa do processo seletivo.

Passo, a seguir a analisar os dados relativos à percepção dos entrevistados acerca do momento da chegada à universidade.

4.3 INTERAÇÃO NA CHEGADA À UNILA

As questões da terceira seção do questionário tratam das primeiras interações presenciais dos EIs entrevistados com o corpo técnico da UNILA.

4.3.1 O primeiro contato

Apenas para lembrar, o primeiro contato presencial do EI com a UNILA é, em regra, no mutirão para emissão do CRNM. Esse processo foi descrito, detalhadamente, no capítulo relativo à política de acolhimento.

A primeira questão dessa seção 3 foi: *¿En su primer contacto con la UNILA, como fue la atención y que considero difícil?*

Vinte e dois vírgula seis por cento (22,6%) de entrevistados não respondeu à parte da questão que diz respeito à atenção dispensada pelos servidores. Atribuo o número elevado de abstenções ao fato da questão ter sido

formulada de forma composta e aberta.

Dentre os que responderam, 21,2% consideraram a atenção muito boa e 72,5% boa. O atendimento foi considerado regular por 3,6%, ruim por 1,8% e péssimo por 0,9% dos alunos entrevistados.

A percepção da qualidade do atendimento foi excepcional, posto 93,7% dos entrevistados que responderam à questão consideraram-no bom ou muito bom.

O fato do atendimento ter sido positivamente avaliado, mesmo com significativas barreiras na comunicação, é um ponto a ser ressaltado. Parece-me que o suporte dos voluntários veteranos é um ponto fundamental nessa boa avaliação.

Em relação à segunda parte da pergunta, acerca das dificuldades enfrentadas no primeiro contato presencial com a universidade, segue abaixo uma classificação das respostas:

Tabela 3 - Dificuldades durante primeiro contato presencial com a UNILA

Nº de respostas	Porcentagem	Ao chegar à UNILA
69	47,4%	Não tiveram dificuldade alguma ou não fizeram nenhum apontamento.
56	38,4%	Dificuldade com o código (idioma);
11	7,5%	Dificuldades burocráticas;
10	6,7%	Dificuldades Culturais;

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima mostra que a maioria dos entrevistados (47,4%) declarou que não teve dificuldades no momento da chegada. Creio que a resposta se coaduna com a primeira parte da questão, nos quais os entrevistados relatam terem sido bem recebidos; ademais, reitero a relevância dos veteranos que atuam como intérpretes nesse processo de acolhimento.

A relação que se estabelece entre os veteranos e os estudantes ingressantes é de natureza horizontal; ademais, há um implícito vínculo de solidariedade, posto que o trabalho daqueles é voluntário, sem qualquer fim

lucrativo.

De acordo com Cervetti, Pardales e Damico (2001 *apud* SANTOS e IFA, 2013, p.5):

Grande parte da teoria crítica de letramento foi derivada, em parte da teoria da crítica social, particularmente o que diz respeito ao alívio do sofrimento humano e a necessidade de formação de um mundo mais justo através da crítica da existência de problemas político-sociais e desenvolvimento de alternativas para estes problemas.

Tal atividade comunitária, no meu sentir, enseja um empoderamento do estudante veterano. O processo de participar da solução de um problema concreto de um colega, também estrangeiro, desperta no veterano a percepção de sua relevância para a comunidade acadêmica.

Trinta e oito vírgula quatro por cento (38,4%) dos entrevistados relataram dificuldades de comunicação, relacionadas ao idioma. Estas foram algumas das respostas: *“La atención fue buena, lo difícil es comprender lo que a veces quieren decir; Difícil entender el portugués; Lo que consideré difícil fue el idioma, pues muchos funcionarios tenían un español muy básico y yo [no] conseguía entender, pues también yo nunca había tenido contacto con aquella lengua; los representantes de la UNILA no intentan hablar español”*.

Essas dificuldades também me pareceram razoáveis: na primeira etapa do mutirão, que acontece na sede administrativa da UNILA, os veteranos têm tempo hábil de atender individualmente cada ingressante. Entretanto, durante os atendimentos na Polícia Federal, nem sempre é possível um acompanhamento personalizado.

A UNILA está localizada na Tríplice Fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A comunicação entre os habitantes de regiões fronteiriças entre países hispanofalantes e o Brasil, de acordo com Biesdorf (2019, p.10) é:

(...) um fenômeno linguístico que permeia a grande fronteira entre o Brasil e os países que o circundam, nos mais de 16.000 km de fronteira, que se molda a partir da necessidade de comunicação, nas trocas econômicas e culturais desenvolvidas em tais regiões.

Para parte desses moradores, há uma familiaridade natural com a língua do outro. Essa intimidade com a língua estrangeira faz com que parcela da população fronteiriça pressuponha que os habitantes de regiões centrais dos seus respectivos países também entendam com naturalidade o outro idioma, em razão dos mesmos serem tipologicamente próximos.

No meu entendimento, existe uma maior facilidade no aprendizado (principalmente da escuta e da leitura) do português e do espanhol como LA pelos latino-americanos em razão da tipologia próxima, do que de outros idiomas não latinos. Contudo, não há como presumir a fluidez da comunicação de quem não interage cotidianamente com a língua estrangeira.

Citei anteriormente que os candidatos selecionados são convidados a participarem de um curso *on line* de língua portuguesa (CEPI), que é disponibilizado aos ingressantes antes de sua chegada no Brasil.

Cabe então um questionamento: se os candidatos participam de um curso de língua portuguesa, qual o motivo da dificuldade de comunicação?

Em primeiro lugar, ressalto que o curso é facultativo. Considerada a premissa de que os ingressantes fizeram o curso, friso que o aprendizado de um idioma é um processo complexo, que pode levar anos em um ambiente de estudo formal (mesmo para idiomas tipologicamente próximos), e é pouco mais rápido em um processo de imersão.

Assim, as noções preliminares de linguagem e de letramento oferecidas pelo CEPI tem uma finalidade meramente introdutória, tanto no aspecto da linguagem propriamente dita quanto no aspecto do letramento. Consequentemente, não tem o atributo de habilitar os calouros para, sozinhos, participarem de um processo de comunicação verbal, em um contexto discursivo secundário.

Em relação ao uso do espanhol por parte dos TAEs da UNILA, considero que tanto a falta de atenção para a efetivação da política do bilinguismo, também em relação ao corpo técnico, como a hegemonia da língua portuguesa e uma assimetria no *status* dos servidores e discentes podem estar relacionadas com a não utilização do espanhol por parte daqueles.

Na sequência, foram apontadas dificuldades com os documentos por 7,5% dos entrevistados. Tais como: *“Lo más difícil fue la cantidad de documentos para llenar y firmar (al igual que la obtención del RNE), ya que no tenían traducción y no era bien explicado cada un; lo difícil entregar la documentación en el tiempo establecido; considero difícil cuando hay que hacer tramites burocraticos”*.

Reitero, nesse ponto, que a burocracia inerente a estudar no exterior não é um privilégio do Brasil. Portanto, friso novamente que a advertência acerca das dificuldades relacionadas aos trâmites documentais deve ser efetuada por todos os entes envolvidos no processo de divulgação do PSI. Não há muito que a UNILA possa fazer para simplificar a burocracia, posto que parte dela não se relaciona com a instituição e mesmo a parcela que envolve a universidade segue uma estrita regulamentação legal.

Contudo, a instituição pode, no processo de acolhimento dos EIs, aperfeiçoar continuamente os canais de comunicação e acompanhamento, no sentido de estar à disposição para sanar dúvidas, bem como facilitar a logística dos estudantes ingressantes.

Por fim, nessa questão, ainda 6,7% dos entrevistados mencionaram outros problemas, os quais classifico com problemas culturais, tais como: o de locomoção para a UNILA; dificuldade de adaptação ao ambiente da universidade; longo tempo de espera para as matrículas; dificuldade de adaptação à cidade de Foz do Iguaçu; dificuldades de locomoção entre as unidades administrativas da UNILA e falta de orientação.

Trago algumas falas: *“La comunicación con los funcionarios y la localización de los lugares en la ciudad fueron los aspectos con los cuales tuve mayores problemas; Médio difícil por las distâncias entre oficina y oficina; lo difícil fue adaptarme a tantas nacionalidades juntas”*.

Novamente, aqui, retomo o tema do acolhimento. O processo de recepção dos alunos deve ser acompanhado, a meu ver, de uma espécie de “ouvidoria do acolhimento” que possa fornecer à instituição um *feedback* acerca da efetividade de suas ações.

Ao mesmo tempo em que forneça um suporte para os alunos, deve, simultaneamente, fornecer-lhes ferramentas para que, gradativamente, atuem de

forma autônoma em seu novo ambiente.

Apesar da teoria relacionar o letramento acadêmico fundamentalmente com as habilidades necessárias no ambiente de sala de aula, me parece que esse processo de ganho de autonomia no novo ambiente (saber se localizar, aprender a conviver com a diversidade linguística-cultural da UNILA, conseguir se comunicar efetivamente com os técnicos e professores), possa ser caracterizado como um dos aspectos do letramento.

Perguntei, ainda, qual o idioma o **estudante** utilizou em seu primeiro contato pessoal na UNILA (gráfico 5). Usaram a língua **espanhola** 68,5% dos entrevistados; 17,1% se comunicaram em português.

Ainda, solicitei que me indicassem qual o idioma a **UNILA** utilizou nesse primeiro contato (gráfico 6): 66,7% dos entrevistados apontaram que foram respondido na língua **portuguesa**; 13,9% indicaram que foram atendidos em espanhol.

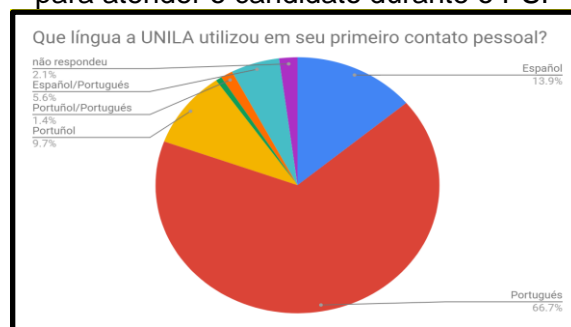
Aqui, retomo as conclusões da segunda seção do questionário, relativas ao atendimento durante o processo seletivo. O panorama é o mesmo: os Els demandam a universidade predominantemente em espanhol, e a UNILA responde aos questionamentos prevalentemente em português. Novamente, concluo que provavelmente existam falhas nessas comunicações, o que reforça a necessidade da concretização da política do bilinguismo, também em relação aos TAEs.

Gráfico 5 – Idioma que utilizou para se comunicar com a UNILA durante o PSI



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 6 - Idioma que a UNILA utilizou para atender o candidato durante o PSI



Fonte: elaboração própria.

4.3.2 O dia da matrícula

Na matrícula, os estudantes são recebidos por uma equipe de servidores, que recebem um treinamento específico. Os documentos dos estudantes são conferidos e a matrícula é registrada no sistema; a partir daí os EIs têm o vínculo com a universidade efetivado.

Mantém-se aqui a prática informal, sem apoio de políticas institucionais, de suporte dos EIs veteranos aos colegas ingressantes, também no processo de matrícula.

Nesse sentido os estudantes entrevistados foram questionados acerca do dia da matrícula: *¿Cómo fue el día de la matrícula (entrega de los documentos académicos a los funcionarios de la secretaría)? ¿Necesitaste ayuda de algún estudiante veterano? Cuéntame.*

Como a pergunta foi aberta, 58,9% dos entrevistados deixaram a questão em branco a primeira parte. Em relação aos alunos que responderam à mesma: 46,7% consideraram fácil; 26,7% muito fácil; 21,6% difícil e 5% muito difícil.

Portanto, aproximadamente dois terços dos entrevistados que responderam à primeira parte da questão consideraram o procedimento fácil ou muito fácil.

Considero que, dadas as circunstâncias já mencionadas (alunos oriundos de outras culturas, sem conhecimento significativo da língua portuguesa), é possível avaliar positivamente o atendimento prestado pelos TAEs, no processo de matrícula.

Na continuação da mesma questão, perguntei se, nesse dia, os mesmos necessitaram de ajuda dos colegas veteranos: 45,3% do total dos entrevistados disseram que sim, 35,5% responderam que não e 19,2% não responderam.

Sob uma perspectiva histórica, Queiroz (2014), menciona a relevância da atuação de intérpretes, em contextos comunitários:

A atuação de intérpretes em contextos comunitários é uma prática antiga, utilizada para mediar os mais diferentes tipos de negociações humanas (ROBERTS

2008, PÖCHHACKER 2004 e 2010, PÖCHHACKER e SHLESINGER 2007). Na sociedade contemporânea, a necessidade de suprir barreiras na comunicação entre indivíduos de línguas e culturas distintas foi alavancada, especialmente, pelo processo de internacionalização que marcou o século XX. Negociações interlinguísticas e interculturais foram intensificadas não somente nas esferas político-diplomáticas, mas no dia a dia de pessoas comuns que passaram a fazer uso de serviços em um mundo internacionalizado. Nesse contexto de cruzamento de línguas e culturas, o provisionamento de serviços de interpretação qualificada pode ser entendido como meio de garantir o acesso de indivíduos não fluentes na língua oficial de um determinado país à comunicação, a fim de se beneficiarem dos serviços de que necessitam. (QUEIROZ, 2014, p. 196-197).

Por conseguinte, atribuo a facilidade relatada por 2/3 dos entrevistados, no processo de matrícula - na 1ª parte da questão - ao trabalho de suporte fornecido pelos veteranos, já que, na 2ª parte da questão, 45,3% dos mesmos responderam que necessitaram desse apoio.

Na terceira parte da mesma questão, os entrevistados especificaram os seus maiores problemas no dia da matrícula:

Tabela 4 - Dificuldades durante a matrícula

Nº de respostas	Dificuldades durante as matrículas
15	dificuldade de comunicação (idioma);
14	falta organização por parte da UNILA;
6	dificuldade com os documentos;
3	dificuldades culturais como: transporte público, localização dos postos de atendimento na cidade, como cartórios, delegacias, etc.;
01	mal atendimento na UNILA;

Fonte: elaboração própria.

O problema mencionado com maior frequência (15 entrevistados) foi a dificuldade de comunicação com a equipe de servidores responsável pela

matrícula e apoio, em razão do idioma. *“Los funcionarios de la secretaria no podían comunicarse conmigo porque no nos entendíamos; Un chico de intercambio hablante de español me ayudo a traducir lo que los funcionarios querían comunicar; No se hablo mucho con el funcionario, no en ese momento no tenia nigrun veterano cerca”.*

Novamente, as respostas indicam que os veteranos foram essenciais para a superação dos obstáculos de comunicação decorrentes da dificuldade de compreensão da linguagem do outro. Digo linguagem, no intuito de ampliar o foco do idioma *stricto sensu* para questões como as variantes linguísticas, a adequada tradução de termos técnicos e até mesmo a velocidade da fala, como no caso da seguinte resposta: *“No necesite de ayuda, solo no entendía bien lo que hablaban los funcionarios, porque hablan muy rápido”.*

Outra dificuldade citada com frequência quase equivalente à que foi analisada acima (14 entrevistados) foi em relação à logística (falta de organização) do evento: *“Si, para sabes donde estaban las oficinas y que tenía que hacer; caotico, habia greve de los camioneros, no habia transporte en la ciudad y tuvimos que hacer una fila eterna para matricularnos; Creo que bien, a pesar de los multiples problemas con la desinformación y demas, por un lado veo normal”.*

Até mesmo algumas respostas que indicam problemas logísticos reiteram a dificuldade de comunicação com a equipe de matrícula: *“Fue confuso porque no tenía ninguna orientación y del personal administrativo pocos entendían el español fue una experiencia confusa. La UNILA estaba muy llena de estudiantes, todos un poco perdidos. Lo más difícil fue entender como funcionaba el intercambi”.*

Alguns entrevistados relataram problemas de ordem cultural, tais como acesso ao transporte público, localização dos postos de atendimento da saúde, entre outros.

Para além dos problemas, também foi possível detectar vários elogios à equipe de matrícula e uma relação de afeto por parte de alguns ingressantes com a universidade: *“Tranquilo, engraçado, e os funcionários muito receptivos; La funcionaria que realizó mi matrícula me tuvo mucha paciencia y logramos realizarla sin problemas, Joceli, creo que es su nombre. Fue muy amable y hasta hoy lo continúa siendo. Excelente profesional; Fue un día muy alegre al momento que me llegó el email diciendo me que ya era un UNILERO”.*

Houve uma única reclamação expressa, nesse ponto, em relação a qualidade do atendimento da equipe de matrícula: *“Como eu estava falando antes, a parte da administração, uma sensação que era impossível de se matricular nessa universidade como se os funcionários não estivessem preparados ou a não vontade de ajudar também me impressionou”*.

Concluo, nessa seção, que a falta de domínio do espanhol, pela equipe de servidores responsável pela recepção e matrícula, se apresenta como a principal barreira citada pelos entrevistados, nesse contato inicial dos EIs com a universidade. Não me parece plausível cogitar, nesse instante, da ausência de domínio do português como língua adicional pelos ingressantes internacionais.

O papel do estudante veterano como intérprete, dada a dificuldade de comunicação, é de fundamental importância nesse momento. Mesmo que sejam superadas tais barreiras, creio que a presença do mesmo na integração e acolhimento dos ingressantes continuará a ser relevante nesse momento, em função do importante papel psicossocial que desempenham e da integração multicultural existente nesse encontro entre trabalhadores e estudantes internacionais calouros e veteranos.

Os veteranos que comparecem no processo da matrícula o fazem espontaneamente; sugiro que a presença dos mesmos seja incorporada nesse ato de forma institucional, assim como já ocorre no mutirão.

Apesar da dificuldade de comunicação mencionada, o atendimento dos TAEs, nessas etapas, foi considerado majoritariamente positivo.

Os problemas logísticos também foram relatados por alguns estudantes, mas em proporção bem menor do que os de comunicação.

As barreiras culturais mencionadas foram em relação à adaptação na cidade, nessa etapa da pesquisa.

Passo, a seguir, a analisar as respostas acerca da relação dos IEs com os TAEs após o vínculo efetivado e dias atuais na UNILA.

4.4 INTERAÇÃO COM A UNILA APÓS A MATRÍCULA E DIAS ATUAIS

Atualmente, em 2019, os estudantes da UNILA são instruídos pela

equipe de matrícula a acessarem, em data posterior à matrícula, a plataforma SIGAA e efetuarem seu cadastro; os mesmos inserem seus dados pessoais e criam um *log in* e senha para o sistema. Esses dados já foram previamente cadastrados pela equipe da matrícula; portanto, o acesso criado pelo aluno somente será validado se as informações forem compatíveis com aquelas pré-inseridas pela UNILA.

No SIGAA, serão lançadas, ao longo da vida acadêmica dos discentes, todas as informações curriculares e administrativas. Nesse sistema informatizado, eles podem consultar as disciplinas nas quais estão matriculados, os horários e professores que ministram as respectivas matérias, emitir declarações, histórico escolar, planos de ensino e fazer solicitações.

No primeiro semestre, a matrícula nas disciplinas é efetuada pelos servidores da equipe de matrícula da universidade. Nos semestres subsequentes, o estudante é responsável por solicitar sua matrícula nos componentes curriculares, na mesma plataforma.

Ainda, alguns dias após a matrícula, os estudantes recebem uma mensagem eletrônica, em seu *e-mail* pessoal, informando que lhes foi criado um *e-mail* institucional, com o sufixo @aluno.unila.edu.br. Após a criação do *e-mail* institucional, a universidade não utiliza mais o *e-mail* pessoal do estudante para qualquer contato.

O correio institucional da UNILA faz uso da plataforma aberta, Zimbra. Portanto, não tem qualquer correlação operacional com o SIGAA. Este sistema serve para acompanhar os registros acadêmicos durante todo o vínculo do discente com a instituição; aquele correio institucional é o meio oficial de comunicação com a comunidade acadêmica.

4.4.1 Momentos logo após a matrícula

Após essa breve explicação, apresento a primeira questão da última seção do questionário: *¿Después de matriculado, ¿cómo fueron sus primeros contactos con la Secretaría Académica y otras instancias administrativas de la UNILA? Cuéntame.*

Dos entrevistados, 25,8% não responderam a esse quesito. Atribuo o alto índice de ausência de respostas, acerca da qualidade do atendimento inicial pós-matrícula, à formulação aberta da questão

No que se refere às respostas efetivadas, 56,2% consideraram boa a qualidade das primeiras interações; 18,8%, muito boa; 15,1%, regular; 9,8%, ruim e 5,1% disseram que não tiveram muito contato.

Portanto, aproximadamente 75% dos Els entrevistados consideraram o atendimento como bom ou muito bom.

Nesse momento, de início da vida acadêmica, o contato dos Els com os servidores das diversas instâncias administrativas da universidade já não é, em regra, mediado por um intérprete.

Portanto, a mim me surpreende que os Els, mesmo com as barreiras linguísticas, façam uma avaliação tão favorável do serviço prestado pelas unidades administrativas da UNILA. Seguem algumas das falas relativas às avaliações positivas: *“Bien. Hablaba muy despacio e haciendo gestos, asi me entendiam; Bien, pero me resulta confuso el idioma; bien, siempre disponibles para inquietudes; Buena, en calidad de atención excelentes personas; Buena, pero el portugués me costaba un poco; Buenas, a pesar de hablar en portugués, son muy atentos y hacen lo posible por entender”*.

Analisando esses relatos, concluo que a maior parte das deficiências/barreiras no atendimento dos setores administrativos aos Els estão relacionadas mais ao idioma do que a outros fatores, como mal atendimento ou atitudes discriminatórias dos servidores em relação aos estudantes internacionais.

Há que se avaliar, em outro estudo, os motivos que os servidores indicam para não atenderem aos Els em espanhol (nem trato dos outros idiomas da comunidade unileira, posto que o problema fica ainda mais complexo). Porém, creio que essa avaliação positiva dos atendimentos possa indicar que há, no ambiente institucional-administrativo, uma significativa margem para adesão à efetivação do bilinguismo.

Dos entrevistados que elencaram dificuldades no atendimento, nessa fase inicial da vida acadêmica:

a) Alguns citaram dificuldades com o idioma: *“El idioma siempre ha sido la mayor barrera pese a que los funcionarios entienden que somos*

extranjeros hablan de manera muy rápida dificultando la comprensión de la información; Sin embargo, la mayoría de las veces necesite ayuda de veteranos hispanos para una explicación más detalladas; En la recepción de los calouros cuando se presento el personal de mi instituto, no entendi nada, hablo un funcionario en portugués, entendi que eram informaciones importantes pero no tenia idea de lo que hablaba”.

b) Outros mencionaram atitudes discriminatórias: *“algo áspero, sentí un poco de discriminacion al no ser brasileña pero me habitué; Cona la secretaria de mi instituto (ILAESP) siempre muy buena, con otros a veces recibi atendimento un poco hostil pero por suerte fue en minimos casos; Malos. Iba a preguntarles muchas veces cosas que no entendía y me respondían de mala manera. Hasta que empecé a preguntar a los otros alumnos por no querer ir a "molestar" a la secretaria. No eran muy amables los que atendían, menos cuando no entendíamos português. Pero hubo algunos que si ayudaban con mucho cariño y vocación”.*

c) Por último, alguns relataram problemas com a operacionalização dos processos: *“Desconocimiento total, ya por estar matriculado el estudiante queda en solitario y debe entender el sistema por sí solo; (...) al aprender el funcionamiento de la universidad resultó mas sencillo; Fue muy agobiante, no sabiamos a donde recurrir si no podiamos acceder a zimbra, no sabiamos si era en pti o ju. No sabiamos que por cada carrera nos correspondia una determinada secretaria académica”.*

Os relatos colacionados no item “a” reforçam a necessidade de implantação do bilinguismo, posto que as atividades e orientações em língua portuguesa, para calouros internacionais com baixo domínio do português como LA se tornam duplamente difíceis: adicionadas à dificuldade de manejo do gênero discurso secundário, da academia, se acrescentam as barreiras de compreensão impostas pela língua.

O item “b” demonstra que, apesar da avaliação predominantemente positiva deste tópico, há uma percepção, por parte de alguns entrevistados, da presença de atitude discriminatória de alguns TAEs em relação aos EIs.

Tais condutas, se confirmadas, podem ensejar punições

administrativas (Processo Administrativo Disciplinar) e sanções cíveis (reparação por dano moral) e criminais.

A UNILA conta com duas instâncias para denúncia desse tipo de conduta: a Ouvidoria e o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED).

De acordo com o portal da universidade:

A Ouvidoria da UNILA é um órgão de promoção e defesa dos direitos individuais e coletivos da sociedade civil e da comunidade universitária em prol da melhoria do serviço público prestado pela UNILA. Tem a função de mediar as manifestações trazidas pela comunidade, e encaminhá-las às áreas responsáveis dentro da instituição, em busca de uma solução. (UNILA, s/n.).

O Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED) é um órgão ligado ao Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) cujo foco principal é a estruturação documental e organizacional da Secretaria de Equidade de Gênero, prevista na Política de Equidade de Gênero aprovada pelo Conselho Universitário através da Resolução nº 18/2017.

omissis

A Política de Equidade de Gênero aprovada tem os seguintes eixos de atuação:

omissis

4. Equidade étnico-racial.

(...)

As ações da Política de Equidade de Gênero da UNILA serão direcionadas pelos seguintes eixos:

omissis

IV – relações étnico-raciais: combater o preconceito racial e étnico institucionalizado e simbólico, garantindo a existência de condições de equidade nos diversos aspectos da vida acadêmica. (UNILA, 2018b).

No meu sentir, qualquer atitude xenofóbica de alguns integrantes do corpo técnico administrativo da UNILA é indicadora da falta de adesão aos princípios do respeito a todas as formas de diversidade, do pluralismo de ideias e de pensamentos, promoção da interculturalidade e da defesa dos direitos humanos, da vida, da biodiversidade e da cultura de paz, estabelecidos no artigo 5º do Estatuto da universidade.

Por último, os relatos do item “c” demonstram que o processo de acolhimento institucional não pode se restringir à recepção do aluno; as falas

compiladas nesse item indicam que o discente internacional ingressante continua a demandar orientação acerca dos diversos postos de atendimento e suas respectivas atribuições bem como suporte para letramento digital.

O suporte digital inclui o devido acompanhamento dos discentes para que os mesmos entendam as funcionalidades e a operacionalização dos sistemas de informática com os quais devem se comunicar com a instituição. As duas principais plataformas já foram acima mencionadas (SIGAA e Zimbra). De acordo com a minha experiência como servidora administrativa da UNILA, na Secretaria Acadêmica do ILAACH, observo que todas as categorias de discentes (brasileiros e internacionais) apresentam distintos graus de dificuldade para entender a finalidade de cada um desses canais.

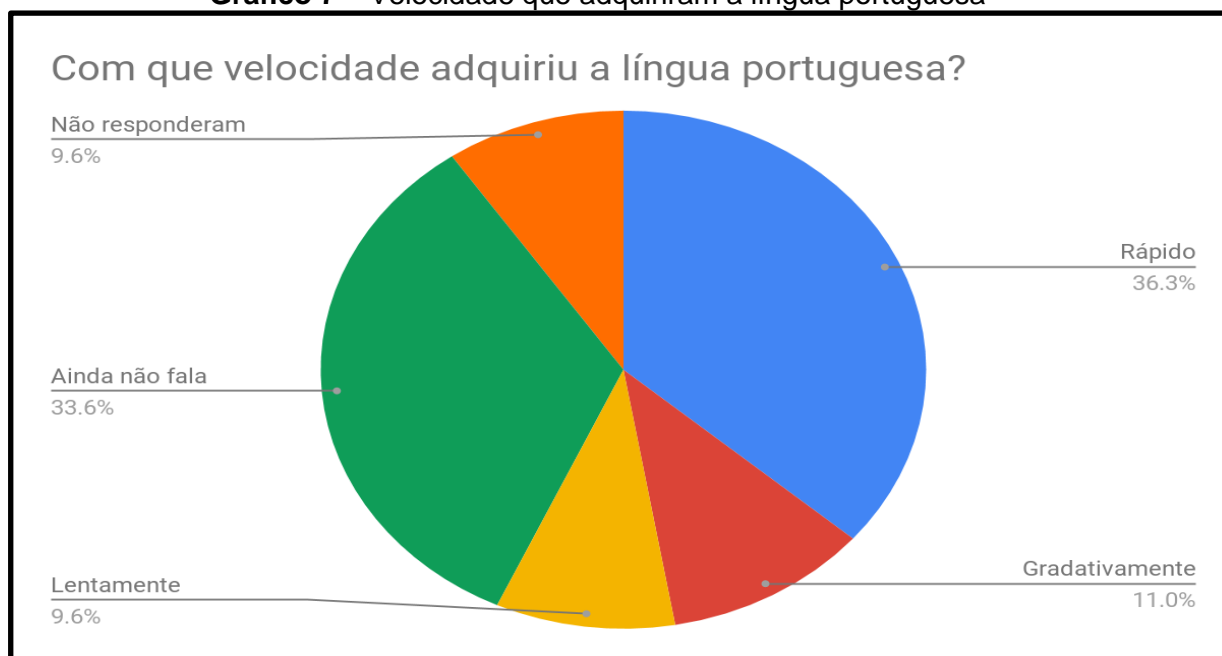
Com fundamento apenas na minha observação empírica, parece-me que essa dificuldade é maior para os Els, ingressantes de maior faixa etária e indígenas.

Atribuo tais problemas (também sob uma ótica empírica) aos seguintes fatores: a) dificuldades de comunicação em decorrência da barreira linguística, no caso dos Els; b) falta de letramento digital, nos demais casos.

No caso dos Els, o relato de aluno colacionado no item “a”, supra, informa que: *“En la recepcion de los calouros cuando se presento el personal de mi instituto, no entendi nada, hablo un funcionario en portugués, entendi que eram informaciones importantes pero no tenia idea de lo que hablaba”*.

Transporto essa dificuldade para uma eventual explicação em língua portuguesa, do Zimbra e do SIGAA, para alunos que não dominam o idioma; acumulam-se as barreiras linguísticas com a apresentação de um sistema de gênero discursivo secundário. É um roteiro que dificilmente terminará em efetivo e rápido aprendizado do sistema.

Ainda, perguntei: *¿Con qué rapidez comenzaron a utilizar el idioma portugués para comunicarse con los canales administrativos UNILA? o sigue utilizando la lengua de origen?* 36,3% disseram que aprenderam rapidamente; 11% responderam que adquiriram gradativamente; 9,6% mencionaram que o processo foi lento. Portanto, 56,9% dos entrevistados declararam ter aprendido a língua portuguesa. Contudo, 33,6% afirmaram que ainda não falam português e 9,6% não responderam à questão (gráfico 7).

Gráfico 7 – Velocidade que adquiriram a língua portuguesa

Fonte: elaboração própria.

Em relação à essa questão, no capítulo sobre as políticas de bilinguismo já fiz menção acerca do modo em que o EI aprende a língua local. A maior parte desses estudantes se encontra em um contexto de imersão posto que, além do contato com a comunidade acadêmica, ainda precisa utilizar a língua para se comunicar em seu cotidiano fora da universidade. Dado esse contexto, uma análise preliminar faz com que se acenda a “luz amarela”, posto que $\frac{1}{3}$ dos alunos não consegue se comunicar em português.

A tabela 1, na página 70 desta dissertação, apresenta o número de entrevistados por ano de ingresso. Trinta e seis dos entrevistados, ou seja, 24,6% do total tinham recém ingressado na universidade, no momento da pesquisa (de janeiro a março de 2019). O CCE tem uma duração de dois anos, sendo que o é durante todo o primeiro ano que são ministradas as aulas de PLA. Desta forma, não correlaciono, de forma substantiva, o significativo percentual de alunos que não dominam o português (33,6%) a um déficit no ensino de PLA pela UNILA.

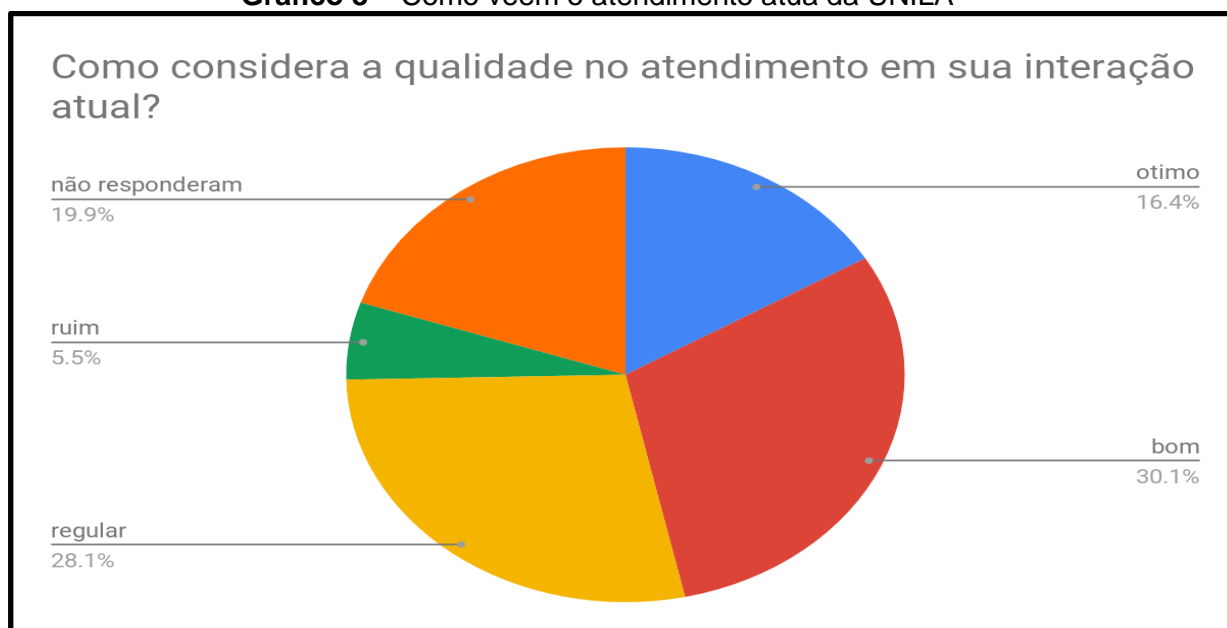
No entanto, especialmente nesse primeiro ano da graduação, nos quais os EIs, em regra, efetivamente não dominam a língua portuguesa é preocupante a ausência de efetividade da política de bilinguismo da instituição, descrita no tópico 2.3 desta dissertação. O eventual impacto da hegemonia da

língua portuguesa, no aprendizado desses alunos, poderia ser mensurado em um estudo que, dentre outras abordagens possíveis, comparasse o IRA (índice de rendimento acadêmico) dos EIs com o índice equivalente dos alunos brasileiros.

4.4.2 Dias atuais na UNILA

Perguntei aos entrevistados: *¿Cómo ve la atención al alumno internacional en los puestos de atención al alumno de la UNILA?* 30,1% dos estudantes entrevistados consideraram o atendimento bom; 16,4% responderam ótimo; 28,1% disseram que o atendimento é regular; 5,5% ruim e 19,9% não responderam a esse quesito (gráfico 8).

Gráfico 8 – Como veem o atendimento atua da UNILA



Fonte: elaboração própria.

Abaixo, comparo as respostas acima, relativas à qualidade do atendimento atual dos setores administrativos da UNILA, com as respostas equivalentes, porém acerca dos primeiros contatos presenciais após a matrícula.

Tabela 5 - Comparação quanto a qualidade de atendimento

Qualidade no atendimento na UNILA	Logo após matrícula	Atualmente
Muito bom	18,8%	20,5%
Bom	56,2%	37,6%
Regular	15,1%	35,1%
Ruim	9,8%	6,8%

Fonte: elaboração própria.

Há, no caso dos entrevistados recém-ingressos uma sobreposição das respostas, posto que tais estudantes foram entrevistados aproximadamente um mês após a matrícula.

Feita tal consideração, o quadro acima mostra que houve uma oscilação significativa, com a migração de aproximadamente 20% das respostas de bom para regular. Os demais indicadores não sofreram alteração importante.

A partir de tais dados, procurei analisar qualitativamente as respostas, para buscar algum elemento que justifique tal variação. Apresento, a seguir, algumas considerações feitas pelos entrevistados acerca do atendimento atual (2ª coluna da tabela 5): *“He percibido que en muchos, casi en todas mis experiencias la atención fue muy acogedora y amable. Al pasar de los años se van acercando mas de nosotros; Ha mejorado muchísimo. Ahora se evidencia más el interés de la universidad en facilitar el proceso y la estancia de los alumnos extranjeros; Creo que ha mejorado con respecto al año en que ingresé”*.

Deste modo, os discursos dos entrevistados não se coadunam com a oscilação estatística para menor da qualidade do atendimento do corpo técnico da UNILA. Tendo a dar mais relevância, sob a ótica qualitativa, aos discursos que relatam que a universidade melhorou o atendimento, em relação ao ano de ingresso dos entrevistados e que há um gradativo processo de aproximação entre servidor/discente, com o transcorrer dos anos, até mesmo porque não houve nenhum relato de piora no atendimento.

As falas dos estudantes entrevistados, em relação aos outros pontos, apenas reforçou que o principal problema identificado é a falta do uso de

espanhol por parte dos atendentes: *“Buena, pero dificulta no hablaben en español; Hasta la fecha no he visto inconveniente alguno, solo que esta se ve limitada por el idioma ya que no es igual la conversación fluida con lusofalantes que entre lusofalantes e hispanos; La verdad pensé que iban a haber más personas que hablaran español fluido en el área administrativa. Aunque yo nunca tuve problemas con eso ya que me comunico perfectamente en portugués, sé que muchos de mis compañeros llegaron a tener dificultad al preguntar cosas en Secretaría Académica, por ejemplo, porque no entendían bien; Existe una incapacidad de entender y de reconocer al otro. Generalmente debemos sí y sí aprender el portugués para evacuar nuestras dudas. El personal administrativo no es bilingüe”*.

Em menor escala, foram repetidos os relatos de falta de empatia e de paciência e, em certos casos, arrogância, já citados na etapa de atendimento pós-matricula: *“Una clara division pues siempre esta claro el papel del extranjero; Buena. Faltaria un poco más amabilidad por parte de algunos”*.

Assim, o eixo central para a melhora no atendimento é, em minha análise, a capacitação dos técnicos em ELA. Há uma fala que sintetiza, a meu ver, todas as questões relacionadas com o tema: *“Existe una incapacidad de entender y de reconocer al otro. Generalmente debemos sí y sí aprender el portugués para evacuar nuestras dudas. El personal administrativo no es bilingüe”*.

A falta de domínio/uso do espanhol pelos TAEs cria um distanciamento com os EIs. A barreira linguística, em minha análise, acaba por se constituir em uma barreira cultural, na medida em que a ausência de acolhimento linguístico reforça um sentimento inerente ao imigrante, de não pertencimento. O uso da palavra “outro”, no discurso do entrevistado, no meu sentir, não foi aleatório.

Sayad (1998), que efetuou um estudo sobre a imigração argelina na França, relata a condição essencialmente precária do migrante, no país de destino:

Como o imigrante deve continuar sendo sempre um imigrante - o que significa que a dimensão econômica do imigrante é sempre o elemento que determina todos os outros aspectos do estatuto imigrante: um estrangeiro cuja estadia, totalmente subordinado ao trabalho, permanece provisória de direito -, de que serve a “solicitude” que parecem testemunhar para com ele

ainda hoje, ao menos em certos meios? (SAYAD, 1998, p. 63).

Como já citei previamente nesse trabalho, há estudos (como exemplo Dal Pozzo, 2018) que relatam a existência de atitudes discriminatórias em relação ao estudante internacional da UNILA, por parte da comunidade local (Foz do Iguaçu). Sob a ótica de parcela dessa comunidade, tal estudante é um intruso, na medida em que usufrui da gratuidade de uma universidade pública brasileira.

Se, dentro da própria UNILA, há estudos (Borges e Darling, 2015) que apontam que não há um consenso acerca da adesão à missão institucional da universidade, o que se pode esperar da comunidade, que não tem informações aprofundadas sobre as razões da presença desses estudantes em uma universidade federal brasileira?

A partir desse contexto, o estudante internacional é sempre um “estranho”, que deve se adaptar ao meio: a um novo país, à nova cidade, à vivência acadêmica, portanto, é ele que deve “(...) *sí y sí aprender el português (...)*” para resolver suas dúvidas. A hegemonia do português não decorre simplesmente da preponderância do seu uso, mas da relação de poder que se estabelece em razão de uma certa hierarquia que deriva do papel do servidor como “solucionador” das demandas/necessidades administrativas dos alunos. E é assim percebida por esses alunos, como uma divisão hierárquica: “*Una clara división pues siempre está claro el papel del extranjero.*”.

Finalizo a análise dessa pergunta com uma observação que decorre da minha vivência laboral, no atendimento desses estudantes: não é necessário o domínio completo do ELA para estabelecer uma comunicação de qualidade, para além das demandas administrativas; qualquer esforço para utilizar a língua do “outro”, o espanhol, provoca nesses discentes, especialmente nos calouros, uma imediata mudança de fisionomia, de tom de voz. Creio que seja reflexo da quebra dessa barreira, rígida e formal, da suposta hierarquia, das diferenças de idioma e cultura: em síntese, poucas palavras podem provocar uma sensação de acolhimento.

Por último, solicitei aos alunos entrevistados que apresentassem considerações/sugestões acerca do objeto da pesquisa, nos seguintes termos: *Si*

deseja pontuar alguma outra questão sobre este assunto, por favor utilize el espacio abajo.

Agrupei as respostas nas seguintes categorias:

a) Promover melhor o acolhimento aos estudantes internacionais, pois os mesmos se sentem perdidos quando da chegada à universidade; explicar detalhadamente, durante o acolhimento, as atribuições de cada unidade de atendimento da UNILA;

b) Atualizar e aprofundar as informações sobre migração e documentação, especialmente na questão de vagas do programa de visto humanitário; tentar desburocratizar ao máximo e explicar de forma clara o rol de documentos necessários para a matrícula e quais deles precisam ser legalizados;

c) Providenciar que os editais sejam publicados em espanhol em sua integralidade e viabilizar que o SIGAA (Sistema de Gestão Acadêmica da UNILA) também tenha opção de ser usado em espanhol.

d) Fomentar o aprendizado de espanhol para todos os trabalhadores, especialmente nos espaços de atendimento aos alunos e conscientizá-los que se encontram em uma universidade internacional.

Categorizei essas respostas já nesta etapa final, de análise dos resultados. As sugestões e considerações dos estudantes internacionais entrevistados coincidem, em um eixo geral, com minhas análises no decorrer desta dissertação.

As propostas defendem a melhoria do processo de acolhimento dos EIs, com a explicação mais detalhada do modo de funcionamento da universidade e da localização dos seus diversos espaços físicos; tais explicações devem ser efetuadas em espanhol, para facilitar a compreensão dos calouros.

No tocante à documentação, a comunicação na fase pré-presencial também será mais eficaz na língua espanhola; no que se refere à forma de apresentação do rol de documentos pela UNILA aos candidatos, não houve um aprofundamento dessa questão neste estudo. Todavia, a burocracia necessária para que se estude no exterior não é exclusiva da UNILA, nem do Brasil; nesse aspecto, é necessária uma orientação prévia a esses candidatos de que o processo efetivamente não é simples.

As sugestões para que o SIGAA seja implantado também em

espanhol e de que os trabalhadores sejam conscientizados de que se trata de uma universidade internacional também foram por mim efetuadas, especialmente nos capítulos do bilinguismo, do acolhimento e na discussão dos resultados da pesquisa.

Assim, considero pertinentes as observações efetuadas por esses discentes, pois a implantação dessas medidas vai ao encontro dos objetivos institucionais da UNILA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução desta dissertação, apresentei as perguntas de pesquisa. As três primeiras perguntas tiveram relação com barreiras enfrentadas pelos estudantes internacionais da UNILA: Quais são as barreiras culturais e linguísticas encontradas pelos EIs durante a realização do processo seletivo e outros trâmites acadêmicos na UNILA? Como a língua do outro (o português) interfere no acesso às informações da vida acadêmica do discente? Existem outros elementos culturais, não-relacionados com o idioma, que dificultam o relacionamento entre o discente não-brasileiro e o interlocutor administrativo da universidade?

Ou seja, as perguntas tiveram um caráter panorâmico, pois questionam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes desde a fase em que os EIs são candidatos até o momento em que já estão plenamente efetivados na instituição.

Nessa perspectiva geral, não há dúvida que a principal barreira descrita pelos estudantes internacionais foi de natureza linguística. Desde os contatos iniciais, há uma lacuna comunicativa entre servidores e discentes internacionais, decorrente da falta de domínio das línguas adicionais: o português, pelos alunos/candidatos e o espanhol, pelo corpo técnico-administrativo da UNILA.

A instituição, dada sua natureza internacional, é plurilíngue. Os discentes internacionais são majoritariamente hispanofalantes, mas há alunos que dominam apenas o guarani, o creole, o inglês, dentre outros idiomas. Como a UNILA não implementou, de forma efetiva, o projeto institucionalizado do bilinguismo português/espanhol, em seus quase dez anos de existência, priorizei a análise dessa questão, que remonta, em termos principiológicos, à sua criação.

Posto isso, relatei que os resultados das diversas etapas demonstram que a comunicação ocorre basicamente com o mesmo formato: os EIs utilizam o espanhol e os TAEs a língua portuguesa.

Como exemplo, cito o momento da chegada do estudante internacional à UNILA, p.100, dessa dissertação; 68,5% dos discentes entrevistados usaram a língua espanhola e, quase na mesma proporção (66,7% dos casos), foram atendidos na língua portuguesa.

Essa falta de domínio do espanhol como LA pelo corpo técnico é especialmente crítica na fase pré-matrícula (PSI e recepção), bem como no início da vida acadêmica desse estudante (matrícula e primeiro ano). Nesse período, apesar das iniciativas institucionais de ensino de PLA (CEPI e CCE) há, pelos relatos da pesquisa, ainda uma insegurança e uma efetiva falta de domínio da língua portuguesa por esse aluno, especialmente quando se maneja gêneros secundários de discurso. Ademais, a efetividade da comunicação verbal não depende apenas do domínio do código formal, mas também da capacidade de compreensão das variantes linguísticas dos interlocutores e dos sentidos informais atribuídos às palavras, pelas diversas comunidades.

Outro obstáculo para o bom funcionamento da comunicação entre os Els e a área administrativa da UNILA é a falta de implementação do bilinguismo nas plataformas eletrônicas da instituição, especialmente do SIGAA, que é o principal sistema de gestão da vida acadêmica do estudante. Muitos editais também são disponibilizados apenas em português.

Tais problemas vão perdendo relevância com o decorrer da vida universitária desses discentes, posto que os relatos dos entrevistados e os estudos citados mostram que os Els passam por um processo de imersão na língua portuguesa, bem como se ambientando ao novo contexto cultural e ao manejo das diversas ferramentas de comunicação.

Para além dos problemas relacionados à linguagem, houve um grande índice de menções à problemas burocráticos, relativos à organização e legalização dos documentos, durante o PSI e a matrícula.

Um primeiro aspecto desse problema, está vinculado a exata definição do rol de documentos necessários, bem como ao apontamento de quais desses documentos demandam legalização. Na discussão, correlacionei tal questão com quatro fatores: a) a efetiva falha de comunicação, por parte da universidade, na informação prestada aos então candidatos; b) a falta de letramento digital e de letramento convencional, no gênero discursivo edital; c) o padrão de leitura dos nativos digitais, que dificulta a apreensão de conteúdos não formatados no modelo de leitura típica dos hipertextos; d) a falta de domínio do léxico especializado (acadêmico e jurídico) dos editais.

Outra vertente do problema é de natureza econômica. Há um custo

significativo com a legalização dos documentos, que já pode inviabilizar a pretensão de acesso à universidade dos candidatos mais carentes. Ademais, os locais de legalização/consularização dos documentos se encontram, usualmente, em grandes centros urbanos. Para os candidatos que residem em regiões afastadas dessas regiões metropolitanas, há tanto o lado financeiro do problema de acesso como o aspecto cultural, relacionado à insegurança do interessado, muitas vezes ainda menor de idade, ter que se deslocar a esses locais.

Uma terceira linha é que os candidatos devem ser instruídos, de forma enfática, acerca da penosidade que é intrínseca ao processo de se estudar no exterior, especialmente em uma instituição pública. Nessa questão, não há muito que a UNILA possa fazer, pois as exigências burocráticas decorrem de leis e acordos internacionais.

A maior parte dos estudantes internacionais entrevistados relatou, nas diversas etapas da pesquisa que, mesmo com as barreiras linguísticas, foi bem atendido pelas diversas instâncias administrativas da universidade. Porém, há algumas menções a existência de atendimento inadequado, por vezes rude e até mesmo discriminatório. Uma parcela desses relatos negativos correlaciona o mal atendimento com a condição de estrangeiro dos discentes, ou seja, de xenofobia.

Citei, na presente dissertação, um estudo de Borges e Darling (2015), que aponta que não há unanimidade, no corpo técnico e docente, no que se refere à adesão ao projeto de universidade de integração latino-americana da UNILA. Também relatei que, no que se refere ao corpo técnico administrativo, não há nenhuma formação de natureza mais contínua e aprofundada, no tocante ao projeto institucional da universidade.

Creio que tais questões, de natureza educativa e cultural possam estar a contribuir negativamente, conforme mencionei na análise, para um adequado relacionamento entre os servidores e os estudantes internacionais. A compreensão da indispensabilidade da presença dos EIs na UNILA, para o atingimento dos objetivos institucionais da universidade, é fundamental para que os técnicos e docentes atendam bem a esse público.

Tratei, até agora, nessas considerações finais, basicamente de problemas e dificuldades enfrentadas pelos estudantes internacionais. Uma quarta pergunta de pesquisa procura identificar aspectos positivos do ambiente multilíngue

e multicultural da universidade: Como podem a pluralidade de línguas e as diferentes culturas existentes na UNILA também se configurarem como elementos enriquecedores da vivência na universidade?

O projeto institucional da UNILA busca reunir alunos da América Latina e do Caribe para “a promoção do ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, na arte, na ciência e na tecnologia, objetivando a integração latino-americana”, nos termos do artigo 6º do seu Estatuto (UNILA, 2012).

Nessa questão da integração, o aspecto positivo mais destacado pelos entrevistados decorre, paradoxalmente, de um problema institucional da universidade. A política de bilinguismo tem sérios déficits de execução; os TAEs, em regra, não dominam o espanhol como LA. Em decorrência disso, os estudantes veteranos têm uma vital importância na mediação da comunicação dos calouros com a universidade. Este papel é exercido tanto de forma institucionalizada, como no mutirão e na monitoria, como de forma espontânea, no acolhimento, nas matrículas e durante todo o processo de inserção desses calouros na universidade e na comunidade.

A presença de pessoas de origens tão distintas, como bolivianos do altiplano, refugiados haitianos, indígenas aldeados, brasileiros de todas as regiões do país, nacionais de países majoritariamente hispanofalantes, mas cuja língua materna é aquela dos povos originários (mapuches, aimaras, quechuas, guaranis) retira os discentes de sua “zona de conforto”, e lhes proporciona uma perspectiva mais diversa da realidade. Esse processo integrativo é fundamental para que todos os cursos (e não apenas os de ciências humanas) possam conectar os aspectos técnicos e teóricos de cada disciplina com os objetivos institucionais da universidade.

Os conflitos e hiatos interpretativos decorrentes do multilinguismo e do multiculturalismo são, para além das barreiras de comunicação, janelas de oportunidade. O aprendizado do novo sempre é calcado naquilo que já conhecemos; um entrevistado, ao responder a uma pergunta do questionário, escreveu: *“Como eu estava falando antes, a parte da administração, uma sensação que era impossível de se matricular nessa universidade como se os funcionarios nao era preparado ou a nao vontade de ajudar também me impressionou”*.

Em outros termos, é o que nos leciona a epígrafe desta dissertação.

A última pergunta de pesquisa foi: Os resultados da pesquisa podem ser uma espécie de indicador da efetividade de algumas políticas institucionais da UNILA, particularmente do bilinguismo?

Conforme abordei ao longo do trabalho, o bilinguismo é um princípio enunciado desde o projeto da universidade (IMEA, 2009), bem como em seu Estatuto e no PDI da universidade.

A criação do NIELI, vinculado ao ILAACH, foi um primeiro passo no sentido de traduzir esses princípios em políticas efetivas. No entanto, a instituição ainda não formulou uma política formal acerca do tema, com a definição exata do que se entende por bilinguismo, em seu contexto, bem como a elaboração de estratégias de atuação e estabelecimento de metas e resultados.

Diversos autores citados nesta dissertação (tais como Moreira e Oliveira, 2017; e Carvalho, 2012) afirmaram haver um caráter hegemônico da língua portuguesa na instituição. Os resultados desta pesquisa corroboram tal ponto de vista, no que se refere aos setores administrativos da UNILA.

As diversas etapas da pesquisa demonstraram que o estudante internacional, desde o processo seletivo, é atendido prioritariamente em português, apesar da falta de domínio de PLA pela maioria dos candidatos. No decorrer do processo de seleção, acolhimento, matrícula, na vida acadêmica e interação com plataformas da universidade tal realidade se mantém.

A hegemonia da língua portuguesa, conforme discorri no trabalho, não decorre apenas do fato da UNILA estar situada no Brasil, país em que o português é a língua oficial.

Corroboro o ponto de vista de Borges e Darling (2015), no sentido de que há uma divisão em relação à aceitação, pelos docentes e técnicos, do projeto institucional da universidade. Desta forma, a falta de implementação do bilinguismo não é mera falha de execução de um projeto, mas se trata de questões políticas, relacionadas ao poder na universidade.

Estabelecido esse panorama acerca do bilinguismo na UNILA fui, ao longo dos diversos capítulos e da discussão dos resultados, pensando em formas de aprimorar essa política na universidade. Para minha surpresa, ao compilar as sugestões dos alunos entrevistados, na última pergunta do questionário, houve uma coincidência significativa das propostas por mim pensadas

e das demandas por eles elencadas.

Sintetizo, aqui, como conclusão dessa dissertação, as principais sugestões:

a) A implantação de uma política formal de acolhimento (bilíngue) aos Els ingressantes, pela UNILA, a fim de atender as demandas levantadas pelos estudantes entrevistados. A principal questão é a explicação, em espanhol, das diversas etapas nesse processo de recepção (mutirão, matrícula, visitas, início da vida acadêmica, etc.). Objetivando facilitar o acolhimento bilíngue, institucionalizar o papel do veterano nesse processo;

b) A formalização da política de bilinguismo na universidade. No contexto administrativo, as principais ações práticas sugeridas são: aplicar o bilinguismo na página da instituição, ter a opção do SIGAA em espanhol; providenciar que todos editais destinados a esse público sejam traduzidos; oportunidade do aprendizado do espanhol e de um conhecimento mais aprofundado do contexto latino-americano para os técnicos; promover incentivos para essa capacitação;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Assilio Luiz Zanella; FERRARI FILHO, Fernando. “O processo de integração na América do Sul: da ALALC à UNASUL”. In: **Ensayos de Economía**, v. 25, n. 46, p. 99-120, 2015. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ede/article/view/53627/53075>. Acesso em 15/05/2019.

BIESDORF, Suzana Angela. “A representação do outro: as modificações na concepção do ‘estrangeiro’, no imaginário dos estudantes universitários transnacionais da Tríplice Fronteira”. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 5, maio 2019. ISSN 2525-7870. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1446/948>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BORGES, Fábio; DARLING, Victoria. “A Universidade Federal da Integração Latinoamericana na tensa procura de uma nova epistemologia: um balanço das potencialidades e obstáculos entre 2010 e 2015”. **ALAS – Asociación Latinoamericana de Sociología**. 2015 Disponível em: <http://sociologia-alas.org/acta/2015/GT-31/A%20Universidade%20Federal%20da%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Latino-Americana.docx>. Acesso em 15/11/2019.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm. Acesso em 27/04/2019.

BRASIL. Lei Nº 11.091, de 11 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em 29/03/2019

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 janeiro de 1999. **Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em 27/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Exame Nacional do Ensino Médio**. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em: 15/04/2019.

BUENO, Rachel; FÁVARO, Tatiana. “A internacionalização das universidades vista por três especialistas estrangeiros”. **Jornal da Unicamp**. Dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/a-internacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>.

Acesso em 25/09/2019.

CARVALHO, Simone da Costa. **As relações de status entre as línguas na implementação em processo de uma proposta acadêmica bilíngue em um cenário institucional multilíngue latino-americano**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/130000>. Acesso em 15/11/2019.

CARVALHO, Simone. “Política linguística e integração latino-americana: desafios de uma proposta bilíngue latino-americana para o ensino superior”. **Revista SURES**, n. 11, 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ba14GmqJ5iwJ:https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1022+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 15/11/2019.

CELADA, M.T. “Um equívoco histórico”. 1999. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M.C.L. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra. (p.301-320).

COELHO, Patrícia Margarida Farias. “Os nativos digitais e as novas competências tecnológicas”. **Texto livre: Linguagem e tecnologia**. V. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/2049>. Acesso em 15/10/2019.

CRUZ, M. E. A. da. “O letramento acadêmico como prática social: novas abordagens”. **Gestão e Conhecimento**. V. 4, n. 1, p. 3-13, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8781145-O-letramento-academico-como-pratica-social-novas-abordagens.html>. Acesso em 24/10/2019.

DAL POZZO, Eloiza; NIHEI, Oscar Kenji. “A Vida em Comum em Sociedades Multiculturais: análise das relações sociais e da adaptação dos alunos estrangeiros da Unila em Foz do Iguaçu-PR”. **Revista SURES**. N° 11, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/905>. Acesso em 15/11/2019.

DURSO, Fábio Cabral. “Fluxos e Saberes: uma discussão sobre internacionalização da educação, mobilidade acadêmica e as interfaces com o aumento de estudantes colombianos nas universidades públicas do Brasil (Flows and Knowledges: a discussion about the internationalization...)”. **Emancipação**. V. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10772>. Acesso em 16/11/2019.

FERREIRA, Rafael Padilha; ROLLSING, Lucas Zambrano. "Gêneros do Discurso no Ensino de Português como Língua Adicional: reflexões sobre a esfera discursiva acadêmica". **Domínios de Linguagem**. V. 12, n. 2, p. 839-856. Uberlândia/MG. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/39953/22368>. Acesso em 15/11/2019.

G1. "Com faculdades públicas e sem vestibular, Argentina atrai cada vez mais universitários brasileiros". 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/com-faculdades-publicas-e-sem-vestibular-argentina-atrai-cada-vez-mais-universitarios-brasileiros.ghtml>. Acesso em 24/10/2019.

IMEA - Instituto Mercosul de Estudos Avançados. **UNILA em construção**: um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu/PR, 2009. Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/Unila%20em%20constru%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 15/11/2019.

JORDÃO, Clarissa Menezes. "O que todos sabem... ou não: letramento crítico e questionamento conceitual". **Revista Crop**, v. 12, p. 21-46, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/jordao.pdf. Acesso em 15/11/2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, v. 20, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf. Acesso em 15/10/2019.

MENEGHEL, Stela; AMARAL, Joana. "Universidades internacionais na contracorrente: as propostas da UNILA e da UNILAB". **Revista Universidades**, n. 67, 2016. Disponível em: <http://publicaciones.udual.org/doss67-2.html>. Acesso em 24/10/2019.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. 1991. Disponível em: www.mercosul.gov.br. Acesso em 13/02/2019.

MOREIRA, Marina Magalhães; OLIVEIRA, Bruna Macedo de. "O bilinguismo nas práticas de ensino, pesquisa e extensão da UNILA: um diagnóstico, em números, de sua realidade linguística". **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/522/298>. Acesso em 16/11/2019.

MOTTA, Aracelle Palma Fávero. “O letramento crítico no ensino/aprendizagem de língua inglesa sob a perspectiva docente”. **Dia a dia educação**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/379-4.pdf>. Acesso em 16/11/2019.

MUNOZ, Angela Maria Erazo. **Mutual intelligibility in the plurilingual context of the University of Latin-American integration: experiences, contact and plurilingual interaction**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01370807/document>. Acesso em 15/11/2019.

PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU (PTI) e UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Convênio de Colaboração Institucional com Fundação Parque Tecnológico de Itaipu – Paraguai e Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA**. Foz do Iguaçu/PR, 2014. Disponível em: <https://documentos.unila.edu.br/convenio-internacional/1/2014>. Acesso em 15/11/2019.

PINTO, Cândida Martins. “Interface possível entre novos estudos do letramento e teoria da atividade”. **Cadernos de Letras da UFF**. V. 24, n. 49, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/22/16>. Acesso em 24/10/2019.

QUEIROZ, Mylene. “Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: Perspectivas”. **Tradterm**. V. 23, p. 193-223, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/download/85577/88365/0>. Acesso em 15/11/2019.

ROCHA, Mariele Cunha; FERNANDEZ, Diego Damas. “A integração que constitui os blocos econômicos: uma dependência financeira prejudicial e Mercosul”. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XXI, n. 170, mar 2018. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20346&revista_caderno=19. Acesso em abril 2019.

SANTOS, Rodolfo Rodrigues Pereira dos; IFA, Sérgio. “O letramento crítico e o ensino de inglês: reflexões sobre a prática do professor em formação continuada”. **The ESpecialist**. V. 34, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/viewFile/19231/14311>. Acesso em 21/11/2019.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Edusp, 1998.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatris Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. “O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método”. In: **Organizações rurais & agroindustriais**. v. 7, n. 1, 2011. Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>. Acesso em 06/10/2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2–A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**, v. 1, 2009. Disponível em: http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf. Acesso em 05/11/2019.

SOUZA, Joana Angélica da Silva de; KENEDY, Eduardo. “A leitura dos nativos digitais: uma abordagem psicolinguística”. **SOLETRAS**. N°. 33, p. 189-211, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/29700>. Acesso em 24/10/2019.

STRUCKES, Cristiane Dutra. **O processo seletivo internacional da UNILA: problemas e perspectivas**. 2018. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3441>. Acesso em 24/10/2019.

TORRES, Jefferson (et al). **Processamento e análise de dados sobre a realidade político-linguística da UNILA**. 2018. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4880>. Acesso em 16/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **A UNILA mantém relações com instituições e organismos da comunidade internacional e latino-americana**. Portal UNILA. 2017. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/proint/copy_of_relacoes-internacionais. Acesso em 21/02/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Buscar alternativas de internacionalização é desafio para a América Latina**. Portal UNILA. 2019a. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/buscar-alternativas-de-internacionalizacao-e-desafio-para-a-america-latina-diz-pesquisadora>. Acesso em 21/09/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Boletim de Serviço**. Ano: IX, nº 355, 8 de junho de 2018. Resolução 15 de 07 de junho de 2018a. Disponível em: https://unila.edu.br/sites/default/files/_355.pdf. Acesso em 08/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Capacitação do servidor impacta na qualidade da gestão universitária**. Portal UNILA. 2019b. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/qualificacao-do-servidor-impacta-na-qualidade-da-gestao-universitaria>. Acesso em 18 de março de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Comissão de Acompanhamento Indígena**. Portal UNILA. 2019c. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/comissao-de-acompanhamento-indigena>.

Acesso em 16/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED)**. Portal UNILA. 2018b. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/reitoria/ceeged>. Acesso em 15/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Convênios Internacionais**. Portal UNILA. 2018c. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proint/convenios-internacionais>. Acesso em 24/10/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio (CEPI UNILA-Português)**. 2019d. Disponível em: <https://sig.unila.edu.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/91794514>. Acesso em: 29/10/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Edital de Monitoria, PROGRAD nº100. **Torna pública a chamada para a Monitoria de Ensino na modalidade de promoção da permanência dos (as) estudantes indígenas e dos (as) estudantes refugiados (as) e portadores (as) de visto humanitário nos cursos de Graduação da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana – UNILA**. 2019e. Disponível em: https://documentos.unila.edu.br/sites/default/files/arquivos/editais/edital_prograd_100_monitoria_de_ensino_de_apoio_a_permanencia_de_estudantes_indigenas_e_refugiados.pdf. Acesso em 16/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Edital nº 01/2018//PRAE/PROGRAD/PROINT/ REITORIA-UNILA, de 18 de julho de 2018. **Estabelece e regulamenta o processo de seleção para refugiadas(os) e portadoras(es) de visto humanitário em território brasileiro, para ingresso na Universidade Federal da Integração LatinoAmericana – UNILA, para o ano letivo de 2019**. 2018d. Disponível em: https://unila.edu.br/documentos/system/tdf/arquivos/editais/01_-_edital_ndeg_01-_2018_-_prae-prograd-proint_-_estabelece_e_regulamenta_o_processo_de_selecao_para_refugiadasos_e_portadoras_de_visto_humanitario_para_2019.pdf?file=1&type=node&id=2436. Acesso em 25/04/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Edital Nº 01/2019/PROGRAD/PROINT-UNILA. **Estabelece e regulamenta o processo seletivo internacional (PSI) de estudantes latino-americanos(as) e caribenhos(as), exceto brasileiros(as), para ingresso na Universidade Federal**

da Integração LatinoAmericana – UNILA, para o ano letivo de 2020. 2019f. Disponível em: <https://documentos.unila.edu.br/editais/proint/1-15>. Acesso em: 14/10/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Edital nº 02/2018//PRAE/PROGRAD/PROINT/REITORIA-UNILA, de 25 de julho de 2018. **Estabelece e regulamenta o processo de seleção para o ingresso de povos indígenas aldeados na Universidade Federal da Integração LatinoAmericana – UNILA, para o ano letivo de 2019.** 2018e. Disponível em: https://unila.edu.br/documentos/system/tdf/arquivos/editais/02_-_edital_ndeg_02_-_2018_-_prae-prograd-proint_-_estabelece_e_regulamenta_o_processo_de_selecao_para_indigenas_para_2019.pdf?file=1&type=node&id=2461. Acesso em: 26/02/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Estatuto.** Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/ESTATUTO%20UNILA%20de%2026%20DE%2009%282%29%281%29%281%29.pdf>. Acesso em 12/04/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Manual de atribuições das unidades acadêmico-administrativas.** 2015a. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/manual-de-atribuicoes-das-unidades-academico-administrativas>. Acesso em 19/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Matriz curricular e PPC.** Portal UNILA. 2017b. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/graduacao/administracao-publica/ppc>. Acesso em: 25/09/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Ouvidoria.** Portal UNILA. s/n. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/ouvidoria>. Acesso em 15/11/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2013-2017.** 2013a. Disponível em: https://unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI_UNILA_2013-2017.pdf. Acesso em 08/05/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2019-2023.** 2019g. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/PDI_UNILA_20192023_Verso_Fina

I_ps_CONSUN_07.10.19.pdf. Acesso em: 01/12/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Recepção e acolhimento estudantil 2019**. 2019h. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/acolhimento%20-%20programa%C3%A7%C3%A3o%20inicial%20.pdf>. Acesso em 29/10/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **ró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais**. 2019i. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proint>. Acesso em: 08/05/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Regimento Geral da Universidade**. 2019j. Disponível em: <https://unila.edu.br/acessoainformacao/regimentogeral>. Acesso em: 15/03/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Resolução CONSUN (Conselho Universitário da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA)**. 2018f Disponível em: https://sig.unila.edu.br/sigrh/public/colegiados/anexos/regimento_interno_cosuen.pdf. Acesso em:15/04/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Relatório de Autoavaliação Institucional 2010 a 2012**. 2014. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/relatorio%20final%20CPA%202010%202012.pdf>. Acesso em 22/10/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Edital n° 017/2015/PROINT-UNILA. **Regulamenta o processo de seleção de estudantes estrangeiros, para ingresso no ano letivo de 2016, na Universidade Federal da Integração LatinoAmericana – UNILA**. 2015b. Disponível em: https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Edital%20017_2015%20-%20Processo%20de%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20Estudantes%20Estrangeiros%202016%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf. Acesso em 07/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Resolução CONSUN n° 05 de 08 de abril de 2019, Conselho Universitário da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)**. 2019k. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/mestrado/biociencias/arquivos/CONSUN_Resolucao_2019.005_Politica_Internacionalizacao.pdf. Acesso em:15/04/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **Resolução N° 010-2013/Conselho Superior Deliberativo Pro Tempore - O Conselho Superior Deliberativo Pro Tempore da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.** 2013b. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/progepe/carreira/arquivo/resolucao-no-010-2013-do-conselho-superior-deliberativo-pro-tempore-da-unila.pdf/view>. Acesso em 07/11/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Edital N° 1/2018 IMEA -PROINT-PRAE-PROEX-PROGRAD-REITORIA. **Torna público Edital de seleção de propostas de ações de acolhimento a estudantes ingressantes na UNILA em 2019.** 2018g. Disponível em: <https://unila.edu.br/documentos/sites/default/files/arquivos/editais/editalacolhimento2019conjunto.pdf>. Acesso em 15/04/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **UNILA prepara ações para recepção e acolhimento dos calouros 2019.** Portal UNILA. 2019l. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-prepara-acoes-para-recepcao-e-acolhimento-dos-calouros-2019>. Acesso em 28/03/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). **UNILA recebe primeira turma de indígenas aldeados, refugiados e portadores de visto humanitário.** Portal UNILA. 2019m. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/indigenas-aldeados-refugiados-e-portadores-de-visto-humanitario-realizam-matricula>. Acesso em 06/11/2019.

Universidade de São Paulo – USP. **E-Disciplinas:** apoio a disciplinas da USP. 2019. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/glossary/view.php?id=2460162&mode=letter&hook=L&sortkey&sortorder&fullsearch=0&page=1>. Acesso em 18/10/2019.

VELLA, João Marcelo Vella. **População da América do Sul.** s/n. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/populacao-da-america-do-sul/>. Acesso em 08/10/2019.

VÍLCHEZ. Fidel Pascua. “O glossário bilingue português-espanhol / espanhol-português de termos acadêmicos”. p. 81-90. In: FERREIRA, A. A. G. D’Orange; FARGETTI, C. M.; e, MURAKAWA, C. A. A. (Org.). **Variedades do Léxico.** Araraquara, Letraria, 2015. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2016/01/VARIEDADES-DO-L%C3%89XICO-LETRARIA.pdf#page=81>. Acesso em: 01/11/2019.

APÊNDICE A - TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO

Estimado (a) estudiante,

Me llamo Suzana Angela Biesdorf, soy maestranda del Programa de Postgrado Interdisciplinario en Estudios Latinoamericanos, stricto sensu, de la UNILA. También formo parte del cuadro de servidores de esta misma universidad como Técnica en Asuntos Educativos en la Secretaría Académica del Instituto Latinoamericano de Arte, Cultura e Historia, el ILAACH.

Usted está siendo invitado a participar, como voluntario, de un estudio para contribuir con mi investigación de maestría. Este documento, llamado Término de Consentimiento Libre y Esclarecido, pretende asegurar sus derechos como participante y será enviado por correo electrónico para usted.

Por favor, lea con atención y calma, aprovechando para aclarar sus dudas. Si hay preguntas antes o incluso después de firmarlo, usted podrá aclararlas conmigo (por e-mail). Si usted no desea participar o retirar su autorización, en cualquier momento, no habrá ningún tipo de penalización o perjuicio.

Título del proyecto: Idioma y Cultura: La Influencia de estos Factores en la Vida Académica-Administrativa de los estudiantes internacionales de la Unila.

La investigación pretende estudiar:

- a) los elementos culturales y lingüísticos que interfieren en la relación entre los estudiantes no-brasileños y el cuerpo burocrático de la UNILA;*
- b) las dificultades encontradas durante la realización de los trámites académicos, es decir, "situaciones reales de la vida académica" (Vilchez, 2015, págs. 299);*
- c) cómo la lengua extranjera puede dificultar el acceso a la información de la vida académica y*
- d) cómo el estudiante no brasileño interactúa en las instancias burocráticas de la universidad.*

El tiempo aproximado de respuesta es de media, 20 minutos. Si tiene alguna duda, estaré a su disposición.

Justificación y objetivos:

En mi vivencia laboral en la universidad, he observado el importante papel del idioma y de la cultura como factores de mediación entre el alumno no brasileño y

las estructuras administrativas de la UNILA.

Requisitos:

Para participar en la prueba usted debe ser estudiante internacional en UNILA.

Desconocimientos y riesgos:

Cualquier

Beneficios:

Su participación en la investigación contribuirá en la mejora de flujos institucionales y revelará datos sobre la implantación de universidades interculturales.

Secreto y privacidad:

Usted tiene la garantía de que su identidad se mantendrá en secreto y no se dará información a otras personas que no formen parte del equipo de investigadores. En la divulgación de los resultados de ese estudio, su nombre no será citado.

Reembolso:

No habrá resarcimiento de gastos, una vez que el estudio será conducido por medio de un cuestionario presencial.

Derecho a mantenerse actualizado sobre los resultados finales del estudio:

En cualquier momento, si es de su interés, usted puede tener acceso a toda la información obtenida a su respecto en este estudio, o respecto a los resultados generales del estudio.

En cualquier etapa del estudio, usted tendrá acceso a mí, responsable por la investigación, para aclaración de eventuales dudas, por el correo electrónico suzana.biesdorf@unila.edu.br.

Creo que ha sido suficientemente informado de las informaciones que he leído o que se lee para describir el estudio "Idioma y Cultura: La influencia de estos factores en la vida académica-administrativa de los estudiantes no brasileños de UNILA". He discutido con la alumna Suzana Angela Biesdorf sobre mi decisión de participar en este estudio. Me quedaron claros para mí cuáles son los propósitos del estudio, los procedimientos a realizar, sus molestias y riesgos, las garantías de confidencialidad y de aclaraciones permanentes. También quedó claro que mi participación está exenta de gastos. Estoy de acuerdo voluntariamente en participar en este estudio y podré retirar mi consentimiento en cualquier momento, antes o durante el mismo, sin penalizaciones o perjuicios.

Fecha: ____ / ____ / ____

Nombre del participante de la investigación y la firma

Correo electrónico del participante de la investigación

Declaro que obtuve de forma apropiada y voluntaria, el Consentimiento Libre y Esclarecido de este paciente (o representante legal) para la participación en este estudio. Declaro que me comprometo a cumplir todos los términos aquí descritos.

Firma de la investigadora:

APÊNDICE B - CUESTIONÁRIO PARA ESTUDIANTES INTERNACIONALES

DATOS:

País de origen:

Fecha de llegada a Brasil:

Género:

Edad:

Conocimientos de portugués antes de llegar a Brasil:

Ninguno

Algunos, pero poco

Alguno, nivel intermedio

Buen conocimiento, nivel avanzado

Fluido

a) PROCESO ON LINE

1. ¿Cómo se enteró del proceso selectivo de la UNILA?

2. ¿Qué le pareció más difícil en la inscripción del proceso selectivo?

3. ¿Durante el proceso selectivo, fue necesario buscar algún funcionario de la UNILA para responder sus preguntas o para ampliar la información que el proceso ofrecía?

4. Si se contestó sí en la pregunta anterior, ¿Qué idioma la UNILA usó para comunicarse contigo?

b) PRIMER CONTACTO- LLEGADA

5. ¿En su primer contacto con la UNILA, como fue la atención y que considero difícil?

6. ¿Qué lengua/idioma utilizó en su primer contacto con la UNILA?

7. ¿Qué lengua/idioma fue utilizada por el funcionario que le atendió en ese primer contacto?

8. ¿Cómo fue el día de la matrícula (entrega de los documentos académicos a los funcionarios de la secretaría)? ¿Necesitaste ayuda de algún estudiante veterano? Cuéntame.

9. Además de la lengua, percibió / sintió alguna dificultad en relación con la realización de los trámites burocráticos que necesitaba hacer?

c) MEDIACIÓN ACTUAL


10. Después de matriculado, ¿cómo fueron sus primeros contactos con la Secretaría Académica y otras instancias administrativas de la UNILA? Cuéntame.

11. ¿Ha tenido alguna dificultad de interpretación para la realización de los trámites académicos (cualesquiera actividades académicas burocráticas ante las instancias administrativas de la UNILA, como acceso a las ediciones, lidiar con el SIGAA, etc.)? Si es así, cuéntame.

11. ¿Con qué rapidez comenzaron a utilizar el idioma portugués para comunicarse con los canales administrativos UNILA? o sigue utilizando la lengua de origen?

13. ¿Cómo ve la atención al alumno internacional en los puestos de atención al alumno de la UNILA?

ANEXO I – RELATÓRIO DISCENTES INTERNACIONAIS UNILA

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA PRÓ-REITORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS Discentes Internacionais Unila				
Nacionalidades	Discentes Ativos Graduação	Discentes Ativos Pós-Graduação Nível Lato	Discentes Ativos Mestrado	Total
1 ANGOLA	1	0	0	1
2 ARGENTINA	73	2	12	87
3 BARBADOS	1	0	0	1
4 BENIN	1	0	0	1
5 BOLÍVIA	78	0	3	81
6 CHILE	48	3	7	58
7 COLÔMBIA	273	2	22	297
8 CONGO	1	0	0	1
9 COSTA RICA	8	0	0	8
10 CUBA	14	0	1	15
11 EL SALVADOR	25	1	2	28
12 EQUADOR	51	0	3	54
13 GANA	2	0	0	2
14 GUATEMALA	4	0	0	4
15 GUINÉ-BISSAU	5	1	0	6
16 HAITI	97	0	0	97
17 HONDURAS	9	0	0	9
18 MÉXICO	7	2	3	12
19 NICARÁGUA	5	0	1	6
20 PANAMÁ	6	0	0	6
21 PAQUISTÃO	1	0	0	1
22 PARAGUAI	435	10	15	460
23 PERU	126	3	4	133

Página 1

24 REP. DOMINICANA	9	0	0	9
25 RÚSSIA	1	0	0	1
26 SÍRIA	1	0	0	1
27 URUGUAI	21	2	2	25
28 VENEZUELA	48	2	6	56
29 TOTAL	1351	28	81	1460
TOTAL DISCENTES BRASILEIROS ATIVOS: 3803				
TOTAL DISCENTES UNILA (BRASILEIROS E INTERNACIONAIS): 5263				

*Relatório emitido em 16/05/2019, às 15h37, utilizando o relatório emitido pelo Sigaa.